

# **Multifuncionalidade das explorações agrícolas no desenvolvimento rural**

**Ricardo Medeiro Elisiário**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Engenharia Agronómica (Sem Área de Especialização)**

Orientadoras: Doutora Ana Maria Contente de Vinha Novais

Doutora Maria João Prudêncio Rafael Canadas

## **Júri:**

Presidente: Doutor Henrique Manuel Filipe Ribeiro, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutora Ana Maria Contente de Vinha Novais, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Doutor Pedro Arnaldo de Sousa e Silva Reis, Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa



## RESUMO

A modernização da agricultura e supremacia social atribuída à urbe veio causar uma mudança das velhas dinâmicas do rural. Somam-se e categorizam-se os territórios sob abordagens multifuncionais de desenvolvimento que tentam responder à procura multifacetada de novas funções, serviços e produtos que a comunidade exige do meio rural.

Explorando o quadro teórico da transição dos espaços rurais e considerando a perda da importância da agricultura no campo, o foco incide na diversificação económica apoiada nas Actividades Lucrativas Não Agrícolas (ALNA) das explorações.

Com base em dados estatísticos indicativos do passado recente (1999-2016) em Portugal Continental, comparam-se as explorações que diversificam as suas actividades com o universo, para chegar a conclusões que identifiquem tendências justificáveis. Estuda-se a evolução destas actividades e relaciona-se essa progressão com factores vários relacionados com a distribuição geográfica e as dimensões física, económica e laboral das explorações agrícolas.

Tal como a maioria das variáveis e elementos que compõem o panorama agrário, as ALNA não são excepção e têm também sofrido um decréscimo generalizado. A apreciação destas actividades não se resume à obsessão irrealista de querer ver crescer, em número, estas iniciativas; mas sim em procurar que as já existentes tomem na exploração um papel tão ou mais fulcral no rendimento do produtor do que aquele normalmente assumido pelas principais actividades produtivas.

As respostas obtidas nesta dissertação são gerais, impessoais e não intentam patrocinar ou rejeitar a valia destes movimentos de diversificação. Vêm sim sustentar um rumor transversal a vários sistemas rurais do Sul da Europa, fundamentado na incerteza ligada ao investimento nas explorações como pontos difusores do desenvolvimento local e rural – reconhecendo que o crescimento provém tanto ou mais da soma das partes e integração de vias distintas do que de certos esforços que, embora bem descritos, precisos e actualizados, pecam por serem liderados isoladamente.

**Palavras-chave:** Actividades lucrativas não agrícolas, Desenvolvimento rural, Diversificação das actividades da exploração agrícola, Multifuncionalidade, Transição rural.

## ABSTRACT

The modernization of agriculture and social supremacy attributed to the urban side came to cause a change in the old rural dynamics. Territories under multifunctional approaches for development start adding up, categorized, as these measures aim to tackle the multifaceted demand for new functions, services and products the community asks of the rural space.

Examining the theoretical frame for the transition of rural spaces and considering the decrease in agriculture's importance in the countryside, the focus is on the economic diversification supported by farms' Other Gainful Activities (OGA).

Based on statistical data representative of the recent past (1999-2016) in Continental Portugal, a comparison between farms that diversify their activities and the total is made to try to identify justifiable tendencies. A study will follow the evolution of these activities by crossing them with various factors concerning the geographical distribution and the physical, economic and labor dimensions of the farms.

Just like most variables and elements that compose the agrarian panorama, the OGA aren't an exception and have too been suffering a generalized diminishment. Appreciating these activities shouldn't be this unrealistic fixation with wanting to see them grow, in numbers; instead, it's about assuring that those already implemented may become equally if not more indispensable to the farmers' revenue than primary production activities usually are.

The attained answers are general, impersonal and don't attempt to sponsor or reject these diversification movements. They serve however to sustain a rumor transversal to many rural systems in Southern Europe, founded on the uncertainty associated to investing in farms as diffusing points for local and rural development – by recognizing that growth comes as much or more from the sum of parts and integration of distinct paths than from certain efforts that, although well described, precise and updated, fail for being led separately.

**Keywords:** Other gainful activities, Rural development, Diversification of farm activities, Multifunctionality, Rural transition.

# ÍNDICE

|  |      |
|--|------|
| Resumo .....   | I    |
| Abstract.....  | II   |
| Lista de Quadros.....  | V    |
| Lista de Anexos .....  | VIII |
| Abreviaturas.....  | IX   |
| 1. Introdução .....  | 1    |
| 2. Um Rural em Mudança .....   | 3    |
| 2.1. As Ideias de Transição e Diversidade do Rural.....  | 4    |
| 2.2. Novas Actividades, Procuras e Funções do Meio Rural: o papel das<br>explorações agrícolas .....           | 8    |
| 2.3. Que Desenvolvimento Rural? .....  | 12   |
| 2.4. A Multifuncionalidade do Rural e das Explorações Agrícolas .....  | 17   |
| 3. Noções e Alteração dos Conceitos na Base das Categorias de ALNA .....                                       | 21   |
| 3.1. Fontes de Informação Utilizadas .....   | 21   |
| 3.2. Noção de Exploração Agrícola, de Produto Agrícola e de ALNA.....  | 23   |
| 3.3. Evolução do Número das Explorações Agrícolas e da Importância das<br>Explorações Agrícolas com ALNA ..... | 28   |
| 3.4. Distribuição Geográfica das Explorações Agrícolas com ALNA .....  | 30   |
| 3.5. Importância Regional das Explorações Agrícolas com ALNA .....   | 32   |
| 3.6. Número de ALNA por Exploração Agrícola .....  | 33   |
| 3.7. As Categorias de ALNA .....   | 34   |
| 3.7.1. Turismo Rural e Actividades Directamente Relacionadas.....  | 36   |
| 3.7.2. Artesanato e Transformação de Produtos Agrícolas Não Alimentares....                                    | 38   |
| 3.7.3. Transformação de Produtos Agrícolas Alimentares .....   | 39   |

|        |   |    |
|--------|---|----|
| 3.7.4. | Produção Florestal e Transformação de Madeira ..... | 41 |
| 3.7.5. | Prestação de Serviços .....                         | 43 |
| 3.7.6. | Aquacultura .....                                   | 44 |
| 3.7.7. | Produção de Energias Renováveis .....               | 45 |
| 3.7.8. | Outras Actividades Lucrativas.....                  | 46 |
| 4.     | Caracterização das Explorações com ALNA .....       | 48 |
| 4.1.   | Natureza Jurídica do Produtor .....                 | 48 |
| 4.2.   | Classes de Dimensão Económica.....                  | 49 |
| 4.3.   | Superfície Total da Exploração Agrícola .....       | 52 |
| 4.4.   | Superfície Agrícola Utilizada .....                 | 53 |
| 4.5.   | Origem do Rendimento.....                           | 54 |
| 4.6.   | Ajudas e Subsídios .....                            | 55 |
| 4.7.   | Unidade de Trabalho Anual .....                     | 58 |
| 4.8.   | Orientação Técnico-Económica .....                  | 60 |
| 4.9.   | Destino da Produção Agrícola.....                   | 61 |
| 4.10.  | Perfil do Dirigente da Exploração.....              | 63 |
| 5.     | Uma Comparação com Itália .....                     | 66 |
| 6.     | Conclusões .....                                    | 70 |
|        | Referências Bibliográficas.....                     | 73 |
|        | Normas e Legislação .....                           | 77 |
|        | Anexos.....   | 78 |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas – total e com ALNA – por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2009 e 2016.....  | 29 |
| Quadro 2. Evolução e distribuição do peso (em n.º e %) das explorações agrícolas – total e com ALNA – e respectivas taxas de variação, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2009 e 2016.....             | 31 |
| Quadro 3. Evolução e distribuição (em %) do peso das explorações agrícolas com ALNA no total de explorações, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2003, 2005, 2007, 2009, 2013 e 2016. ....              | 32 |
| Quadro 4. Evolução e distribuição do n.º médio de ALNA presentes em cada exploração agrícola que diversificou em ALNA, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....                       | 33 |
| Quadro 5. Evolução (em taxa de variação percentual) do n.º de ALNA por exploração com ALNA, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....  | 34 |
| Quadro 6. Evolução (em n.º e em %) das explorações agrícolas por categorias de ALNA, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....  | 35 |
| Quadro 7. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Turismo rural e actividades directamente relacionadas”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....            | 38 |
| Quadro 8. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016..... | 39 |
| Quadro 9. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Transformação de produtos agrícolas alimentares”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....                  | 40 |
| Quadro 10. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Produção florestal”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 2009 e 2016. ....   | 42 |

|  |    |
|--|----|
| Quadro 11. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Transformação de madeira”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....           | 43 |
| Quadro 12. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Prestação de serviços”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016. ....             | 44 |
| Quadro 13. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Aquacultura”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016. ....                       | 44 |
| Quadro 14. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Produção de energias renováveis”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016. ....   | 45 |
| Quadro 15. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Outras actividades lucrativas”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016. ....     | 46 |
| Quadro 16. Evolução e distribuição (em %) do peso de cada tipo de natureza jurídica no total de explorações agrícolas com ALNA, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....    | 49 |
| Quadro 17. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas pelas classes de dimensão económica, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016. ....                    | 50 |
| Quadro 18. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por classes de superfície total, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....                | 52 |
| Quadro 19. Evolução e distribuição (em n.º e %) da distribuição das explorações agrícolas com ALNA por classe de SAU, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016. ....             | 53 |
| Quadro 20. Evolução e distribuição (em n.º e %) da distribuição das EA com ALNA por principal origem do rendimento total da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 2005, 2009 e 2016. .... | 54 |
| Quadro 21. Evolução e distribuição (em %) das EA com ALNA por importância das ajudas e subsídios no rendimento total da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 2005, 2009 e 2016. ....     | 56 |



|  |    |
|--|----|
| Quadro 22. Evolução e distribuição (em n.º) das Unidades de Trabalho Anual por classe de SAU nas explorações com ALNA, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016. ....                            | 58 |
| Quadro 23. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por classe de UTA, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....  | 59 |
| Quadro 24. Evolução e distribuição (em %) do destino final da produção agrícola das explorações com ALNA, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 2009 e 2016.....                                   | 62 |
| Quadro 25. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por sexo do dirigente da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999 e 2009.....  | 63 |
| Quadro 26. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por nível de escolaridade completo do dirigente da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999 e 2009. ....             | 64 |
| Quadro 27. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por formação agrícola do dirigente da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999 e 2009. ....                          | 64 |
| Quadro 28. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por tempo de actividade agrícola na exploração do dirigente da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999 e 2009. .... | 65 |
| Quadro 29. Evolução e distribuição (em n.º e %) do total de explorações agrícolas e taxa de variação percentual, por NUTS 1 em Itália. Períodos de referência: 2000 e 2010. .  | 66 |
| Quadro 30. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA no total de explorações agrícolas, por NUTS 1 em Itália. Período de referência: 2010.....  | 67 |
| Quadro 31. N.º médio de ALNA por exploração agrícola com ALNA em Itália, por NUTS 1 em Itália. Período de referência: 2010. ....   | 68 |
| Quadro 32. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por tipo de natureza jurídica do produtor, por NUTS 1 em Itália. Período de referência: 2010.....  | 69 |

## LISTA DE ANEXOS

|   |    |
|---|----|
| Anexo 1. Evolução e distribuição do n.º total de explorações agrícolas, por região agrária em Portugal, entre 1952 e 2016. Vários períodos de referência.....   | 78 |
| Anexo 2. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por categoria de ALNA, por região agrária em Portugal. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....                          | 79 |
| Anexo 3. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por classes de superfície total, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....                       | 80 |
| Anexo 4. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas – com ALNA e total – por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.....                         | 81 |
| Anexo 5. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por categoria de ALNA e classes de dimensão económica, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016..... | 83 |
| Anexo 6. Evolução e distribuição (em n.º e %) do total de explorações agrícolas, por NUTS 2 em Itália. Períodos de referência: 2000 e 2010. ....  | 84 |
| Anexo 7. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas – total e com ALNA – e peso (em %) das explorações com ALNA no total de explorações agrícolas, por NUTS 2 em Itália. Período de referência: 2010. ....   | 85 |
| Anexo 8. Distribuição do n.º médio de ALNA por exploração agrícola com ALNA, por NUTS 2 em Itália. Período de referência: 2010. ....  | 86 |
| Anexo 9. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por categoria de ALNA, por NUTS 2 em Itália. Período de referência: 2010.....   | 89 |
| Anexo 10. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por classes de SAU, por NUTS 2 em Itália. Período de referência: 2010.....   | 90 |
| Anexo 11. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por tipo de natureza jurídica do produtor, por NUTS 2 em Itália. Período de referência: 2010.....  | 91 |

## ABREVIATURAS

ALNA: Actividade(s) Lucrativa(s) Não Agrícola(s)

EA: Exploração(ões) Agrícola(s)

IEEA: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas

INE: Instituto Nacional de Estatística

LEADER: *Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale*

NUTS: Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OTE: Orientação Técnico-Económica

PAC: Política Agrícola Comum

PDR 2020: Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (período 2014 a 2020)

PRODER: Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (período 2007 a 2013)

RA: Recenseamento Agrícola

RGA: Recenseamento Geral da Agricultura

SAU: Superfície Agrícola Utilizada

TER: Turismo no Espaço Rural

UDE: Unidade(s) de Dimensão Económica

UTA: Unidade(s) de Trabalho Anual

# 1. INTRODUÇÃO

A perda progressiva de alguns vínculos sociais conferidos pela tradicional produção agrária no meio rural desenhou-se simultaneamente em sentidos diversos, mas que partiram de um mesmo factor impulsionador – a inovação tecnológica dos processos agrários enquanto força motriz destas transições.

Progrediu-se para uma forma de exploração agro-pecuária e de transformação de produtos mais moderna, intensiva e produtiva, e que levou e leva a que as explorações agrícolas tendam a alienar-se progressivamente do espaço rural que as circunda. Isto traduz-se numa decrescente influência da vertente agrária na vida rural e nas condições de existência dos que habitam estes territórios.

A tese foca-se então, principalmente, em aspectos e tendências inerentes aos espaços rurais, que se encontram em clara mudança, e na forma como os agricultores tanto em Portugal como em Itália têm vindo a ajustar-se a essa mudança, aderindo a formas de negócio definidas como Actividades Lucrativas Não Agrícolas (ALNA) da exploração.

A sociedade espera agora funções diversificadas do rural que têm crescente procura pelas populações – não só locais, mas todas as pessoas que acham o rural um espaço virtuoso para consumo e um receptáculo merecedor de novas abordagens promotoras do desenvolvimento – e que têm vindo a despertar um interesse em estudar os meios para alcançar tanto o proveito como o progresso nos diversos espaços rurais e qual o papel que cabe aos agricultores.

Nesta tese pretende-se discutir esse papel, apreciando como têm evoluído as ALNA das explorações agrícolas e caracterizando as explorações agrícolas que praticam estas actividades. Olhamos para esta situação da diversificação das actividades da exploração e como esta se relaciona e depende de diferentes variáveis.

Perceber como factores diferentes – sejam a dimensão física e económica da exploração, a sua orientação técnico-económica, a natureza jurídica do produtor, o perfil tipo do dirigente, o destino final da produção, ou ainda, como as políticas de desenvolvimento rural ajudam, financeira e logisticamente, estes agricultores que tentam multiplicar as suas fontes de rendimento, etc. – interagem e condicionam a tendência para a diversificação no seio da exploração agrícola, é o foco daquilo que se propõe realizar.

Estas análises, tanto estatísticas como da literatura académica que traduz o estado da arte do conhecimento e metodologias de abordagem ao tema, tentarão alcançar uma perspectiva mais actualizada do assunto, correlacionando os vários factores mensuráveis já mencionados. O intuito será apreciar a forma como uma unidade de produção se encaixa na sua região, e como estas últimas, somadas, compõem o quadro cujas tonalidades ainda precisam de ser mais bem discernidas para entender-se como o desenvolvimento rural está a ser veiculado pelas diferentes abordagens e actores envolvidos.

O corpo da tese divide-se em quatro capítulos chave.

Seguindo este capítulo inicial introdutório, estende-se, ao longo do capítulo 2, a revisão bibliográfica que introduz os temas que envolvem a questão da tese e permitem definir o enquadramento teórico em que se baseia todo o trabalho.

Segue-se o capítulo 3, em que se apresentam o objectivo empírico do estudo, a informação consultada e a metodologia usada, os conceitos e a distribuição geral das explorações com ALNA, bem como a descrição e evolução das categorias de ALNA em Portugal Continental.

O capítulo 4 foca-se na caracterização do perfil das explorações que têm ALNA com base em variáveis ligadas às componentes física, económica e do trabalho nestas explorações agrícolas.

O capítulo 5 faz referência ao caso italiano e expõe algumas inferências comparativas que se podem desenhar entre os dois países; por fim, no último segmento da dissertação, discutem-se os resultados e expressam-se algumas conclusões.

## 2. UM RURAL EM MUDANÇA

A delimitação do espaço rural é já uma velha discussão e vai-se fazendo em cada estudo empírico consoante a sua geografia e escala. Baptista diz que o rural se faz das populações. O rural entende-se como o “conjunto dos povoamentos de pequena dimensão”, isto é, tomando como unidade de estudo o concelho, somam-se os grupos populacionais isolados àqueles que residem em comunidades compostas por menos de 2 000 habitantes. Nestas circunstâncias, associando esta composição populacional a um espaço de natureza agro-florestal, tem-se o que se denomina espaço rural (Baptista, 2010a).

Aquele rural de outrora, que era quase integralmente provinciano e muito limitado pelas suas fronteiras, há já algumas décadas que vem a nutrir efeitos de uma mudança que, simplificando, pode definir-se como uma polarização dos espaços, que agora não são apenas locais de produção agro-pecuária e de labores artesanais, mas oferecem também produtos e serviços que atraem um tipo de consumo feito maioritariamente por aqueles que são exteriores ao espaço rural (Woods, 2011).

Passamos a presenciar um rural mais à imagem do modo como este é olhado pelas populações urbanas – que enquanto agentes externos, percebem o rural ou como um meio letárgico e quase avesso ao progresso ou, então, e à luz dos mais recentes paradigmas, como um espaço de projectos que viabilizam a natureza e a sustentabilidade do meio ambiente. Por estarem ainda em fase de evolução, as oportunidades que estes criam alimentam uma expectativa de viabilidade cujo resultado, no longo prazo, não pode predefinir-se.

E, no fundo, pode julgar-se que em certa medida, estes modos de produção progressivamente mais especializados bem como os serviços, que por serem agora mais bem estruturados e os produtos mais eficazmente publicitados e comercializados, fazem hoje do espaço rural um sítio que enriquece menos as vidas das populações locais e mais as dos actores que no território podem investir ou que o procuram consumir (Woods, 2011) – os residentes vêem poucas alterações práticas.

É sobre esta questão fundamentada nos estados transitivos do meio rural que se foca a seguinte explanação teórica, que desenlaça estes aspectos nos quais assenta uma boa parte da teoria e das medidas para o desenvolvimento rural baseado na multifuncionalidade da agricultura, no contexto socioeconómico dos territórios e na diversificação das actividades lucrativas no espaço rural.

## 2.1. As Ideias de Transição e Diversidade do Rural

Criou-se uma dualidade expressada pela simultânea intensificação das áreas rurais mais produtivas e a quase desertão dos terrenos menos férteis – uma tendência detectada desde os finais do século XX em vários países mediterrânicos (Reig, 2006).

A transição rural define-se pela dissipação da importância de actividades de base agrícola no rural, lado a lado com o aumento de valor acrescentado a essas zonas pelas novas actividades de consumo do espaço rural e do património por outrem que não os residentes (Baptista, 2008).

Com as mudanças num rural tradicionalmente mais agrícola e artesanal, e que, nas últimas décadas, assistiu ao distanciamento entre a população rural e o aproveitamento agrícola do território, as terras podem vir a sofrer em nível da falta de gestão (sobretudo ambiental), que sempre foi levada a cabo pela população activa moradora nesses lugares (Baptista *et* Arnalte, 2008).

Algo que não é de todo conveniente, até porque Baptista (2010a) vem atestar que o rural enquanto espaço de consumo já se vai mesmo sobrepondo ao seu anterior carácter nuclear de produção. E, de facto, faltam por vezes alternativas para estes espaços que se procuram cada vez mais fazer rentabilizar através dos factores mais intangíveis inerentes ao local – sejam eles a paisagem, a gastronomia ou a cultura local, por exemplo.

A questão rural nos países desenvolvidos, como defendem estes autores, vem suceder à questão agrária, que era uma perspectiva que interpretava a produção agrária como sendo uma actividade com impacto relevante e necessário na malha social rural. Hoje vai-se além do valor da faceta agrícola dos territórios, tentando perceber o destino de um espaço e população que têm vindo a provar que a agricultura de facto já não estrutura assim tanto o meio rural.

Assim, a questão rural é uma que em parte se problematiza nestas numerosas transições de terra cultivada para propriedade ambiental; ou que pelo menos se espera que, num futuro, não vire incultos, mas sim espaços com uma componente natural e paisagística equilibradas. A passagem de um estado para o outro tem que ver com novos fluxos e objectivos inspirados nas novas procuras que caem sobre o rural. Partindo do princípio de que o cultivo já não é mais uma actividade obrigatória nas explorações agrícolas, esta

descontinuação da produção primária dá lugar a formas de exploração que embora continuem a basear-se na terra, já não se fazem nela.

No fundo, a conversão destes terrenos que deixam de funcionar maioritariamente para produção e passam a reflectir outras actividades – ou até mesmo a falta delas – está à mercê de ajudas, subsídios e propostas.

Acaba por faltar, muitas das vezes, alguma capacitação para a multifuncionalidade no sentido de uma gestão dos sistemas agrários que tenha em vista a proliferação de actividades de cariz turístico, baseadas na paisagem e cultura. Interessa incentivar-se processos de produção e meios de oferta que gerem um círculo de autofinanciamento que suporte a gestão dos serviços ambientais e patrimoniais (Baptista, 2010a).

Certo é que a logística destas transições e os correntes desenvolvimentos nas zonas rurais são um assunto sob constante adaptação e difícil de circunscrever com tácticas bem definidas ou modelos predeterminados; visto que estes nem sempre se aplicam, seja por serem algo frágeis, facilmente desactualizáveis ou, pelo menos, não inteiramente válidos nalguns casos (Arnalte *et* Miranda, 2003).

Contudo, entende-se que esta abscisão que abstractamente se pode desenhar, com base nestas análises, entre os espaços urbanos e rurais – aquilo que os caracteriza e a razão pela qual é válido assumi-los como locais diferenciados – é presentemente substantiada muito mais por aspectos relativos à população e à forma como esta se distribui pelo espaço ou as actividades das quais se ocupa, do que propriamente em “decisivas diferenças sociológicas” que estão hoje já algo esbatidas no plano das sociedades modernas (Baptista, 2010b).

Os territórios rurais fundam-se, tal como todos os espaços sociais, em vários tipos de capital. Com base no trabalho de Agarwal (2009) e nos de outros autores, abrigados pela terminologia da OCDE, assume-se vigorarem cinco tipos de capital que, por definição, enriquecem e vêm definir um qualquer território, região ou localidade rural: ambiental, cultural, económico, humano, e social.

E, como se intui, os capitais económico e social são de facto o conjunto mais preponderante no nível de produtividade rural. Porque num rural em transição, que vem a desconectar-se do seu território e vê parte da população refugiar-se nas melhores oportunidades do meio urbano, é importante que empresas locais estimulem emprego.



Por outro lado, sendo difícil que no pequeno meio rural existam companhias com dimensão relevante à escala local, o simples contributo destas para a ampliação do capital humano presente, juntamente com a atracção de outros actores externos qualificados, é por si só bastante benéfico para o desenvolvimento local (Agarwal, 2009).

Depois, numa via mais concreta, têm-se as associações para o desenvolvimento e os grupos de acção local enquanto unidades que permitem diferir as medidas e os fundos autorizados na direcção dos seus devidos beneficiários.

No entanto, estas associações são geralmente ainda pouco sucedidas no acto de nutrir confiança entre as populações, relativamente ao trabalho e à mudança por elas veiculada no espaço rural. Um outro problema do rural sujeito a este tipo de mudança estrutural é que com a diminuição da densidade populacional, diminuem também as componentes produção e competitividade. Outro aspecto a considerar é que aquilo que se vê enquanto desenvolvimento pode não coincidir bem com aquilo que se exterioriza em termos de produção mensurável (Baptista, 2010a).

Outra face dos territórios frequentemente tida como difícil de gerir e rentabilizar é o património. Este que se compõe um pouco de quase todos os elementos do rural, mas particularmente dos capitais cultural e ambiental, e em parte, do capital social que muitas vezes é capaz de caracterizar tão bem certas regiões como a própria paisagem natural o faz. E uma das soluções passa assim por usar o património como chave para abrir empreendimentos futuros e incitar interesse, nos tempos que correm, pelo espaço que ainda caracteriza grandemente épocas passadas e tradições culturais valorizadas.

Neste sentido, Baptista (2008) expressa ser mais do que legítimo afastar a ideia de que património é um bem que embora potencialmente rentabilizável, se considera estagnado por não poder ser renovado – porque se acha que renovar o património significa matá-lo ou deturpá-lo – quando na verdade não é bem assim.

Estes dilemas que baseiam a ideia de transição do rural vão-se desmultiplicando com a perspectiva de perda progressiva dos capitais ambiental e até cultural e social, cuja perenidade parece depender da protecção da paisagem e manutenção desses espaços e ecossistemas que outrora se achavam ser mais funcionais por interagirem intimamente com a produção agro-pecuária, silvo-pastoril e os ofícios artesanais.

A diversidade do rural é promovida por vias diversas. Exemplificando, serviços como o turismo rural ou outras actividades que tirem proveito do território de alguma forma que não seja directamente ligada à prática da produção, trazem grande proveito aos espaços nos quais estão instalados. Por vezes à custa de alguma perda no emprego agrícola – embora nem sempre assim seja – gera-se maior oportunidade para outras classes de mão-de-obra que trazem a jogo diferentes tipos de capital humano. E, espaços que se tornam mais atractivos, automaticamente diversificam a sua economia local de forma mais rápida.

As outras formas de capital (económico e humano) que perfazem esta roda cujo eixo é o desenvolvimento do rural, também têm sido afectados pela passagem do tempo e consequente progresso, interagindo todos de um modo que veio olear estas mudanças consideradas a questão rural.

Em vantagem do desenvolvimento do espaço rural, interessa permitir que a segregação ocorrida entre espaços de produção e espaços de consumo possa voltar a articular-se e se enlacen aquelas fronteiras que os definem e ao mesmo tempo os separam. Isto para fazer frente ao facto de que é visível o quanto o rural tem vindo a expressar dinâmicas que tendencialmente se desapegam do território que lhe pertence (Baptista, 2010b).

Passa-se assim a tentar executar um desenvolvimento que embora local, já tem como base a quebra de coesão entre as populações e a terra, promovendo daí um progresso num contexto que, mesmo corrompendo o tecido tradicional do rural, se torna sensato porque estes espaços já estão desvirtuados e não responderão com sucesso a medidas desactualizadas, que tentem contrariar o enquadramento real (Baptista, 2010b) – um rural composto por populações e por território, que se entrelaçam cada vez menos, fazendo-o apenas no caso de essa ser a via mais lucrativa e dinamizadora para o actor empreendedor.

As questões que estes processos de transição levantam ao seguimento do desenvolvimento rural centram-se nas consequências geradas pela deslocalização das populações activas e nalguma perda de capital circulante que no passado advinha das trocas entre os agregados que produziam na agricultura.

Por outro lado, com esta tendencial urbanização do lado rural, o desenvolvimento passará por seguir as linhas normais da evolução que todas as comunidades sempre têm em relação ao local em que habitam. Algo que continuará a basear-se na progressiva desconexão entre os actores e o trabalho primário, advindo, no entanto, uma resultante cumulativamente positiva, visto que os tipos de capital que mais fazem a diferença no longo

prazo em termos de efectiva modernização, esses tendem a aumentar com os crescentes níveis de educação e formação.

## **2.2. Novas Actividades, Procura e Funções do Meio Rural: o papel das explorações agrícolas**

Nesta tese, e para que se esclareça desde já qual a definição de “diversificação” aqui em foco, usam-se as palavras de Reig (2006) para explicar que o interesse recairá sobre a “diversificação das actividades existentes dentro da própria exploração agrícola, o que diverge, em significado, do termo “pluriactividade” dos agricultores”. Por sua vez, a esta gama de actividades que se estendem dentro de uma mesma exploração passa a chamar-se, de forma lata, “multifuncionalidade”, a partir do momento em que se tomem como bens pertencentes a todos, os resultados provenientes destes conjuntos de actividades (Bryden *et al.*, 2006).

A diversificação de actividades surge como uma solução que pode ser mais ou menos óbvia, mas que em teoria é vantajosa porque viabiliza a desmultiplicação das formas de rendimento.

Seja por permitir um desafogo financeiro ao agricultor, por gerar emprego para o agregado familiar e outros trabalhadores da comunidade, ou até por, no fim, promover um desenvolvimento local no sentido lato, espera-se que estas alternativas criadas não só recuperem o investimento nelas feito e dêem lucro, mas sim que se transformem, idealmente, numa fonte autofinanciável de rendimento e venha beneficiar actores e espaços além da família do proprietário e dos muros deste seu investimento privado.

Especialmente os países mediterrânicos, com uma agricultura particular por estar ainda em fase de notória mudança e ser comparativamente menos desenvolvida do que a do resto da Europa, são os receptores mais indicados para estes projectos rurais de diversificação económica.

Isto na medida em que, geralmente, o cenário em países como Portugal, Espanha, Itália ou Grécia reveste-se de explorações de pequena dimensão física, proprietários envelhecidos, baixos níveis de rendimento aliados a altas taxas de desemprego rural – e em

boa parte destes casos, o emprego agrícola representa uma parte considerável do emprego total nessas nações (Vidal *et al.*, 2001).

Portugal, à data do estudo apresentado por Vidal *et al.* (2001), toma mesmo a primeira posição enquanto país europeu com maior peso do sector agrícola no emprego: cerca de 20% do emprego nacional – sendo boa parte dessa força de trabalho, pluriactiva.

Noutros sistemas de agricultura da Europa, como van der Ploeg *et al.* (2009) escrevem sobre o caso holandês, embora a liberalização económica tenha contribuído para um crescendo de atenção para estas outras actividades lucrativas dentro e fora da exploração, o que é certo é que nos Países Baixos a moda da pluriactividade nos agregados rurais era vista como uma tendência efémera. Em boa parte, este lapso no julgamento de uma realidade nova que se erigia nestes espaços deveu-se às políticas, maioritariamente defensoras do progresso agrário em detrimento dos sistemas de multifuncionalidade.

Já em França, os mesmos autores explicam como o paradigma no país sempre contrastou com o preconceito vigente no caso anterior. A agricultura francesa, sendo mais fundada numa abordagem que valoriza os “sistemas de actividade”, desmente o velho conceito de empresa agrária clássica ao mostrar como as diversas funções e actividades do rural se encruzilham no sentido de promover um rural mais actual e desperto para fontes várias de rendimento que transcendem o simples trabalho na terra (van der Ploeg *et al.*, 2009).

No geral, a modernização e progresso tecnológico do sector agrícola implicou uma inevitável quebra no emprego agrícola. Dependendo da região e do grau de intensificação produtiva da exploração agrícola em causa, a produção agrária tornou-se ora mais familiar – porque cada vez mais, menos mão-de-obra chega para acompanhar os esforços necessários à produção, crescentemente mecanizada e muito mais eficiente (Baptista, 2001) – ora mais assalariado por causa da quebra na agricultura tradicional familiar em função da real intensificação, virada para os grandes mercados e desligada da anterior integração com o campo e as pessoas (Arnalte *et Ortiz*, 2004).

E não só este decréscimo na população empregada na agricultura é notável, como parte desta força laboral vê-se assim com renovada disponibilidade para perseguir oportunidades de trabalho afastadas do sector agrícola. Ambicionam procurar rendimento por vias alternativas que possam eventualmente coexistir, traduzindo-se isto numa pluriactividade induzida pelas circunstâncias de vida nos territórios rurais (Baptista, 2001).

É também facto que uma parte do agregado familiar nestes enquadramentos rurais mais modernos já não pretende de todo estabilizar-se na exploração e labor agrários liderados pelo patriarca – com os jovens e as mulheres a preferirem buscar emprego fora dos portões da propriedade agrícola (Reig, 2006).

Num outro trabalho, van der Ploeg *et Roep* (2003) delinearam uma estrutura que auxilia na explanação da diversificação multifuncional (i.e., a diversificação apontada no sentido da agricultura multifuncional). Defendem que os incrementos na performance e desenvolvimento da exploração agrícola se podem atingir seguindo três estratégias: “aprofundamento, alargamento e reassentamento”.

O *aprofundamento* está ligado a actividades de valorização e inovação dos produtos que circulam dentro da cadeia de abastecimento agro-alimentar; o *alargamento* incide sobre bens não alimentares e serviços que promovam a entrada em novos sectores de negócio; e o *reassentamento* impacta o quadro organizacional de gestão da propriedade agrícola, inspirando um investimento naquelas actividades não directamente relacionadas com a exploração (van der Ploeg *et Roep* (2003).

Dados levantados num estudo de caso italiano por Finocchio *et Esposti* (2008), correlacionam a probabilidade de ocorrência desta diversificação multifuncional em função de variáveis respeitantes à natureza dos territórios, tipologia da exploração agrícola, características específicas do proprietário e as medidas de apoio aplicáveis.

Concluíram que propriedades muito especializadas com maiores margens brutas tendem a não seguir estas linhas para a diversificação. Entende-se também que a superfície agrícola utilizada (SAU) de uma exploração não influi significativamente esta tendência, embora a existência de capital físico tenha surgido como relevante para a diversificação multifuncional. Releva-se ainda que embora aspectos geracionais como a presença ou não de sucessores ligados ao sector agrário não nutra influência nesta decisão, reconhece-se que os agricultores mais velhos aceitam melhor actividades da categoria do *aprofundamento* em detrimento das outras duas, que exigem um espírito mais inovador e desviado dos processos normais ligados à terra e ao seu cultivo (Finocchio *et Esposti*, 2008).

Completando, o artigo esclarece que – pelo menos para o caso da região de Marche, em Itália, sendo-nos dada a liberdade de extrapolar para o corrente estado da agricultura na Europa do Sul – tem-se assistido a uma atitude crescentemente positiva no aceite e aplicação destas práticas de diversificação multifuncional. No entanto, parece não haver

evidência de uma relação positiva entre esta diversificação e as políticas de desenvolvimento rural. Em adição, observa-se até que o 1º pilar da Política Agrícola Comum (PAC) emerge como um certo obstáculo a este fenómeno, por favorecer os esforços de cariz produtivo e agrário, deixando à margem esta vertente do desenvolvimento (Finocchio *et* Esposti, 2008).

Em contrapartida, pode logicamente defender-se que a função produtiva do rural gera por si só inúmeras vantagens de índole ambiental para o território, e que no caso de se abdicar do peso do 1º pilar na economia agrária em prol dum fortalecimento dos apoios disponíveis para o 2º pilar da PAC, podem gerar-se consequências organizacionais e estruturais que não beneficiarão de todo a actividade primária estabelecida nos mais variados espaços rurais (Colson *et* Mathurin, 2013).

A verdade é que a expressão destas outras actividades diversificadas que transcendem a produção agrícola é, de facto, ainda muito pequena na Península Ibérica. Tanto que, segundo Baptista *et* Arnalte (2008) e a sua análise das explorações ibéricas com dimensão económica superior a 1 UDE (i.e., margem bruta igual ou superior a 1200 Euros) para o ano de 2005, Espanha admitia apenas 3,3% de propriedades com actividades lucrativas não agrícolas.

E embora em Portugal este número chegasse aos 10,6%, e fosse deveras comparativamente superior ao espanhol, não deixa de ser a prova de que este tipo de actividades tem sido tímida e, por isso, talvez seja sensato reconhecer que nestes países, a via para o desenvolvimento rural poderá não passar por investir tanto nestes esforços de diversificação (Baptista *et* Arnalte, 2008).

Certamente, esta criação de caminhos alternativos não surge sem um estímulo, e é de facto evidente que nas últimas décadas tem-se aguçado a procura de novas actividades no rural e espaços circundantes. Claro está que as tendências são “injustas” no sentido em que se descontinua produtos, cultura e tipicidades em prol da constante mudança dos desejos do consumidor. Mas é em função desta relação quase biunívoca entre os movimentos de procura e oferta que se fortalecem as economias locais e catalisa a continuação desta diversificação (Baptista, 2010b).

## 2.3. Que Desenvolvimento Rural?

O desenvolvimento rural tanto pode ser tomado como um conceito intemporal, que abrange os diversos elementos que o rural deve abraçar para poder fortalecer-se e atingir um estado de maior prosperidade económica; ou apenas como mais uma fase, uma forma de intitular a intenção do novo *modelo de agricultura europeu* e o que este propõe rastrear, valorizar e transformar para o melhoramento da problemática rural. Particularmente, este modelo vem suceder o anterior *paradigma de modernização da agricultura* que se entende ter atingido os seus “limites práticos e intelectuais” (van der Ploeg *et Roep*, 2003).

Enquanto que o paradigma anterior elevava medidas viradas para a especialização produtiva nas explorações e procurava, no fundo, apartar a agricultura dessas outras actividades rurais, o actual modelo enriquece-se com as teorias focadas nos benefícios recíprocos entre actores e empresas, em que a fluidez entre as mais variadas actividades surge como objectivo fulcral (van der Ploeg *et Roep*, 2003).

Marsden (1998) explica que as políticas devem ter como base uma visão integrada, inclusiva a um nível lato, compreensiva e holista de cada território rural, visto estes terem o seu carácter enraizado, crescendo assim por vias diferentes e personalizadas. Nesse sentido, deverão ser trabalhados métodos para avaliar qual o tipo de capital territorial que predomina numa localidade e verificar assim o seu maior ou menor potencial para propalar o desenvolvimento rural.

As políticas ajudam maioritariamente pela via da entrega de capital aos projectos aceites; ficando depois a dúvida em que medida o sucesso desses de facto se verificou. Até porque o desenvolvimento rural é difícil de fiscalizar, por muitas das vezes não haver uma meta ou produto materializável que advenha desse investimento (Baptista, 2010a).

É que embora os espaços rurais que integram uma determinada região possam apresentar semelhanças entre si, acabam por existir claras diferenças entre as várias regiões, e nesse sentido, as políticas devem continuar a munir-se de uma frente que compreenda as especificidades do território em detrimento de ideologias mais sectoriais (Vidal *et al.*, 2001).

De facto, com o desenvolvimento rural enquanto 2º pilar da PAC, de forma gradual, as políticas têm englobado uma perspectiva territorial mais abrangente, através das diferentes estratégias – sejam elas apontadas à agricultura, ambiente ou meio social –

concretizadas cada vez mais no sentido da integração horizontal entre as distintas facetas das medidas de desenvolvimento (Vidal *et al.*, 2001).

E porque as estratégias devem sempre basear-se nestes detalhes intrínsecos e muito variáveis entre os diferentes tipos de rural, o sucesso depende dessa correcta caracterização e aproveitamento das dinâmicas mais esparsas dos espaços rurais (Woods, 2011). Daí, advém a insurgente dificuldade em sistematizar abordagens baseadas nalgum conjunto singular de tácticas.

Ao mesmo tempo, e embora exista sempre legitimidade para perspectivar o futuro do desenvolvimento rural, compreenda-se que este processo nunca terá um verdadeiro fim, porque a diversificação acaba por ser algo inerente ao rural e que sempre lhe foi natural (Woods, 2011).

Seguindo para as questões da concretização prática do desenvolvimento rural, Gkartzios *et Scott* (2013) começam por enaltecer a importância e quase inevitabilidade de perceber o desenvolvimento como mudança social – conexão entre actor e espaço – fazendo a ponte entre acção individual e a performance de toda a estrutura envolvente.

Neste sentido, as iniciativas puramente exógenas no espaço rural despertam cuidado por serem potencialmente imperfeitas e nem sempre prezarem o equilíbrio da vida rural.

Mais do que de desenvolvimento rural, fala-se de um desenvolvimento local. E este, para além de definir literalmente e acima de tudo a evolução sofrida à escala mais reduzida que caracteriza um qualquer local, tem efectivamente maior significado quando aplicado ao espaço rural – que deve ser interpretado como um espaço composto pela agregação dos pequenos contributos locais mais do que como uma mancha indiferenciada no território.

O quadro económico bem como a mentalidade e acções próprias de cada actor influi de forma importante no território e enredo locais. De tal forma que, nestes lugares, os intervenientes ditam mais a mudança aí vista do que os seus homólogos urbanos conseguem influenciar o espaço citadino. Isto porque as populações são esparsas e, por consequência, as suas acções teoricamente mais significativas, independentemente da grandeza de cada contributo individual (Yruela, 2002).

De facto, o intercâmbio entre as pessoas e a sua região deverá ser adoptado como ferramenta para um desenvolvimento próspero e mais sensato dessas zonas.



Também não pode menosprezar-se o peso que a produção agrícola ainda tem no total do rendimento económico local em muitas áreas rurais. A agricultura e a silvo-pastorícia permanecem como um eixo das novas actividades não propriamente agrícolas, mas que irradiam dessa função tradicional comum que em tempos hegemonizava o espaço.

Neste seguimento, debrucemo-nos um pouco sobre esta já consolidada perspectiva de um desenvolvimento rural com base no sector agrícola. Uma que aposta na experiência adquirida por parte dos actores experimentados nos espaços agrícolas, que sabem movimentar-se e rentabilizar a sua actividade primária.

Esta articulação entre a agricultura e o desenvolvimento explica-se pela relação notoriamente positiva entre a actividade agrícola e a resultante viabilidade económica dos espaços rurais. São dois os argumentos regedores desta opinião – por um lado, a vontade que está detrás da criação de políticas promotoras de um “dinamismo económico ambientalmente sustentável”; por outro, a atenção às “transformações da estrutura social e económica do campo em resposta às mudanças tecnológicas e novas demandas da sociedade” (Reig, 2006).

Até porque julga-se ser mais fácil fomentar melhorias no sector agrícola do que tentar inventar novos sectores que poderão custar a instalar de raiz ou nem nunca vir a ser a resposta mais dinâmica em todos os casos particulares. E na verdade, ainda há margem para expansão no nicho das matérias primas naturais e endógenas, directamente ligado ao sector mais primário e também ao secundário, que é naturalmente muito dependente do anterior (van der Ploeg *et al.*, 2000).

Um estudo estatístico feito por van der Ploeg *et Roep* (2003) levantou que o processo de desenvolvimento rural se encontra indubitavelmente em andamento nas explorações europeias, especialmente dentro do conjunto dos agricultores profissionais – com a Alemanha e a Itália a liderarem na percentagem de proprietários (mais de 50%) que admitem estar envolvidos em práticas para o desenvolvimento; seguidas pela Espanha e a Holanda (entre 40 e 50%) e por fim a Irlanda e o Reino Unido com, respectivamente, 37% e 30% dos seus agricultores gerindo as suas explorações agrícolas com base em tácticas para o desenvolvimento rural.

O desenvolvimento é jogado, frequentemente, na interface da aplicação de políticas públicas e privadas, com o objectivo de inovar tecnologicamente o sector agrícola. Mas as políticas são muitas das vezes frágeis e de aplicação condicionada, e a agricultura

encontra-se já perto de atingir um *plateau* de produtividade difícil de ignorar (van der Ploeg *et al.*, 2000).

Assim, enquanto alguns defendem que estes progressos são alcançáveis integrando a agricultura com outras actividades, outros discordam desta ideia de integração, apoiando, em alternativa, a noção de coexistência – visto ser desafiante para um qualquer actor monitorizar e rentabilizar propriamente todo um leque de actividades ao mesmo tempo.

A relevância dos actores destes espaços transparece ainda mais quando se fala de políticas de apoio e subsídios concedidos no âmbito do desenvolvimento. Porque o capital social é mais facilmente alvo da ajuda viabilizada por essas estratégias financiadas pelo Estado, visto ser mais apelativo e de bom senso investir em pessoas do que em negócios (Agarwal, 2009).

Outra razão assenta no facto de que hoje, o crescimento do rural já não se sacia com a construção de novas infra-estruturas – tal como se viu à sombra das estratégias do já ultrapassado paradigma da modernização – sendo sim viabilizado pela aposta nos recursos humanos (Yrueala, 2002).

Claro está que a intenção não é de todo desprezar o contributo que o sector agrícola dá e continuará a dar à economia de muitas áreas rurais, mas o dilema em torno do aprimoramento destes novos trilhos que levam ao fomento do campo enquanto local de interesse, assenta naquilo que cada pessoa, agregado e classe social pode fazer pelo desenvolvimento local do espaço em que reside e realiza actividades.

Assim, tal como defendem van der Ploeg *et al.* (2000), deve-se ir pela criação de percepção para a necessidade de maior dinamismo e redes económicas fundadas no capital social – as pessoas e o seu valor intrínseco para a evolução do rural – só depois atentando à forma como fluem os restantes tipos de capital.

O desafio resta então em procurar estimular oportunidades e vias para evitar que esse capital social e humano no qual se investiu, não acabe por emigrar. Daí a importância de construir um forte sistema empresarial e de serviços que vingue e expanda no espaço rural (Agarwal, 2009).

Suportando este paradigma, apresentam-se as novas teorias de desenvolvimento rural baseado em abordagens “neo-endógenas” (Gkartzios *et* Scott, 2013) e jamais tão dicotómicas como outrora se assumiu; um tópico amplamente analisado por Ferragolo na sua tese (2000).

Marsden (1998) definiu esta nova abordagem, em termos conceptuais, como uma “terceira via” que irradia da encruzilhada entre as conexões internas num determinado local – escrutinadas pelos modelos endógenos de desenvolvimento – e as externas, que cabem no cabaz das metodologias de cariz exógeno no espaço rural.

No fim, busca-se um estado em que o velho e o novo se possam fundir, com fluxos de investimento vindos de fora das fronteiras que circundam os territórios e que permitam assim ajudar o rural a desenvolver-se a si mesmo (Woods, 2011).

O conceito de desenvolvimento neo-endógeno sustém-se no modo como os actores locais “vendem” a endogenia aos actores externos, e a marca mais progressiva desta abordagem tem que ver com esta mesma percepção da importância dos protagonistas forâneos no campo – a apreciação do consumo que estes fazem e que “paga” as tácticas empregues no desenvolvimento rural.

Por essa razão, estende-se a dúvida às iniciativas baseadas nos esforços meramente endógenos, por existir uma possível tendência para que o desenvolvimento gerado desta forma não vença princípios de segregação e repartição da riqueza pelas elites rurais, tal como havia acontecido desde um passado algo distante (Gkartzios *et* Scott, 2013).

Portanto, e embora teoricamente o desenvolvimento rural de base endógena seja a visão mais idealista, na prática entende-se que não funcionará como expectado e, para o aperfeiçoar, as mais recentes abordagens neo-endógenas vêm a ter-se como mais funcionais (Gkartzios *et* Scott, 2013) – com interacção e interconexão a várias escalas e níveis da teia socioeconómica.

O rural e o modo como o seu progresso se desenrola tem vindo a assentar cada vez mais nos contextos de procura criados exteriormente às fronteiras geográficas que delimitam o território rural (Baptista, 2010, b; Marsden, 2003). Isso exige que se saliente a importância dos trabalhadores migrantes e do capital humano que acarretam ao comutarem para estas localidades, havendo dados indicadores de que estes são mesmo melhores promotores e geradores de desenvolvimento local do que os próprios locais – os actores exógenos

mostram geralmente maiores níveis de eficiência operacional, maior propensão para expansão futura e maior confiança nos negócios que criam (Atterton *et al.*, 2011).

Mas embora o conjunto de aptidões destes investidores exógenos qualificados, recém-chegados ao rural, seja crítico para a abertura destes espaços a novas oportunidades que sejam mais amplas e conectem com outros agentes e empresas exóticas ao território, a relevância dos proprietários locais nunca se esfumará, visto que estes têm um papel na manutenção dos tipos de capital que apenas um residente com um passado e vivência locais consegue embutir e fazer perpetuar na sua envolvente social e territorial (Atterton *et al.*, 2011).

E quando, porventura, se analisam disparidades aparentes entre um rural com fortes dinâmicas e outro que aparece como estagnado e algo degradado, para além das características intrínsecas a cada um que podem explicar de alguma forma o grau de diferença entre a evolução notada nos espaços (Sánchez-Zamora *et al.*, 2014), percebe-se que a grande maioria destas trajectórias diversas que se esboçam ao longo dos anos dependem tanto da sua rede local de actores e das conexões centrífugas que estes estabelecem, como dos próprios recursos internos que sempre compuseram a identidade do espaço (Atterton *et al.*, 2011).

## **2.4. A Multifuncionalidade do Rural e das Explorações Agrícolas**

A multifuncionalidade prende-se naquilo que o rural enquanto espaço de actividades e projectos fundamentados em modos de produção tradicionais pode oferecer não só aos actores, mas à esfera maior que integra o conjunto da sociedade, ambiente e património.

Visto estes incontáveis elementos da natureza rural serem produzíveis, consumíveis e comercializáveis, e partindo da sua disponibilidade, a comunidade pode satisfazer as suas necessidades – explica-se assim a função geral agrícola moldadora do desenvolvimento rural aliado à multifuncionalidade (Arnalte *et Ortiz*, 2004).

Agora, dividem-se as opiniões no que toca ao modo como esta gestão do desenvolvimento se faz e quais as entidades mais capazes de a liderar. Se por um lado há quem defenda que a organização desta multifunções é melhor executada ao nível da localidade e do conjunto de actores activos no espaço, também se questiona em que medida

não serão as explorações agrícolas os melhores motores para promover diversidade no rol de funções existentes no meio rural.

Hoje, legitima-se o valor acrescido intrínseco à agricultura multifuncional, pela forma como a ampla gama de possíveis actividades trabalhadas no berço de uma exploração agrícola acaba por enriquecer a coesão socioeconómica no espaço rural. De novo, concorda-se com o modo como esta se enraíza no carácter plurifacetado de muitos territórios e comunidades ainda fortemente vinculados à agricultura (van der Ploeg *et al.*, 2009).

Se por um lado se procura confiar aos actores residentes estas funções para o desenvolvimento multifuncional dos espaços, alternativamente, pensa-se em exteriorizar estas funções para empresas exógenas ou, porventura, averiguar quais os actores locais que se encontram em melhores condições de adoptar estratégias para a manutenção destas características do território que os próprios exploram (Baptista *et Arnalte*, 2008).

Mas da mesma forma que a exploração agrícola surge aqui como motor a partir do qual se geram resultados para a multifuncionalidade, as apostas deverão naturalmente passar por ir além destas – integrando-se os variados elementos que, em prática, compõem a consistência do rural como o sector mais primário de todos: uniões industriais, associações não-governamentais, ambientalistas, consumidores, e a população agrícola em geral (Massot, 2000, *cit in* Reig, 2006).

E de facto é interessante recordar que a maior parte das tradicionais quintas ou explorações agrícolas familiares sempre foram, por definição, multifuncionais. Isto porque funcionavam impactando o interno do seu globo social de formas que ultrapassavam a mera função empresarial e de produção de bens alimentares ou outros (Bryden *et al.*, 2006).

Em Espanha, tal como em Portugal e em boa parte dos países europeus, uma grande fracção dos recursos subsidiários acaba nas mãos daqueles proprietários que se focam exclusivamente na produção agrícola (Reig, 2006). Levanta-se assim a necessidade de que as políticas e medidas para o desenvolvimento se diferenciem e não permaneçam tão atadas à outrora primordial função agrária dos espaços rurais, devendo sim adoptar-se uma estratégia mais integradora e menos sectorial.

Porque embora esteja a assistir-se mais e mais a uma mudança neste padrão teórico, é fácil ver a multifuncionalidade como abstracta, reduzindo-a a acepções minimalistas ou demasiado gerais que parecem inviabilizar a correcta aplicação do conceito.

Tradicionalmente, o financiamento comunitário que sempre se fez acima de tudo aos proprietários agrícolas, vinha alimentar a “modernização agrícola e sustentar o rendimento dos agricultores no processo de liberalização dos mercados agrícolas” – enfatizando-se tendencialmente as consequências menos positivas que advinham da multifuncionalidade, que era percebida como um “desvio dos subsídios outrora destinados às explorações” (Reig, 2006).

Também se questiona a ponte que pode conceptualizar-se entre a multifuncionalidade e a diversificação de actividades. Van der Ploeg *et al.* (2009) explicam como “a multifuncionalidade não consiste numa simples justaposição de diferentes actividades”, visto que o termo implica que “um determinado espaço seja simultaneamente usado para fins agrícolas, para a reprodução de paisagens, conservação da biodiversidade, contribuições ambientais, outras actividades lucrativas embutidas nos empreendimentos rurais, etc.”.

E em muitos casos isto significa uma modificação mensurável nas logísticas agrárias e nas funções que transcendem a produção, tendo em conta o papel que a diversidade dos sistemas de actividades assume neste processo de reencontro de novos marcos sociais, ambientais e económicos (van der Ploeg *et al.*, 2009).

Nalguns sistemas e agregados agrícolas locais, existe alguma dificuldade em implementar quadros de multifuncionalidade. Contudo, é difícil explicar o porquê. Não se sabe se é uma questão de atraso temporal na abertura a estas alternativas, se as políticas são pouco apropriadas a cada caso específico ou se, por exemplo, existem algumas barreiras ligadas aos vários tipos de capital imbuído nos espaços, e que põem em causa o enraizamento de uma gestão multifuncional do território (Arnalte *et Ortiz*, 2004).

O conceito aqui em análise acaba por encaixar-se numa visão mais estruturada que explana o sector agrícola como sendo uma soma de elementos e funções mais ou menos acessórias, mas que trazem aos espaços o seu carácter diverso por já não pertencerem somente ao plano basal da produção e transformação primárias.

Como van der Ploeg *et Roep* (2003) escrevem, “o rural já não é o monopólio dos agricultores”, e o desenrolamento destas formas de articulação das actividades vem justificar essa premissa.

Por fim, resume-se a multifuncionalidade como sendo uma cadeia de ligação entre componentes que começam por emergir de uma agricultura mais sustentável, mas depois passam também a abranger questões como a segurança alimentar, conservação da paisagem e do ambiente, ou o equilíbrio territorial, sendo este o panorama que representa a ideia de rural multifuncional. É uma concepção que se debruça sobre o quadro de resultados teoricamente atingíveis, por vezes sugerindo que se ignorem algumas limitações práticas em prol de uma projecção mais positivista e criativa para o alcance de metas relativas à sustentabilidade das dinâmicas territoriais (Borrelli, 2016).

### **3. NOÇÕES E ALTERAÇÃO DOS CONCEITOS NA BASE DAS CATEGORIAS DE ALNA**

Este estudo que tem como substrato a informação secundária relativa às explorações agrícolas recolhida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pretende esboçar uma linha temporal que acompanhe e caracterize o estado das explorações agrícolas com ALNA.

Tendo como fundo alguma literatura referente que se desenvolve sobre este tópico, assim como a ligação e cruzamento que pode fazer-se entre certas variáveis recenseadas, é através desta análise conjunta que se realizarão os ensaios teóricos.

Assim, a principal metodologia empregue neste processo de interpretação dos dados fundamenta-se no confronto entre as frequências absolutas obtidas para cada uma das variáveis consideradas relevantes para o estudo destes casos.

Neste capítulo, para além da breve explanação que se segue para as fontes de informação utilizadas, segue-se uma definição dos conceitos de exploração, produto agrícola e ALNA. Depois, segue-se o desenvolvimento das nuances das explorações com ALNA, desde a sua distribuição geográfica à importância e intensidade da diversificação em cada região. Por fim, conclui-se este segmento com a descrição individual de cada categoria de ALNA.

#### **3.1. Fontes de Informação Utilizadas**

Para a recolha de informação secundária, escolheram-se os Recenseamentos Agrícolas (RA) de 1999 (ano agrícola 1998/1999) e 2009 (2008/2009), bem como em informação levantada em Inquéritos à Estrutura das Explorações Agrícolas – aqui seleccionados como mais úteis os de 2005 (ano agrícola 2004/2005) e 2016 (2015/2016) por representaram períodos de referência temporalmente bem distribuídos em relação às datas dos Recenseamentos.

Note-se que, por definição, estes Inquéritos à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA) e a validade das conclusões que se inferem destes é coerente com as tiradas pelos Recenseamentos (operações censitárias) e representativa do universo; assim sendo, “os resultados dos IEEA são comparáveis com a informação constante na série de dados dos inquéritos de estruturas (início da série de dados em 1989)” (INE, 2016, a).



A comparação entre estas datas servirá para compreender a curva tendencial da realidade em estudo. Porque é fundamental que as nuances de desenvolvimento rural sejam estudadas ao longo dos anos, visto ser essa a única forma de esboçar contornos que representem o mais fielmente possível o percurso desta temática em anos recentes. Séries temporais abrangentes são essenciais para medir-se o progresso a este nível.

Com base na informação recolhida nestes quatro momentos, partiremos numa avaliação comparativa dos dados estatísticos.

É de referir que as conclusões inferidas ao longo de toda a tese sobre o panorama nacional dizem respeito somente a Portugal Continental, que inclui as sete regiões agrárias: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira Litoral, Beira Interior, Ribatejo e Oeste, Alentejo e Algarve.

Não se consideram as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, tanto por serem algo diferentes, em natureza, das regiões do Continente, como por serem muito pequenas e pouco impactantes nos valores finais que espelham o país no seu todo.

### 3.2. Noção de Exploração Agrícola, de Produto Agrícola e de ALNA

Por mais mudanças que possam existir nos espaços rurais, no que toca aos guias metodológicos e conceitos que suportam os Recenseamentos e Inquéritos agrícolas o INE procurou manter constantes os termos e definições em vigor; acima de tudo por razões da comparabilidade ao longo da série de dados que teve início em 1979, com o Recenseamento Geral Agrícola de 1989 a ter sido o primeiro levantamento agrícola feito exaustiva e simultaneamente em todas as regiões do país (INE, 2009, a) – mas actualmente ainda mais por motivos de uniformidade da informação recolhida pelos vários países membros da União Europeia.

Começando pela noção de **exploração agrícola**, os *Conceitos* e o *Documento Metodológico* referentes ao RGA 1999 e IEEA 2007, respectivamente, assumem a seguinte designação:

“Unidade técnico-económica que utiliza mão-de-obra e factores de produção próprios e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes:

- a) produzir um ou vários produtos agrícolas;
- b) atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais, etc.);
- c) estar submetida a uma gestão única;
- d) estar localizada num lugar determinado e identificável.”

É interessante notar que os *Documentos Metodológicos* mais recentes, dirigidos ao RA 2009 e IEEA 2016, actualizam o ponto a) citado no parágrafo anterior, redefinindo assim a exploração agrícola, e estabelecem que estas devem “produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos” (INE, 2016, a), em conformidade com o *Regulamento (CE) n.º 1782/2003*.

No artigo 2.º deste Regulamento está declarado que, pela reforma da PAC de 2003, “a manutenção das terras em boas condições agrícolas e ambientais foi introduzida enquanto actividade agrícola” e que, “para além desta, os agricultores não têm de exercer qualquer outra actividade agrícola para aceder ao Regime de Pagamento Único (RPU)”.

Uma definição que veio actualizar a noção que se tinha do conceito, ao admitir que de facto, e actualmente mais do que no passado, muitas explorações agrícolas não produzem

qualquer tipo de produto agrícola, mas nem por isso deixam de assumir o seu lugar no território rural.

Sobre **produtos agrícolas**, consideram-se todos os não transformados provenientes do solo, pecuária e pesca, desde que “abrangidos pelo *Anexo I do Tratado de Amesterdão* (1997), com excepção dos produtos da pesca e da aquicultura abrangidos pelo *Regulamento (CE) n.º 104/2000, do Conselho, de 17 de Dezembro de 1999*” (Decreto-Lei n.º 85/2015).

De facto, para integrar também os milhares de explorações agrícolas com produção florestal, o *Manual de Instruções* para a realização do Recenseamento (INE, 2009) apresenta, no *Anexo I*, a lista de produtos agrícolas e florestais que satisfazem a condição “a) a exploração deve produzir um ou vários produtos agrícolas”.

Estima-se que mais de 70% dos produtos agrícolas produzidos na União Europeia são transformados em produtos alimentares manufacturados; o inventário deste tipo de produtos vem expressa no *Regulamento (CE) n.º 510/2014*, que integra todos aqueles produtos não apresentados na listagem do *Anexo I do Tratado de Amsterdão*.

Por fim, o conceito de **Actividades Lucrativas Não Agrícolas** da exploração define-se como “actividades lucrativas da exploração, que não sejam agricultura, mas que estejam directamente relacionadas com a actividade agrícola e que utilizem os recursos da exploração” (INE, 2009, a); sobre o trabalho ligado às ALNA, os *Conceitos* do RGA 1999 acrescentavam que “estas actividades podem ser desenvolvidas pelo produtor, cônjuge ou outros membros da família; pode também ser utilizada mão-de-obra assalariada, desde que esta desenvolva também trabalho agrícola” (INE, 1999, d).

Sabe-se que não é do todo infrequente que algumas explorações agrícolas apresentem outro tipo de actividades mais ou menos desligadas da produção agro-pecuária e florestal.

Estas actividades, a serem praticadas numa qualquer exploração, podem assumir um papel de importância considerável na estrutura das explorações e na vida daqueles que nelas laboram e delas tiram o seu rendimento.

Para fins de organização desta família de actividades, consideram-se nove as actividades lucrativas não agrícolas em Portugal:

### **Turismo rural e actividades directamente relacionadas**

Comecemos por esta ALNA que abrange “todas as actividades inerentes ao turismo, serviços de alojamento, visitas à exploração para turistas ou outros grupos, actividades desportivas ou de lazer, que impliquem a utilização das terras, das instalações ou de outros recursos da exploração” (Rectificação do Regulamento (CE) n.º 1200/2009). Excluem-se desta “as actividades turísticas que utilizam exclusivamente edifícios construídos especificamente para esse efeito, não utilizando edificações já existentes e integradas na exploração” (INE, 2009).

### **Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares**

Em suma, é uma ALNA que abrange os “artigos de artesanato produzidos na exploração pelo produtor, pelos membros da sua família ou pela mão-de-obra não familiar, desde que efectuem também trabalhos agrícolas, independentemente da forma de venda desses artigos” (Rectificação do Regulamento (CE) n.º 1200/2009). Não se considera, portanto, “o artesanato manufacturado exclusivamente com recurso a mão-de-obra contratada para esse efeito” (INE, 2009).

### **Transformação de produtos agrícolas alimentares**

Esta ALNA faz-se da “transformação de matérias-primas agrícolas em produtos secundários transformados, independentemente do facto de a matéria-prima ser produzida na exploração ou adquirida no exterior (...). Toda a transformação de produtos agrícolas pertence a este ponto, excepto se a transformação for considerada parte da actividade agrícola. Excluem-se, pois, a vinificação e a produção de azeite, a menos que a proporção de vinho ou azeite comprada fora seja significativa” (Rectificação do Regulamento (CE) n.º 1200/2009), “considerando-se, caso contrário, como produção agrícola”; o mel, os produtos transformados estritamente para autoconsumo, e o embalamento quando não associado a um processamento, também não se consideram produtos agrícolas alimentares

transformados. Exemplos de produtos transformados são os enchidos, queijos, compotas de fruta, etc. (INE, 2009).<sup>1</sup>

### **Produção florestal**

Primeiro, a Produção Florestal, que é um caso particular no sentido em que para os anos de 1999 e 2005 não existem dados utilizáveis. Porque embora esta actividade esteja hoje incluída no rol das lucrativas não agrícolas, nem sempre assim foi considerada; apenas desde o RA 2009 em diante começou a contabilizar-se esta categoria produtiva que, por sinal, é a mais presente no panorama nacional. Refira-se já também que “se a gestão do espaço florestal não for efectuada com recursos da exploração, não é considerada como actividade lucrativa não agrícola da exploração” (INE, 2016, c). A gestão do arvoredo do montado (podas, desbastes, adensamento, etc.) também é contabilizada enquanto produção florestal (INE, 2009).

### **Transformação de madeira**

Abordando agora a outra ALNA, a Transformação de Madeira, entende-se por esta todo o processamento da matéria prima em bruto, a um nível mais básico e ainda no seio da exploração, com o intuito de a comercializar. (Rectificação do Regulamento (CE) n.º 1200/2009). Actividades como a serração de madeiras, lenha, toros e outros, fazem parte do leque de trabalhos considerados; enquanto que qualquer transformação adicional que vise a fabricação de mobiliário ou quaisquer produtos secundários, insere-se na categoria de artesanato (INE, 2009).

---

<sup>1</sup> Os valores estatísticos relativos a esta actividade sofrem uma brusca alteração entre os períodos de 2005 e 2009. Poderá isto dever-se a alterações dos critérios de avaliação desta actividade, como por exemplo: a vinificação e produção de azeite a partir de matérias primas produzidas na exploração, que dantes se considerariam uma forma de transformação de produtos, mas hoje entendem-se como produção agrícola; igualmente poderão ter ocorrido mudanças no sentido de melhor garantir a certificação da origem deste tipo de produtos, tendo-se assim deixado de contabilizar muitas explorações agrícolas com modos de transformação não regularizados.

### **Prestação de serviços**

Esta ALNA engloba todos os serviços prestados usando equipamento da exploração agrícola, excluindo os que envolvam apenas trabalho da mão-de-obra da exploração ou o aluguer de equipamentos sem operador. Estes serviços, na sua natureza, podem ser agrícolas (sementeira, mondas ou colheita, transporte e comercialização de produtos agrícolas e factores de produção, manutenção da paisagem, etc.) ou não agrícolas (por exemplo, intervenções florestais, manutenção e reparação de infra-estruturas ou estradas, assim como o transporte de produtos não agrícolas) prestados a quaisquer entidades (INE, 2009).

### **Aquacultura**

A Aquacultura passa não só pela criação de animais (peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos) mas também organismos aquáticos vegetais na exploração. Estes devem obrigatoriamente envolver a intervenção em pelo menos uma fase da sua vida (INE, 2009), excluindo-se as actividades que envolvam unicamente a pesca (Rectificação do Regulamento (CE) n.º 1200/2009).

### **Produção de energias renováveis**

A definição desta ALNA começa por, primeiro que tudo, separar a Produção de Energias Renováveis destinada à comercialização (venda à rede eléctrica, exceptuando a venda de biomassa para posterior produção de energias várias) daquela a utilizar no seio da exploração (exceptuando o fornecimento exclusivamente doméstico).

De resto, considera-se todo o “aproveitamento de energias renováveis (eólica, biomassa, solar e hídrica) por equipamentos da exploração”, para fins diversos. São exemplos a “produção de calor a partir da queima de materiais lenhosos, biogás, ou outra biomassa da exploração, produção de electricidade a partir de estações eólicas, de painéis fotovoltaicos, etc.”, excluindo o arrendamento de terra a terceiros que queiram explorar essas energias renováveis (INE, 2009).

## **Outras actividades lucrativas**

As outras actividades lucrativas, não referidas em nenhuma das categorias anteriores, incluem a lombricultura (minhocas), helicicultura (caracóis), criação de espécies cinegéticas (caça) ou destinadas à produção de pêlo (coelhos, chinchilas), columbofilia (pombos), etc. (INE, 2009).

### **3.3. Evolução do Número das Explorações Agrícolas e da Importância das Explorações Agrícolas com ALNA**

Os primeiros dados rastreáveis vêm expressos no *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente* que compilou informação referente ao período 1952-1954, ficando-se a conhecer que o total de explorações no Continente, à data, excedia ligeiramente as 850 000.

Seguindo para as comparações, entenda-se que, “não obstante terem existido vários exercícios censitários na área da agricultura, deve-se considerar como data de início 1989, pois só com esta operação estatística se garantiu o levantamento exaustivo, simultâneo em todas as regiões do país, tendo por base uma metodologia comunitária comparável internacionalmente” (INE, 2009, a). Logo, há que ter em conta que certos dados podem não ser integralmente comparáveis, por se tratar de períodos de referência tão distanciados no tempo que alguns dos critérios outrora vigentes para a caracterização de uma exploração agrícola (por exemplo, a dimensão mínima que, entre 1979 e 1989, passou de 0,5 hectares de superfície total para 1 hectare de superfície agrícola utilizada), mudaram ao longo destes 66 anos.

Assumindo os valores anteriores a 1989 com alguma discrição, o RA 1999, se comparado aos das décadas de 50 e 60 do século passado, indica-nos claramente que o número de explorações no Continente havia já descido para menos de metade do valor recorde levantado em 1952-1954 (Anexo 1).

Em síntese, a quebra no total de explorações agrícolas excedeu os 72% desde 1952. Olhando para décadas mais recentes, Arnalte *et* Ortiz (2003) apontam que em Espanha, entre 1989 e 1999, o país perdeu 22% das explorações existentes no início da década de 90. Já em Portugal Continental, percebe-se que para o mesmo período a perda percentual foi superior, tendo excedido os 30%.

Desde então, este número tem continuado a decrescer, estando agora cada vez mais perto de estabilizar, com 278 000 no RA 2009 e, entretanto, segundo o IEEA 2016, cerca de 236 000 é o último número acreditado para esta variável.

Apreciando a evolução relativa às explorações com ALNA, percebe-se que o trajecto da mudança sucedida não é assim tão regular.

Entre 1999 e 2009, o número de explorações com ALNA caiu muito, cerca de 54%. No entanto, tem-se em conta que esta quebra segue o decaimento geral do universo de explorações agrícolas nacionais, e embora este tenha sido de apenas metade do volume – uma redução total de 27% – vem aligeirar um pouco a intensidade do decréscimo daquelas com ALNA (Quadro 1).

*Quadro 1. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas – total e com ALNA – por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| Região Agrária              |             | 1999    |      | 2009    |      | 2016    |      | Taxa Variação<br>1999-2009 |       | Taxa Variação<br>2009-2016 |       |
|-----------------------------|-------------|---------|------|---------|------|---------|------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|
|                             |             | N.º     | %    | N.º     | %    | N.º     | %    | N.º                        | %     | N.º                        | %     |
| <b>Portugal Continental</b> | Total de EA | 382 163 | 100  | 278 114 | 100  | 235 770 | 100  | -104 049                   | -27,2 | -42 344                    | -15,2 |
|                             | EA com ALNA | 32 721  | 100  | 15 045  | 100  | 15 666  | 100  | -17 676                    | -54,0 | 621                        | 4,1   |
| <b>Entre Douro e Minho</b>  | Total de EA | 67 546  | 17,7 | 49 037  | 17,6 | 39 649  | 16,8 | -18 509                    | -27,4 | -9 388                     | -19,1 |
|                             | EA com ALNA | 18 829  | 57,5 | 738     | 4,9  | 1 184   | 7,6  | -18 091                    | -96,1 | 446                        | 60,4  |
| <b>Trás-os-Montes</b>       | Total de EA | 70 006  | 18,3 | 61 804  | 22,2 | 56 228  | 23,8 | -8 202                     | -11,7 | -5 576                     | -9,0  |
|                             | EA com ALNA | 1 546   | 4,7  | 2 273   | 15,1 | 1 052   | 6,7  | 727                        | 47,0  | -1 221                     | -53,7 |
| <b>Beira Litoral</b>        | Total de EA | 79 806  | 20,9 | 49 424  | 17,8 | 39 461  | 16,7 | -30 382                    | -38,1 | -9 963                     | -20,2 |
|                             | EA com ALNA | 5 052   | 15,4 | 5 319   | 35,4 | 7 527   | 48,0 | 267                        | 5,3   | 2 208                      | 41,5  |
| <b>Beira Interior</b>       | Total de EA | 48 313  | 12,6 | 33 763  | 12,1 | 29 064  | 12,3 | -14 550                    | -30,1 | -4 699                     | -13,9 |
|                             | EA com ALNA | 2 137   | 6,5  | 2 441   | 16,2 | 2 331   | 14,9 | 304                        | 14,2  | -110                       | -4,5  |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>     | Total de EA | 61 615  | 16,1 | 39 875  | 14,3 | 31 217  | 13,2 | -21 740                    | -35,3 | -8 658                     | -21,7 |
|                             | EA com ALNA | 3 514   | 10,7 | 904     | 6,0  | 1 319   | 8,4  | -2 610                     | -74,3 | 415                        | 45,9  |
| <b>Alentejo</b>             | Total de EA | 35 906  | 9,4  | 31 828  | 11,4 | 28 423  | 12,1 | -4 078                     | -11,4 | -3 405                     | -10,7 |
|                             | EA com ALNA | 1 125   | 3,4  | 1 776   | 11,8 | 1 667   | 10,6 | 651                        | 57,9  | -109                       | -6,1  |
| <b>Algarve</b>              | Total de EA | 18 971  | 5,0  | 12 383  | 4,5  | 11 728  | 5,0  | -6 588                     | -34,7 | -655                       | -5,3  |
|                             | EA com ALNA | 518     | 1,6  | 1 594   | 10,6 | 586     | 3,7  | 1 076                      | 207,7 | -1 008                     | -63,2 |

Ao observar que as explorações que diversificavam nalgum tipo de ALNA descontinuaram com o dobro da velocidade nutrida pelo conjunto das explorações agrícolas, depreende-se que as explorações com ALNA são de alguma forma menos flexíveis face a alguns factores que levam à crise (seja da exploração agrícola ou apenas das ALNA que estas lideram; algo impossível de inferir pelos dados disponíveis).



Enquanto em 1999, as explorações que demonstraram estar envolvidas em ALNA representavam quase 9% do total de empreendimentos agrícolas no Continente, em 2009 essa percentagem foi consideravelmente mais baixa, 5,4%. Em termos relativos, isto traduz-se numa descida percentual de quase 37% no peso relativo das explorações com ALNA no total de explorações nacionais durante o decénio que separou os *Recenseamentos Agrícolas*.

Contudo, nos IEEA 2005 e 2016, verificou-se uma subida na ordem de 1 ponto percentual sobre cada um dos *Recenseamentos* que os precederam. Por esta razão, desenha-se aqui uma curva algo inconstante, mas que na sua globalidade traduz uma redução do número de explorações com ALNA – com o ano de 2016 a inverter a tendência, despertando curiosidade para a trajectória que virá a traçar-se nos anos que se seguem.

### **3.4. Distribuição Geográfica das Explorações Agrícolas com ALNA**

Em 1999, o Norte de Portugal começou por ser a região que, para além de albergar o maior número de explorações agrícolas – contrastando naturalmente com o Alentejo que detém explorações de grande dimensão e, por consequência, menos numerosas no seu todo – era também a zona do país que detinha a maior percentagem de explorações com ALNA.

Entre Douro e Minho, que era a região mais prolífica em casos de diversificação de actividades lucrativas, começou por na virada do século passado abarcar quase 58% de todas as explorações com ALNA no Continente; mas rapidamente se desenhou uma curva muito negativa, tendo caído para o reduzido valor de 5% em 2009 (Quadro 2).

É como se essa concentração de ALNA tivesse transitado da região de Entre Douro e Minho para a Beira Litoral, visto esta última ter vindo a possuir, em 2016, 48% de todas as explorações que diversificaram.

Claro que na realidade, isto não se sucedeu propriamente desta forma, até porque neste intervalo de quase vinte anos não ocorreram alterações estruturais relevantes ao nível dos limites geográficos destas regiões agrárias; ou pelo menos nenhuma que justificassem

estas constantes oscilações generalizadas nos números, entre períodos de referência sucessivos.<sup>2</sup>

No entanto e tal como expectável, é muitíssimo evidente o modo como a distribuição dos números referentes ao total de explorações entre zonas agrárias se manteve relativamente estável ao longo dos anos – com Trás-os-Montes a ser a região com maior amplitude neste aspecto, passando de 18,3% em 1999 para 23,8% em 2016 o volume de explorações agrícolas albergadas dentro das suas fronteiras (Quadro 2).

*Quadro 2. Evolução e distribuição do peso (em n.º e %) das explorações agrícolas – total e com ALNA – e respectivas taxas de variação, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| Região Agrária             |             | 1999   |      | 2009   |      | 2016   |      | Taxa Variação<br>1999-2009 |       | Taxa Variação<br>2009-2016 |       |
|----------------------------|-------------|--------|------|--------|------|--------|------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|
|                            |             | N.º    | %    | N.º    | %    | N.º    | %    | N.º                        | %     | N.º                        | %     |
| <b>Entre Douro e Minho</b> | Total de EA | 67 546 | 17,7 | 49 037 | 17,6 | 39 649 | 16,8 | -18 509                    | -27,4 | -9 388                     | -19,1 |
|                            | EA com ALNA | 18 829 | 57,5 | 738    | 4,9  | 1 184  | 7,6  | -18 091                    | -96,1 | 446                        | 60,4  |
| <b>Trás-os-Montes</b>      | Total de EA | 70 006 | 18,3 | 61 804 | 22,2 | 56 228 | 23,8 | -8 202                     | -11,7 | -5 576                     | -9,0  |
|                            | EA com ALNA | 1 546  | 4,7  | 2 273  | 15,1 | 1 052  | 6,7  | 727                        | 47,0  | -1 221                     | -53,7 |
| <b>Beira Litoral</b>       | Total de EA | 79 806 | 20,9 | 49 424 | 17,8 | 39 461 | 16,7 | -30 382                    | -38,1 | -9 963                     | -20,2 |
|                            | EA com ALNA | 5 052  | 15,4 | 5 319  | 35,4 | 7 527  | 48,0 | 267                        | 5,3   | 2 208                      | 41,5  |
| <b>Beira Interior</b>      | Total de EA | 48 313 | 12,6 | 33 763 | 12,1 | 29 064 | 12,3 | -14 550                    | -30,1 | -4 699                     | -13,9 |
|                            | EA com ALNA | 2 137  | 6,5  | 2 441  | 16,2 | 2 331  | 14,9 | 304                        | 14,2  | -110                       | -4,5  |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>    | Total de EA | 61 615 | 16,1 | 39 875 | 14,3 | 31 217 | 13,2 | -21 740                    | -35,3 | -8 658                     | -21,7 |
|                            | EA com ALNA | 3 514  | 10,7 | 904    | 6,0  | 1 319  | 8,4  | -2 610                     | -74,3 | 415                        | 45,9  |
| <b>Alentejo</b>            | Total de EA | 35 906 | 9,4  | 31 828 | 11,4 | 28 423 | 12,1 | -4 078                     | -11,4 | -3 405                     | -10,7 |
|                            | EA com ALNA | 1 125  | 3,4  | 1 776  | 11,8 | 1 667  | 10,6 | 651                        | 57,9  | -109                       | -6,1  |
| <b>Algarve</b>             | Total de EA | 18 971 | 5,0  | 12 383 | 4,5  | 11 728 | 5,0  | -6 588                     | -34,7 | -655                       | -5,3  |
|                            | EA com ALNA | 518    | 1,6  | 1 594  | 10,6 | 586    | 3,7  | 1 076                      | 207,7 | -1 008                     | -63,2 |

Um dos aspectos observáveis é que, normalmente, e exceptuando a Beira Litoral, nenhuma das regiões apresentou uma tendência constante, positiva ou negativamente, ao longo destes dezassete anos.

Ou seja, regiões que revelaram um acréscimo no primeiro intervalo temporal (entre *Recenseamentos*), viram-se depois a perder explorações com ALNA durante o segundo

<sup>2</sup> Com a actualização das NUTS em 2002, a Beira Interior passou a conter duas NUTS 3 (Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela) que até à data pertenciam à Beira Litoral. Desta forma, equilibrou-se o número de NUTS 3 dentro de cada região, cabendo agora cinco NUTS 3 a cada uma delas (INE, 2007, e). Este é um detalhe a considerar por simples razão de comparabilidade entre o RGA 1999 e as três datas ulteriores seleccionadas como marcos temporais nesta análise.

período (entre o RA 2009 e o IEEA 2016), e vice-versa. Contudo, a fiabilidade destas deduções não é absoluta porque se trabalham informações não totalmente comparáveis.

Já o Algarve, por exemplo, cresceu muitíssimo. O aumento até 2009 foi na casa dos 200% sobre o valor absoluto de 1999, descendo depois nos sete anos seguintes para culminar num total que pouco excede o nível de partida apurado pelo RGA 1999 (Quadro 2).

### 3.5. Importância Regional das Explorações Agrícolas com ALNA

Tomando como base de análise o rácio entre o número de explorações com ALNA e o total das explorações agrícolas, para adquirir uma noção mais explicativa destas oscilações. Assim, avaliando a progressão conjunta dos dois conjuntos de dados, tem-se não só a Beira Litoral, mas também a Beira Interior e o Alentejo a mostrarem desde 1999 um crescimento da importância relativa das ALNA no espaço rural (Quadro 3).

*Quadro 3. Evolução e distribuição (em %) do peso das explorações agrícolas com ALNA no total de explorações, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2003, 2005, 2007, 2009, 2013 e 2016.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| Percentagem de EA com ALNA no total de EA | 1999  | 2003  | 2005  | 2007  | 2009  | 2013  | 2016  |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Portugal Continental                      | 8,6%  | 10,3% | 9,5%  | 8,0%  | 5,4%  | 6,4%  | 6,6%  |
| <b>Entre Douro e Minho</b>                | 27,9% | 29,4% | 22,3% | 17,3% | 1,5%  | 2,2%  | 3,0%  |
| <b>Trás-os-Montes</b>                     | 2,2%  | 6,8%  | 5,3%  | 3,8%  | 3,7%  | 3,9%  | 1,9%  |
| <b>Beira Litoral</b>                      | 6,3%  | 7,7%  | 9,9%  | 9,2%  | 10,8% | 17,6% | 19,1% |
| <b>Beira Interior</b>                     | 4,4%  | 7,2%  | 10,6% | 7,5%  | 7,2%  | 8,8%  | 8,0%  |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>                   | 5,7%  | 6,1%  | 5,5%  | 6,5%  | 2,3%  | 2,3%  | 4,2%  |
| <b>Alentejo</b>                           | 3,1%  | 2,8%  | 2,8%  | 3,8%  | 5,6%  | 5,5%  | 5,9%  |
| <b>Algarve</b>                            | 2,7%  | 2,8%  | 1,4%  | 2,7%  | 12,9% | 3,7%  | 5,0%  |

De facto, entre o RA 2009 e o mais recente IEEA, apenas em Trás-os-Montes e no Algarve as explorações com ALNA perderam peso no universo das explorações agrícolas, independentemente dos ganhos ou perdas absolutas sentidas em cada uma das sete regiões. Uma descida que, no entanto, só em Trás-os-Montes chegou para anular completamente o crescimento positivo que esta região expressou no período de 10 anos que havia passado entre os dois *Recenseamentos*.

Enfim, estas marcadas variações começam por justificar bem como é deveras difícil extrair destas estatísticas uma linha clara e definidora da realidade nacional.

### 3.6. Número de ALNA por Exploração Agrícola

Com os dados recolhidos é também possível calcular o número de ALNA presente em cada exploração que declara ter algum tipo de ALNA, ou seja, perceber se as explorações têm vindo, em média, a aumentar ou reduzir o número destas actividades lideradas em paralelo com as suas tarefas de produção primária.

O traçado desta evolução tem-se feito no sentido positivo, pois em 1999, a média de ALNA por exploração agrícola que diversificava as suas actividades era 1,023 (Quadro 4).

*Quadro 4. Evolução e distribuição do n.º médio de ALNA presentes em cada exploração agrícola que diversificou em ALNA, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º médio de ALNA por EA com ALNA | 1999  | 2005  | 2009  | 2016  |
|-----------------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Portugal Continental              | 1,023 | 1,029 | 1,044 | 1,063 |
| Entre Douro e Minho               | 1,021 | 1,022 | 1,065 | 1,065 |
| Trás-os-Montes                    | 1,030 | 1,008 | 1,037 | 1,116 |
| Beira Litoral                     | 1,026 | 1,024 | 1,020 | 1,032 |
| Beira Interior                    | 1,027 | 1,020 | 1,039 | 1,085 |
| Ribatejo e Oeste                  | 1,017 | 1,100 | 1,093 | 1,056 |
| Alentejo                          | 1,041 | 1,066 | 1,104 | 1,127 |
| Algarve                           | 1,031 | 1,045 | 1,037 | 1,101 |

Desta abstracção igual a 1,023 actividades lucrativas não agrícolas complementares à actividade agrícola da exploração, deu-se uma ligeira subida nos anos seguintes que, todavia, merece atenção por reflectir aqui um declive crescente. E, de facto, depois de o RA 2009 ter provado esse subtil aumento da diversificação de actividades, a curva continuou a crescer, culminando num novo máximo (1,063) para o qual é o Alentejo a região que mais ALNA reúne, em média, numa exploração agrícola.

Com o Alentejo à frente na diversificação, surge Trás-os-Montes em segunda posição, seguido do Algarve que é a última região cujos resultados excedem a barreira da 1,1 ALNA

por exploração agrícola. Refira-se também a posição da Beira litoral, que conta com a maior proporção de explorações agrícolas com ALNA, mas tem o menor número de ALNA por exploração.

Algo que estes dados vêm aclarar tem que ver com o facto de que em Portugal Continental parecem não existir gradientes de concentração das ALNA em função da localização geográfica; visto que os valores (ao contrário da realidade em Itália, p. 68) não variam de forma tendencial à medida que se percorre o país de Norte a Sul.

Também a taxa de variação que traduz a evolução do número médio de ALNA por exploração foi incremental ao longo destes períodos de referência; de 1999 a 2005 o número de ALNA por exploração com ALNA no Continente cresceu 0,6%; entre 2005 e 2009, 1,5% e, entre 2009 e 2016, atingiu 1,8% (Quadro 5).

Sublinhe-se ainda que todas as regiões agrárias sem excepção viram crescer a concentração das ALNA entre 1999 e 2016; o aumento global foi de 3,9% nestes dezassete anos.

*Quadro 5. Evolução (em taxa de variação percentual) do n.º de ALNA por exploração com ALNA, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| Taxa de variação do N.º médio de ALNA por EA com ALNA | 1999-2005 | 2005-2009 | 2009-2016 | 1999-2009 | 1999-2016 |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Portugal Continental                                  | 0,6%      | 1,5%      | 1,8%      | 2,1%      | 3,9%      |
| <b>Entre Douro e Minho</b>                            | 0,2%      | 4,2%      | 0,0%      | 4,3%      | 4,3%      |
| <b>Trás-os-Montes</b>                                 | -2,1%     | 2,9%      | 7,6%      | 0,7%      | 8,4%      |
| <b>Beira Litoral</b>                                  | -0,3%     | -0,3%     | 1,1%      | -0,6%     | 0,5%      |
| <b>Beira Interior</b>                                 | -0,6%     | 1,8%      | 4,5%      | 1,2%      | 5,7%      |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>                               | 8,1%      | -0,6%     | -3,4%     | 7,4%      | 3,8%      |
| <b>Alentejo</b>                                       | 2,4%      | 3,5%      | 2,1%      | 6,0%      | 8,3%      |
| <b>Algarve</b>  | 1,4%      | -0,8%     | 6,1%      | 0,6%      | 6,8%      |

### 3.7. As Categorias de ALNA

As ALNA dividem-se em nove categorias e têm sofrido evoluções que se regem por fenómenos em parte explicáveis, por estarem ligados a enquadramentos regionais específicos.

Analisar-se-á esta gama de actividades, explicando a sua relevância com base nas frequências absolutas disponíveis e nas variações deduzíveis. Vê-se ainda em que consistem estas actividades – o que são e o que significam para os territórios, em função da região agrária e tradição local, e o modo como se integram nas explorações agrícolas que apostam na diversificação.

No Quadro 6 apresenta-se o sumário do progresso das ALNA nas explorações agrícolas em Portugal Continental.

O caso da Produção Florestal mostra dois períodos de referência (1999 e 2005) para os quais não existem números disponíveis, porque no passado não se recolhiam dados para esta actividade. Para todas as restantes, é possível observar o percurso completo para os anos seleccionados.

Nos subcapítulos que se seguem, será feita uma descrição mais exaustiva de cada ALNA e do seu trajecto no panorama agrícola nacional (consultar também o Anexo 2 com os dados integrais).

*Quadro 6. Evolução (em n.º e em %) das explorações agrícolas por categorias de ALNA, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA por categoria de ALNA<br>(Portugal Continental)               | 1999   |        | 2005   |        | 2009   |        | 2016   |        |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|   | N.º    | %      | N.º    | %      | N.º    | %      | N.º    | %      |
| <b>Turismo rural e actividades directamente relacionadas</b>            | 418    | 1,3%   | 726    | 2,6%   | 573    | 3,8%   | 773    | 4,9%   |
| <b>Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares</b> | 299    | 0,9%   | 134    | 0,5%   | 71     | 0,5%   | 77     | 0,5%   |
| <b>Transformação de produtos agrícolas alimentares</b>                  | 29 009 | 88,7%  | 24 198 | 86,2%  | 1 114  | 7,4%   | 2 341  | 14,9%  |
| <b>Produção florestal</b>   |        |        |        |        | 10 836 | 72,0%  | 10 460 | 66,8%  |
| <b>Prestação de serviços</b>  | 2 109  | 6,4%   | 1 618  | 5,8%   | 1 616  | 10,7%  | 1 729  | 11,0%  |
| <b>Transformação de madeira</b>   | 674    | 2,1%   | 692    | 2,5%   | 111    | 0,7%   | 64     | 0,4%   |
| <b>Aquacultura</b>  | 32     | 0,1%   | 4      | 0,0%   | 16     | 0,1%   | 1      | 0,0%   |
| <b>Produção de energias renováveis</b>                                  | 24     | 0,1%   | 174    | 0,6%   | 99     | 0,7%   | 545    | 3,5%   |
| <b>Outras actividades lucrativas</b>                                    | 907    | 2,8%   | 1 336  | 4,8%   | 1 270  | 8,4%   | 657    | 4,2%   |
| <b>Total de EA com ALNA</b>   | 32 721 | 100,0% | 28 074 | 100,0% | 15 045 | 100,0% | 15 666 | 100,0% |

Entre 2005 e 2009, sublinha-se a grande mudança associada à inclusão da Produção Florestal nas ALNA, a par da enorme perda na Transformação de Produtos Agrícolas Alimentares, que fizeram quase duplicar o peso relativo da Prestação de Serviços.

### **3.7.1. Turismo Rural e Actividades Directamente Relacionadas**

O Turismo no Espaço Rural (TER) alberga três modalidades principais:

- *Agro-turismo* – “imóveis situados em explorações agrícolas que prestem serviços de alojamento a turistas e permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável” (Portaria n.º 937/2008);
- *Hotéis rurais* – “hotéis situados em espaços rurais que, pela sua traça arquitectónica e materiais de construção, respeitem as características dominantes da região onde estão implantados, podendo instalar-se em edifícios novos que ocupem a totalidade de um edifício ou integrem uma entidade arquitectónica única e respeitem as mesmas características” (Portaria n.º 937/2008);
- *Casas de campo* – “imóveis situados em aldeias e espaços rurais que prestem serviços de alojamento a turistas e se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitectura típica local”; estas podem denominar-se *turismo de aldeia* a partir do momento em que numa mesma localidade ou em zonas contíguas seja explorado, de forma integrada e por uma só entidade, um conjunto de cinco ou mais casas de campo (Portaria n.º 937/2008).

Para além destes tipos de Turismo Rural, existe o Turismo de Habitação, que pode ser realizado tanto em espaços rurais como urbanos visto ter como base a hospedagem do turista em instalações domiciliárias que sejam de construção antiga e tenham valor histórico, arquitectónico e artístico que represente uma determinada época (Portaria n.º 937/2008); e os parques de campismo rurais.

Na definição desta ALNA vêm incluídas também as actividades directamente relacionadas com o alojamento turístico. São de natureza vária e não limitativa; na medida em que, por actividades relacionadas, entende-se toda a oferta de serviços, equipamentos e produtos relativos não só à hospedagem e alimentação como ao entretenimento e recreação, recepção à visitação de propriedades rurais e participação em actividades didácticas

vinculadas ao contexto rural. No fundo, quaisquer actividades complementares às já mencionadas, desde que exercidas no meio rural em função do turismo e para a ocupação dos utentes do empreendimento, ou que constem no motivo da visitação (Ministério do Turismo, 2010).

Observa-se no Quadro 7 que o *Turismo Rural e actividades directamente relacionadas* tem vindo a denotar um crescimento positivo e equilibrado. Actualmente existem mais de 700 explorações a oferecer este serviço. Entre Recenseamentos cresceu 37% e, a partir de 2009, cresceu 35%. De todas as regiões, somente as Beiras apresentaram uma perda assumida nesta ALNA, com o Algarve a decrescer também muito neste último período. As restantes regiões agrárias expressam uma subida consistente que faz jus à tendência de crescimento no turismo no espaço rural em Portugal Continental.

Entre 1999 e 2009, o número de estabelecimentos de turismo no espaço rural em Portugal cresceu 97%, de 606 para 1193 estabelecimentos (embora uma contribuição para este valor exacerbado seja o turismo de habitação, que dantes não era contabilizado no TER). Nos sete anos seguintes, até 2016, cresceu mais 9% (INE, 1999, 2009, 2016, b).

Como se depreende pelos dados, o Norte (distintamente Entre Douro e Minho) e o Alentejo são as unidades geográficas mais prolíficas nesta forma de turismo, seguidos do vasto território correspondente ao Centro. Comparando a evolução do número de explorações agrícolas que oferecem Turismo Rural com o total de estabelecimentos de TER no país, percebe-se que ambos têm progredido de forma parecida.

Por isso entende-se que o peso que as explorações têm na oferta deste tipo de turismo se manteve ao longo dos períodos de referência. Em 1999, o número de explorações com esta ALNA correspondia a 73% do número total de empreendimentos de TER; e em 2005, 2009 e 2016 correspondeu a 75%, 51% e 65%, respectivamente. Assim se prova que, de facto, mantém-se a importância destes proprietários agrícolas na existência e desempenho do turismo no rural português (INE, 1999, 2016, b; 2005, 2016, c; 2009, d).



Quadro 7. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Turismo rural e actividades directamente relacionadas”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com "Turismo rural e actividades directamente relacionadas" | 1999 | 2005 | 2009 | 2016 | Taxa Variação 1999-2009 | Taxa Variação 2009-2016 |
|---|------|------|------|------|-------------------------|-------------------------|
| Portugal Continental  | 418  | 726  | 573  | 773  | 37,1%                   | 34,9%                   |
| <b>Entre Douro e Minho</b>  | 135  | 160  | 159  | 304  | 17,8%                   | 91,2%                   |
| <b>Trás-os-Montes</b>   | 43   | 90   | 93   | 102  | 116,3%                  | 9,7%                    |
| <b>Beira Litoral</b>  | 43   | 137  | 25   | 23   | -41,9%                  | -8,0%                   |
| <b>Beira Interior</b>   | 38   | 57   | 44   | 36   | 15,8%                   | -18,2%                  |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>   | 56   | 107  | 66   | 94   | 17,9%                   | 42,4%                   |
| <b>Alentejo</b>   | 83   | 166  | 147  | 191  | 77,1%                   | 29,9%                   |
| <b>Algarve</b>  | 20   | 9    | 39   | 23   | 95,0%                   | -41,0%                  |

Pode também dizer-se que o Turismo Rural é, de todas as ALNA, uma das que provavelmente mais beneficia de um meio rural activo e diversificado. Neste sentido, é comum ver as explorações oferecerem não só serviços de habitação e residência, mas também outras experiências complementares como *tours*, *workshops*, provas da gastronomia e vinhos regionais, etc.

Um outro aspecto claro na tendência de dispersão destes empreendimentos turísticos tem que ver com o facto de que as zonas mais visitadas e valorizadas, e consequentemente mais desenvolvidas nesta área de actividade, são as áreas mais remotas, declivosas e florestadas. Dados actualizados para o TER e Turismo de Habitação corroboram esta noção, indicando que 75% dos estabelecimentos e da capacidade de alojamento total concentra-se em áreas pouco povoadas (INE, 2016, b).

A conservação e promoção do capital ambiental associado à paisagem e aos marcos naturais que formam o património destes territórios é importante, porque a preponderância desses factores mais desligados da população e da envolvente social do local são também o que leva grande parte dos consumidores a visitar esses espaços.

### 3.7.2. Artesanato e Transformação de Produtos Agrícolas Não Alimentares

Esta é, de todas, a actividade talvez mais vinculada às raízes tradicionais e etnográficas dos espaços rurais, e daí tender a perder-se com o passar das décadas.

Do Norte ao Sul do país, o artesanato, seja elaborado no seio das explorações ou em oficinas e negócios independentes especializadas nessa manufactura, é uma mostra da riqueza cultural e tradicional lusitana. Desde a joalharia aos bordados e rendas, tecelagem, tapeçaria, cerâmica e cestaria, estes produtos continuam a existir embora se façam de formas mais industriais ou sejam elaborados por artesãos especializados, e não tanto pelos agricultores como dantes.

Por isso mesmo, o Artesanato e Transformação de Produtos Agrícolas não Alimentares perdeu grande expressão entre 1999 e 2009, com uma queda de mais de 75% das explorações envolvidas neste tipo de ofício. No último período, partindo daquele ponto claramente baixo, deu-se um crescimento muito centralizado nas regiões de Entre Douro e Minho, e Alentejo; um aumento que embora nutrido somente por este par de regiões foi suficientemente volumoso para elevar as estatísticas. Isto porque em 2016, das cinco restantes regiões agrárias, três aparentavam não ter qualquer ocorrência desta ALNA e a Beira Interior e o Ribatejo e Oeste, no seu conjunto, não tinham mais do que 3 explorações agrícolas com Artesanato e Transformação de Produtos Agrícolas não Alimentares (Quadro 8).

*Quadro 8. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com "Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares" | 1999 | 2005 | 2009 | 2016 | Taxa Variação 1999-2009 | Taxa Variação 2009-2016 |
|--|------|------|------|------|-------------------------|-------------------------|
| Portugal Continental   | 299  | 134  | 71   | 77   | -76,3%                  | 8,5%                    |
| <b>Entre Douro e Minho</b>   | 107  | 29   | 19   | 52   | -82,2%                  | 173,7%                  |
| <b>Trás-os-Montes</b>  | 20   | 0    | 20   | 0    | 0,0%                    | -100,0%                 |
| <b>Beira Litoral</b>   | 50   | 6    | 14   | 0    | -72,0%                  | -100,0%                 |
| <b>Beira Interior</b>  | 13   | 54   | 7    | 2    | -46,2%                  | -71,4%                  |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>  | 14   | 30   | 3    | 1    | -78,6%                  | -66,7%                  |
| <b>Alentejo</b>  | 10   | 0    | 4    | 22   | -60,0%                  | 450,0%                  |
| <b>Algarve</b>   | 85   | 15   | 4    | 0    | -95,3%                  | -100,0%                 |

### 3.7.3. Transformação de Produtos Agrícolas Alimentares

Primeiramente, esta era de longe a categoria mais representada à data do RGA 1999, com quase 30 000 explorações agrícolas a admitir esta actividade como integrante do seu

leque de labores. No entanto, dez anos depois, o RA 2009 provou que desse número, restaram somente pouco mais de 1 000 explorações (Quadro 9).

*Quadro 9. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Transformação de produtos agrícolas alimentares”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com "Transformação de produtos agrícolas alimentares" | 1999   | 2005   | 2009  | 2016  | Taxa Variação 1999-2009 | Taxa Variação 2009-2016 |
|---|--------|--------|-------|-------|-------------------------|-------------------------|
| Portugal Continental  | 29 009 | 24 198 | 1 114 | 2 341 | -96,2%                  | 110,1%                  |
| <b>Entre Douro e Minho</b>                                      | 18 077 | 10 984 | 69    | 306   | -99,6%                  | 343,5%                  |
| <b>Trás-os-Montes</b>   | 945    | 3 026  | 192   | 446   | -79,7%                  | 132,3%                  |
| <b>Beira Litoral</b>  | 4 302  | 5 083  | 172   | 858   | -96,0%                  | 398,8%                  |
| <b>Beira Interior</b>   | 1 854  | 3 492  | 278   | 302   | -85,0%                  | 8,6%                    |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>   | 2 944  | 1 325  | 244   | 216   | -91,7%                  | -11,5%                  |
| <b>Alentejo</b>   | 548    | 182    | 124   | 192   | -77,4%                  | 54,8%                   |
| <b>Algarve</b>  | 339    | 106    | 35    | 21    | -89,7%                  | -40,0%                  |

Focando novamente o Quadro 9, passou-se de uma queda de 96% naquele decénio – de longe a alteração mais significativa em termos absolutos no conjunto das nove ALNA – para uma inversão da tendência nos anos seguintes, com uma sólida recuperação desta actividade.

E neste caso, a perda deu-se muito homogeneamente por todas as regiões agrárias, não sendo possível singularizar nenhum caso que contraponha esta abrupta tendência decrescente. Já a tendência inversa desta década, com uma considerável recuperação retratada pelo IEEA 2016 dita uma subida diferenciada entre as diversas regiões agrárias. O Norte e Centro-Norte do país parece ter vindo a reassumir a posição mais forte no estabelecimento destes negócios, seguida pelo Alentejo que também se sabe ter uma rica tradição nesta transformação alimentar local e gastronomia regional. O mesmo não sucedeu no Ribatejo e Oeste nem no Algarve, que continuaram a assistir a uma perda desta ALNA nas suas explorações.

É difícil explicar o afundamento tão marcado da Transformação de Produtos Agrícolas Alimentares, podendo atribuir-se este descalabro a alterações nos critérios de avaliação desta actividade; ou somente ao facto de que grande parte destes negócios são tradicionais, e com a especialização da agricultura, juntamente com as crescentes exigências de higiene e segurança alimentar, e o passamento destas pequenas propriedades levam ao desaparecimento destas actividades de transformação, que caem juntamente com as

explorações agrícolas que as tinham. Até porque, pelo Quadro 2 que mostra a evolução das explorações com ALNA por região agrária, o acentuado decréscimo verificado para Trás-os-Montes, à data de 2009, correspondeu quase perfeitamente à perda referente a esta descontinuação da transformação de produtos agrícolas alimentares.

#### **3.7.4. Produção Florestal e Transformação de Madeira**

Neste subcapítulo falam-se das duas ALNA ligadas à floresta e seus derivados. Duas actividades que, por razões de origem da matéria prima em questão, distribuem-se de forma algo idêntica pelas diversas regiões do país.

No Continente, a Produção Florestal consiste maioritariamente em áreas de eucalipto, sobreiro, pinheiro-bravo, e com menor expressão em termos de áreas ocupadas, a azinheira e outras espécies como o carvalho, o castanheiro e o pinheiro-manso (AFN, 2010, *cit in* Marques, 2011, p. 4; Baptista, 2010b). Os produtos florestais que delas se podem obter são, indiscriminadamente, madeira (para serragem, folhear ou celulose), cortiça, frutos florestais como a pinha, produtos silvestres como os cogumelos selvagens, resina, gomas, etc. (Orientação técnica n.º 1/2016).

Em 2009, levantou-se uma contagem muito alta de explorações com produção florestal, excedendo os 10 000 casos, e tornando automaticamente a Produção Florestal na ALNA que hoje mais abunda nas explorações portuguesas. De facto, no Continente, a superfície total utilizada para produção agrícola é ultrapassada pela ocupada com produção florestal, que hegemoniza quase um terço do território Continental (Baptista, 2010a); e isto desprezando a vasta área de bosques e florestas, tanto dentro como fora das explorações agrícolas, que nem são exploradas.

Nota-se então, no Quadro 10, uma forte concentração e crescimento considerável na região da Beira Litoral, acompanhado de uma marca também muito positiva no Ribatejo e Oeste, entre 2009 e 2016. Estes números foram quase bastantes para atenuar aquilo que foi uma perda mais ou menos acentuada deste tipo de actividade nas 5 restantes regiões agrárias – visto ter-se chegado a 2016 com uma redução global de uns meros 3,5% relativamente ao ponto de partida.

Quadro 10. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Produção florestal”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 2009 e 2016.

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com "Produção florestal" | 2009   | 2016   | Taxa<br>Variação<br>2009-<br>2016 |
|------------------------------------|--------|--------|-----------------------------------|
| Portugal Continental               | 10 836 | 10 460 | -3,5%                             |
| <b>Entre Douro e Minho</b>         | 119    | 71     | -40,3%                            |
| <b>Trás-os-Montes</b>              | 1 799  | 323    | -82,0%                            |
| <b>Beira Litoral</b>               | 4 836  | 6 466  | 33,7%                             |
| <b>Beira Interior</b>              | 2 054  | 1 776  | -13,5%                            |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>            | 282    | 620    | 119,9%                            |
| <b>Alentejo</b>                    | 1 172  | 865    | -26,2%                            |
| <b>Algarve</b>                     | 574    | 339    | -40,9%                            |

No geral, observa-se uma evidente discrepância na frequência efectiva de explorações que nela investem, entre as diversas regiões do país. O Centro juntamente com o Alentejo, destacam-se como as zonas mais povoadas no que respeita a explorações agrícolas com actividade florestal; esta última acabou mesmo por ser a única região que conseguiu manter a sua área florestal, ao contrário das restantes, que entre 1995 e 2010, claramente perderam floresta (AFN, 2013).

O Centro mantém o seu coberto produtivo baseado no pinheiro-bravo e no eucalipto que, entretanto, já ultrapassou o anterior em área ocupada. O Alentejo, tradicionalmente ocupado com sobreiro e azinheira, vê-se agora na presença do eucalipto, que continua a espalhar-se um pouco por todo o Continente.

As restantes regiões que declinaram, expressam a actual tendência que é transversal tanto aos terrenos agrícolas como florestais – a conversão de áreas produtivas em matos e pastagens, ou eventual urbanização. Compreende-se o porquê de serem as zonas com maior concentração de produção florestal a continuarem a acumular esses novos hectares de floresta, servindo de algum contrabalanço aos outros espaços que os perdem a uma velocidade ainda maior.

A Transformação de Madeira tem decrescido consistentemente e hoje conta com cerca de 60 explorações a realizá-la, somente um décimo do número levantado no RGA 1999 (Quadro 11). Embora os empreendimentos estejam deste género estejam sediados um pouco

por todo o país, a maior frequência ocorre nas regiões agrárias do Norte e Centro-Norte do país, com o maior registo absoluto a caber actualmente à região alentejana.

Visto que esta transformação de madeira é sobretudo a de pinho, entre 2005 e 2009 viu-se uma grande perda provavelmente associada a novas exigências de tratamento da madeira e restrições de circulação devido à presença do nemátodo-da-madeira-do-pinheiro.

*Quadro 11. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Transformação de madeira”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com "Transformação de madeira" | 1999 | 2005 | 2009 | 2016 | Taxa Variação 1999-2009 | Taxa Variação 2009-2016 |
|--|------|------|------|------|-------------------------|-------------------------|
| Portugal Continental                     | 674  | 692  | 111  | 64   | -83,5%                  | -42,3%                  |
| <b>Entre Douro e Minho</b>               | 281  | 154  | 12   | 13   | -95,7%                  | 8,3%                    |
| <b>Trás-os-Montes</b>                    | 55   | 23   | 21   | 11   | -61,8%                  | -47,6%                  |
| <b>Beira Litoral</b>                     | 134  | 198  | 22   | 11   | -83,6%                  | -50,0%                  |
| <b>Beira Interior</b>                    | 25   | 58   | 11   | 6    | -56,0%                  | -45,5%                  |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>                  | 139  | 255  | 20   | 8    | -85,6%                  | -60,0%                  |
| <b>Alentejo</b>                          | 38   | 2    | 13   | 15   | -65,8%                  | 15,4%                   |
| <b>Algarve</b>                           | 2    | 2    | 12   | 0    | 500,0%                  | -100,0%                 |

### 3.7.5. Prestação de Serviços

No período entre Recenseamentos, tem-se o Algarve como única região agrária com um incremento; e em todo o Continente, o decréscimo foi da ordem dos 23%. Depois, até 2016, houve um acréscimo médio nacional de 6,7% para esta actividade, continuando o Algarve a ser nestes 7 anos a região que mais progrediu neste segmento, seguido pela Beira Interior; o Ribatejo e Oeste manteve-se relativamente estável (Quadro 12).

Mas curiosamente, embora marquem uma tendência muito positiva, estas duas regiões estão entre as três que, em valores absolutos, albergam menos explorações prestadoras de serviços. Por outro lado, são aquelas regiões que no passado tinham mais explorações agrícolas nesta categoria e que, entretanto, ou fecharam ou simplesmente descontinuaram a função de Prestação de Serviços, que vêm pesar negativamente sobre o ímpeto geral desta ALNA em Portugal Continental.

Quadro 12. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Prestação de serviços”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com "Prestação de serviços" | 1999  | 2005  | 2009  | 2016  | Taxa Variação 1999-2009 | Taxa Variação 2009-2016 |
|---------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------------------------|-------------------------|
| Portugal Continental                  | 2 109 | 1 618 | 1 616 | 1 729 | -23,4%                  | 7,0%                    |
| Entre Douro e Minho                   | 447   | 506   | 380   | 381   | -15,0%                  | 0,3%                    |
| Trás-os-Montes                        | 471   | 85    | 191   | 178   | -59,4%                  | -6,8%                   |
| Beira Litoral                         | 378   | 314   | 324   | 227   | -14,3%                  | -29,9%                  |
| Beira Interior                        | 166   | 88    | 103   | 186   | -38,0%                  | 80,6%                   |
| Ribatejo e Oeste                      | 307   | 376   | 273   | 321   | -11,1%                  | 17,6%                   |
| Alentejo                              | 306   | 197   | 290   | 283   | -5,2%                   | -2,4%                   |
| Algarve                               | 34    | 52    | 55    | 153   | 61,8%                   | 178,2%                  |

### 3.7.6. Aquacultura

É uma ALNA praticamente irrelevante, não só por ter vindo a reduzir a sua frequência como pelo facto de que efectivamente, em 2016, havia registo de apenas uma exploração agrícola algarvia a praticá-la (Quadro 13).

Quadro 13. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Aquacultura”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com "Aquacultura" | 1999 | 2005 | 2009 | 2016 | Taxa Variação 1999-2009 | Taxa Variação 2009-2016 |
|-----------------------------|------|------|------|------|-------------------------|-------------------------|
| Portugal Continental        | 32   | 4    | 16   | 1    | -50,0%                  | -93,8%                  |
| Entre Douro e Minho         | 13   | 0    | 7    | 0    | -46,2%                  | -100,0%                 |
| Trás-os-Montes              | 3    | 0    | 1    | 0    | -66,7%                  | -100,0%                 |
| Beira Litoral               | 11   | 0    | 1    | 0    | -90,9%                  | -100,0%                 |
| Beira Interior              | 0    | 1    | 1    | 0    |                         | -100,0%                 |
| Ribatejo e Oeste            | 1    | 2    | 4    | 0    | 300,0%                  | -100,0%                 |
| Alentejo                    | 2    | 1    | 0    | 0    | -100,0%                 |                         |
| Algarve                     | 2    | 0    | 2    | 1    | 0,0%                    | -50,0%                  |

### 3.7.7. Produção de Energias Renováveis

A Produção de Energias Renováveis é a aposta mais recente e tem-se difundido por todo o Continente. De tal modo que, entre o RGA 1999 e o RA 2009 cresceu 313% e, no último período, cresceu ainda mais, 450%. Pára para já num valor que apesar de ainda baixo se comparado aos levantamentos feitos para outros tipos de ALNA, indica que as energias renováveis são actividade vigente em mais de 500 explorações agrícolas (Quadro 14).

Ao pormenor, veja-se como as comparações estabelecidas entre os dois Recenseamentos e entre o RA 2009 e o IEEA 2016 mostram crescimentos muito positivos em todas as regiões agrárias, sem excepção.

*Quadro 14. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Produção de energias renováveis”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com "Produção de energias renováveis" | 1999 | 2005 | 2009 | 2016 | Taxa Variação 1999-2009 | Taxa Variação 2009-2016 |
|---|------|------|------|------|-------------------------|-------------------------|
| Portugal Continental                            | 24   | 174  | 99   | 545  | 312,5%                  | 450,5%                  |
| <b>Entre Douro e Minho</b>                      | 1    | 3    | 5    | 48   | 400,0%                  | 860,0%                  |
| <b>Trás-os-Montes</b>                           | 0    | 0    | 17   | 57   |                         | 235,3%                  |
| <b>Beira Litoral</b>                            | 5    | 1    | 7    | 56   | 40,0%                   | 700,0%                  |
| <b>Beira Interior</b>                           | 3    | 0    | 9    | 159  | 200,0%                  | 1666,7%                 |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>                         | 4    | 165  | 28   | 79   | 600,0%                  | 182,1%                  |
| <b>Alentejo</b>                                 | 10   | 5    | 31   | 137  | 210,0%                  | 341,9%                  |
| <b>Algarve</b>                                  | 1    | 0    | 2    | 9    | 100,0%                  | 350,0%                  |

Em certa medida, pode dividir-se em duas faces os tipos de energia renovável que preenchem o território. Por um lado, nas regiões Norte e Centro admite-se que a grande maioria das explorações com esta ALNA estejam ligadas à energia eólica ou hídrica; ao passo que no Alentejo, uma região que praticamente não possui parques eólicos (INEGI/APREN, 2012), a energia solar é a variante que mais pesa, fazendo-se uso das planícies descobertas de mais baixa altitude.

O instrumento de notação (guião) empregado nos Recenseamentos Agrícolas (INE, 1999, 2009, d) apresenta ainda como sugestão de resposta mais frequente (para além das energias eólica e solar), a biomassa, que pode ser convertida em biogás, biodiesel, bioetanol, etc., e é uma alternativa menos dispendiosa para muitos agricultores.



Por fim, o quarto tipo de energia também produzida para fins não domésticos nalgumas explorações é a hídrica (“mini-hídrica”), uma possibilidade para aqueles proprietários com acesso e autorização para usar corpos de água com potencial de produção energética.

### 3.7.8. Outras Actividades Lucrativas

Culminaram em 2016 com um valor total mais baixo do que o que as definia em 1999, descendo de 907 para 657 o número de explorações que lucram com estas Outras Actividades Lucrativas.

Contudo, foi na fase intermédia, em torno dos períodos de 2005 e 2009 que esta ALNA se excedeu, tendo sido contabilizada em mais de 1200 explorações agrícolas, em ambas as datas – um crescimento assumido seguido de uma diminuição com um volume consideravelmente maior (Quadro 15).

*Quadro 15. Evolução e distribuição (em n.º) das explorações agrícolas com “Outras actividades lucrativas”, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com "Outras actividades lucrativas" | 1999 | 2005  | 2009  | 2016 | Taxa Variação 1999-2009 | Taxa Variação 2009-2016 |
|---|------|-------|-------|------|-------------------------|-------------------------|
| Portugal Continental                          | 907  | 1 336 | 1 270 | 657  | 40,0%                   | -48,3%                  |
| <b>Entre Douro e Minho</b>                    | 161  | 185   | 16    | 86   | -90,1%                  | 437,5%                  |
| <b>Trás-os-Montes</b>                         | 55   | 59    | 23    | 57   | -58,2%                  | 147,8%                  |
| <b>Beira Litoral</b>                          | 261  | 221   | 26    | 125  | -90,0%                  | 380,8%                  |
| <b>Beira Interior</b>                         | 95   | 133   | 28    | 62   | -70,5%                  | 121,4%                  |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>                       | 110  | 378   | 68    | 54   | -38,2%                  | -20,6%                  |
| <b>Alentejo</b>                               | 174  | 335   | 179   | 174  | 2,9%                    | -2,8%                   |
| <b>Algarve</b>                                | 51   | 25    | 930   | 99   | 1723,5%                 | -89,4%                  |

E para que se especifique a índole do primeiro crescimento na ordem dos 40% em Portugal Continental, foi o Algarve que cresceu 1723%, de 50 para 930 casos (valor deveras estranho e que leva a crer que se trate de um erro na fonte de informação), enquanto que todas as outras regiões à excepção do Alentejo, decresceram.

É difícil explicar este bloco de dados e o significado destas alterações, que se assume ter sido graças a alguma alteração no critério de classificação das explorações e suas actividades.

Até porque a partir de 2009, a situação acaba por se inverter, com a maioria das regiões admitindo crescimentos positivos, algumas delas na casa das centenas de grau percentual. Mas como o Algarve estranhamente retrocedeu para os 99 casos, este severo golpe singular influenciou toda a situação nacional, resultando num decréscimo final de quase 50% entre 2009 e 2016.

## 4. CARACTERIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES COM ALNA

Neste capítulo procura-se precisar o melhor possível o que são as explorações que assumem ter as diferentes ALNA, definindo em termos gerais as suas particularidades de natureza física, económica e do trabalho.

Quase todas as variáveis seleccionadas são recenseadas sempre que decorrem os inquéritos agrícolas e, por isso, faz-se um julgamento que reflecta os últimos dezassete anos (1999-2016) e as alterações que caíram sobre as ALNA. A intenção é esboçar o arquétipo de “exploração agrícola com ALNA”, sempre que possível, por diferença ao conjunto total das explorações agrícolas no Continente.

### 4.1. Natureza Jurídica do Produtor

Sobre a natureza jurídica do produtor agrícola, diga-se que esta é das variáveis com a evolução mais linear. A par com a óbvia redução do total de explorações agrícolas que apresentam ALNA, verifica-se que existem duas formas de natureza jurídica que têm vindo a diminuir a sua presença relativa na agricultura portuguesa.

As naturezas jurídicas de que se fala cabem ambas dentro do *Produtor Singular*, e estas duas têm-se perdido em prol de um aumento numa outra forma de natureza jurídica – as *Sociedades*; são elas o *Produtor Autónomo* (utilização maioritária de mão-de-obra familiar), que à data do RGA 1999, representava mais de 92% dos proprietários agrícolas com ALNA; e o *Produtor Empresário* (utilização maioritária de mão-de-obra assalariada) que, na altura, constituía 5% de todos os produtores agrícolas de explorações com ALNA, no Continente (Quadro 16).

Comparando estas percentagens às que definiam o conjunto das explorações em Portugal Continental, conclui-se que as explorações que diversificam em ALNA estão associadas a *Sociedades* mais frequentemente do que é habitual no universo nacional. Porque, olhando aos valores representativos do universo tem-se que, em 1999, somente 1,5% eram *Sociedades*, e em 2009, estes números pouco mudaram, com 2,4% de *Sociedades* (INE, 1999, 2009, d); valores que muito contrastam com os indicados no Quadro 16.

De facto, as sociedades subiram claramente, quase 7 pontos percentuais até 2016, trocando de posição com o *Produtor Empresário*, podendo depreender-se que grande parte do peso relativo que costumava caber a ambas as formas de *Produtor Singular*, foi convertido em *Sociedades* de produtores.

Os *Baldios* mantiveram-se muito pouco significativos. Já as *Outras formas da natureza jurídica*, que podem ser extremamente variadas – por exemplo, cooperativas, associações, fundações, mosteiros, conventos, seminários, escolas privadas, e incontáveis outras entidades públicas e estatais de gestão agrícola – denotaram também algum crescimento relativo, embora pouco significativo no total.

*Quadro 16. Evolução e distribuição (em %) do peso de cada tipo de natureza jurídica no total de explorações agrícolas com ALNA, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| Distribuição das EA com ALNA por natureza jurídica do produtor (Portugal Continental) | 1999   | 2005   | 2009   | 2016   |
|---|--------|--------|--------|--------|
| Autónomo  | 92,5%  | 90,5%  | 89,4%  | 88,1%  |
| Empresário  | 5,1%   | 5,6%   | 2,7%   | 2,1%   |
| Sociedades  | 2,1%   | 3,5%   | 7,1%   | 8,8%   |
| Baldios   | 0,0%   | 0,1%   | 0,2%   | 0,1%   |
| Outras formas da natureza jurídica do produtor  | 0,3%   | 0,4%   | 0,7%   | 0,8%   |
| <b>Total de EA com ALNA</b>   | 32 721 | 28 074 | 15 045 | 15 666 |

## 4.2. Classes de Dimensão Económica

Confrontando a dimensão económica do conjunto das explorações com o modo como se dividem as explorações com ALNA por essas várias classes de dimensão económica, compreende-se em que medida a diversificação acontece preferencialmente em certo tipo de explorações.

Visto serem as explorações de *Muito Pequena* dimensão económica que preenchem a maior parte do território português – atingindo um pico em 2009, com 79% das explorações a obterem menos de 8 000 Euros ao ano (Anexo 4) – é natural inferir logo à partida que, por

esta razão, as explorações com ALNA também se incluem mais provavelmente nas classes económicas mais baixas.

No entanto, os dados vêm afirmar que a presença de ALNA se estabelece seguindo uma preferência ligeiramente diferente. E assim, sabendo que em 1999, 73% de todas as explorações agrícolas se encaixavam na classe económica *Muito Pequena*, releva-se que de entre as explorações que admitiam ter ALNA, apenas 63% pertenciam a esta classe (Quadro 17).

Quadro 17. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas pelas classes de dimensão económica, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| Distribuição das EA com ALNA por classes de dimensão económica (Portugal Continental) | Muito Pequena<br>(classes I, II e III): < 8,000 Euros |       | Pequena<br>(classes IV e V): 8,000 a < 25,000 Euros |       | Média (classes VI e VII): 25,000 a < 100,000 Euros |      | Grande<br>(classes VIII a XIV): >= 100,000 Euros |      |
|---|---|-------|---|-------|--|------|--|------|
|   | N.º   | %     | N.º   | %     | N.º  | %    | N.º  | %    |
| <b>1999</b>   | 19 938  | 60,9% | 9 646   | 29,5% | 2 033  | 6,2% | 1 104  | 3,4% |
| <b>2005</b>   | 18 986  | 67,6% | 6 369   | 22,7% | 1 546  | 5,5% | 1 172  | 4,2% |
| <b>2009</b>   | 10 500  | 69,8% | 2 326   | 15,5% | 1 431  | 9,5% | 788  | 5,2% |
| <b>2016</b>   | 10 713  | 68,4% | 2 560   | 16,3% | 1 501  | 9,6% | 895  | 5,7% |

Em especial, observa-se a evolução das classes de dimensão económica ao longo destas últimas quase duas décadas; e para as explorações com ALNA, percebe-se que houve um aumento generalizado da percentagem remetida para as classes *Muito Pequena*, *Média* e *Grande*, em detrimento das *Pequenas*, que perderam peso relativo no total.

A perda que estas últimas têm denotado pode dever-se ao facto de estarem sob efectivo desaparecimento, possivelmente graças à graduação para explorações de maior dimensão, o que torna esta classe num fosso entre as explorações *Muito Pequenas* e que dificilmente melhorarão a sua situação económica, e as outras das classes mais altas.

Geograficamente falando, as quatro regiões agrárias mais a Norte de Portugal Continental contêm não só a maior parte de todas as explorações agrícolas, como também essas tão numerosas explorações tendem a ter uma dimensão económica inferior. Nestas regiões, por norma, para cima de 70% a 80% das explorações pertencem à classe económica *Muito Pequena*; e quase por consequência, a maioria das explorações com ALNA aí presentes vão também pertencer, em proporção semelhante, a esta classe e à classe *Pequena*, deixando mais desprovidas de diversificação as classes *Média* e *Grande* (Anexo 4).

O Algarve surge como ponte entre a realidade nortenha e as explorações agrícolas com maiores áreas do Alentejo e do Ribatejo e Oeste, na medida em que as explorações com ALNA se distribuem de forma mais equilibrada pelas várias classes de dimensão económica. É nestas últimas duas regiões que se evidencia a maior percentagem de explorações com *Grande* dimensão económica a terem ALNA; especialmente no Alentejo, que é o mais evidente exemplo disto, embora o Ribatejo também siga este arranjo.

No cômputo geral, a tendência nos anos mais recentes é tal que, especialmente as explorações de *Grande* dimensão económica, mas também as de *Média*, representam uma porção cada vez maior no conjunto de explorações com ALNA. Volta assim a sublinhar-se que têm vindo a ser as explorações com acesso a maiores fundos financeiros a criar mais oportunidades e fontes diversificadas de origem do rendimento.

Escrutinando as várias categorias de ALNA, verificam-se algumas propensões para a distribuição preferencial de certas ALNA por certas classes de dimensão económica (Anexo 5).

São evidentes aquelas actividades que mais frequentemente se concentram em explorações de menor dimensão económica (e física – porque a correspondência entre estas duas dimensões existe na maioria dos casos).

A *Produção Florestal* é o melhor exemplo disto, com uma percentagem superior a 75% das explorações, em ambos os períodos de referência, a pertencer à classe económica *Muito Pequena*. A *Transformação de Madeira* também apresentava uma distribuição semelhante embora esse quadro estável se tenha alterado muito neste último IEEA.

O *Artesanato e Transformação de Produtos Agrícolas não Alimentares* surge como sendo a segunda categoria com a distribuição mais correlacionável com explorações de reduzida dimensão económica, seguido das *Outras Actividades Lucrativas*; esta última interessa sublinhar por curiosamente pertencer, simultaneamente, àquelas explorações com maior dimensão física, mas inferior dimensão económica (gestão mais extensiva).

As restantes ALNA têm sofrido algumas evoluções, podendo especificar-se que a *Transformação de Produtos Agrícolas Alimentares*, por exemplo, tendeu a migrar das explorações de dimensão económica *Muito Pequena* para as classes acima. A *Produção de Energias Renováveis* quase a par com o *Turismo Rural e actividades directamente relacionadas*, assumem-se como actividades com uma disposição mais equilibrada pelas várias classes, visto serem, de todas as nove ALNA, as que maior tendência têm para ocorrer nas explorações agrícolas mais rentáveis (classes *Média* e *Grande*).

### 4.3. Superfície Total da Exploração Agrícola

Ao abrigo da moderna intensificação da produção agrícola, a dimensão física média das explorações agrícolas no Continente tem vindo a aumentar (de 13,2 hectares em 1999 para 16,4 hectares em 2009, e agora em 2016 chegou aos 19,2 hectares), a par com a redução do número total de explorações porque muitas fecharam – uma curva que tem sido muito constante no sentido decrescente (INE, 2016, c; 1999, 2009, d).

Consultando o Quadro 18 percebe-se isso mesmo, porque em 1999, para além de existir quase o dobro do total de explorações agrícolas com ALNA em 2016, vê-se como a frequência nas classes de menor dimensão física veio a baixar claramente; enquanto que, por contraposição, as duas últimas classes (de maior superfície total) mostraram um crescimento absoluto e relativo bastante positivos.

A classe mais representada em 1999 (2 a 5 hectares) foi, logo em 2005, ultrapassada pela classe seguinte (5 a 20 hectares), e até 2016, o destacamento desta relativamente às restantes não deixou de se verificar.

*Quadro 18. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por classes de superfície total, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| Distribuição das EA com ALNA por classes de superfície total (Portugal Continental) | < 0.5 ha |      | 0.5 ha a < 1 ha |      | 1 ha a < 2 ha |       | 2 ha a < 5 ha |       | 5 ha a < 20 ha |       | 20 ha a < 50 ha |       | 50 ha a < 100 ha |      | >= 100 ha |      |
|---|----------|------|-----------------|------|---------------|-------|---------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|------|-----------|------|
|   | N.º      | %    | N.º             | %    | N.º           | %     | N.º           | %     | N.º            | %     | N.º             | %     | N.º              | %    | N.º       | %    |
| <b>1999</b>   | 1 245    | 3,8% | 2 831           | 8,7% | 6 872         | 21,0% | 10 416        | 31,8% | 8 356          | 25,5% | 1 729           | 5,3%  | 580              | 1,8% | 692       | 2,1% |
| <b>2005</b>   | 722      | 2,6% | 1 791           | 6,4% | 4 238         | 15,1% | 8 701         | 31,0% | 8 971          | 32,0% | 2 107           | 7,5%  | 701              | 2,5% | 843       | 3,0% |
| <b>2009</b>   | 76       | 0,5% | 271             | 1,8% | 1 614         | 10,7% | 4 184         | 27,8% | 5 046          | 33,5% | 1 876           | 12,5% | 732              | 4,9% | 1 246     | 8,3% |
| <b>2016</b>   | 38       | 0,2% | 501             | 3,2% | 1 988         | 12,7% | 4 665         | 29,8% | 5 396          | 34,4% | 1 293           | 8,3%  | 613              | 3,9% | 1 173     | 7,5% |

Tomando como base de comparação os dados do Anexo 3, podem tirar-se conclusões adicionais sobre como as diferentes categorias de ALNA tendem a distribuir-se pelas várias classes de dimensão física. Focando em 2016, segue a apreciação de alguns desvios que de facto existem em relação à distribuição média geral representada no Quadro 18.

O destaque vai para a Produção de Energias Renováveis, a Transformação de Madeira e as Outras Actividades Lucrativas, por serem ALNA que habitualmente estão presentes em explorações com maior superfície total.

Todas as outras actividades (à excepção da aquacultura que não tem entradas suficientes para se tirarem conclusões válidas), distribuem-se de forma mais ou menos

equilibrada entre as duas classes do meio do Quadro 18, ou seja, seguem a norma de distribuição que rege o conjunto das explorações agrícolas com ALNA, não havendo por isso grandes detalhes a apontar.

#### 4.4. Superfície Agrícola Utilizada

A SAU acaba por reflectir igualmente a realidade já discutida no ponto anterior. Os valores médios da SAU em Portugal Continental aumentaram sempre desde 1989 (7,0 hectares), tendo sido de 9,8 ha em 1999, 12,7 ha em 2009, e 14,9 ha em 2016 (INE, 2016, c; 1989, 1999, 2009, d).

Neste seguimento, passou a estar mais centralizada a diversificação das actividades da exploração, com o quase desaparecimento das propriedades com SAU residual e muito pequena; ao mesmo tempo que se consolida a presença dos terrenos cultiváveis com mais de 1 hectare, cuja frequência relativa no universo das explorações com ALNA continua a ser maior que 50% (Quadro 19).

Por fim, percorrendo o Quadro 19 da esquerda para a direita, entende-se bem que as explorações com maior área têm mantido senão aumentado em peso relativo contra as demais, provando serem elas cada vez mais os focos de difusão dos vários tipos de ALNA.

*Quadro 19. Evolução e distribuição (em n.º e %) da distribuição das explorações agrícolas com ALNA por classe de SAU, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| Distribuição das EA com ALNA por classes de SAU (Portugal Continental) | Residual (sem SAU) |      | 0 a < 1 ha |       | 1 a < 5 ha |       | 5 a < 20 ha |       | 20 a < 50 ha |      | >= 50 ha |      |
|--|--------------------|------|------------|-------|------------|-------|-------------|-------|--------------|------|----------|------|
|  | N.º                | %    | N.º        | %     | N.º        | %     | N.º         | %     | N.º          | %    | N.º      | %    |
| <b>1999</b>  | 135                | 0,4% | 7 367      | 22,5% | 18 577     | 56,8% | 4 713       | 14,4% | 1 034        | 3,2% | 895      | 2,7% |
| <b>2005</b>  | 52                 | 0,2% | 4 868      | 17,3% | 15 015     | 53,5% | 5 631       | 20,1% | 1 341        | 4,8% | 1 166    | 4,2% |
| <b>2009</b>  | 32                 | 0,2% | 1 229      | 8,2%  | 7 589      | 50,4% | 3 533       | 23,5% | 1 197        | 8,0% | 1 465    | 9,7% |
| <b>2016</b>  | 22                 | 0,1% | 1 453      | 9,3%  | 8 837      | 56,4% | 3 174       | 20,3% | 865          | 5,5% | 1 316    | 8,4% |

Em comparação com o universo das explorações no Continente, estas propriedades com ALNA têm, em média, maior SAU. Tanto que, olhando para a classe muito pequena (0 a 1 hectare), percebe-se como o número de explorações que nela cabiam, em 1999, reduziram muito, de 23% para 8% em 2009; já a nível nacional, as explorações nesta classe de SAU representaram mais de 20% do total, em ambas as datas; simultaneamente, em relação às classes de maior SAU, verifica-se igualmente que para o conjunto das explorações



com ALNA, existe uma fracção de explorações que possuem SAU maior que 5 hectares superior à tendência de distribuição média em Portugal (INE, 1999, 2009, d).

#### 4.5. Origem do Rendimento

Neste ponto procura-se entender se a agro-pecuária e a floresta ainda mantêm a sua dominância na economia das explorações agrícolas e no rendimento dos agricultores, ou se por já não representarem tanto o coração do rural, outras novas alternativas para o sustento das populações estão a disparar.

O primeiro aspecto a depreender dos dados recolhidos respeita à importância das ALNA no conjunto de actividades levadas a cabo nas explorações agrícolas. Repare-se que a maioria das explorações com ALNA ganham grande parte dos seus lucros através das actividades agro-pecuárias, seguindo-se a actividade florestal (Quadro 20).

Ainda em terceiro lugar, mas a tomar cada vez mais importância no rendimento das explorações com ALNA, ficam as próprias actividades lucrativas não agrícolas. Como é compreensível, as ALNA pouco frequentemente são o foco principal destas explorações. Os dados apontam para que, de facto, somente uma em cada cinco tenham qualquer (ou quaisquer) ALNA como principal actividade, ou pelo menos, como actividade que mais rendimento traz ao agricultor.

*Quadro 20. Evolução e distribuição (em n.º e %) da distribuição das EA com ALNA por principal origem do rendimento total da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| Distribuição das EA com ALNA por principal origem do rendimento da exploração (produtor autónomo) (Portugal Continental) | Actividade agro-pecuária |       | Actividade florestal |       | ALNA (excepto produção florestal) |       | Total de EA com ALNA |
|--|--------------------------|-------|----------------------|-------|-----------------------------------|-------|----------------------|
|  | N.º                      | %     | N.º                  | %     | N.º                               | %     | N.º                  |
| <b>2005</b>  | 10 976                   | 39,1% | 9 661                | 34,4% | 4 860                             | 17,3% | 28 074               |
| <b>2009</b>  | 5 002                    | 33,2% | 5 765                | 38,3% | 3 007                             | 20,0% | 15 045               |
| <b>2016</b>  | 6 245                    | 39,9% | 3 894                | 24,9% | 3 542                             | 22,6% | 15 666               |

De realçar é o crescimento consistente do impacto económico das ALNA nas explorações agrícolas com ALNA, ao longo dos três períodos de referência representados no Quadro 20. Cerca de três pontos percentuais foi o aumento gradual desenhado entre inquéritos sucessivos, equiparando-se até quase, em 2016, à importância da actividade florestal, que durante muito tempo disputara o lugar cimeiro com o sector agro-pecuário.

Num último comentário a estes números, é razoável admitir que esta tendência é de todo expectável, visto ser muito natural que um proprietário com ALNA procure profissionalizar e especializar-se mais e mais nos serviços oferecidos. Até porque muitas destas actividades, se executadas de forma amadora ou secundária, têm poucas chances de originar lucros significativos para o produtor agrícola; e é claro que as explorações agrícolas são uma empresa como qualquer outra e que pretende sempre, em circunstâncias normais, maximizar o lucro em função do trabalho despendido.

#### **4.6. Ajudas e Subsídios**

Programas como o passado *PRODER 2007-2013* ou o vigente *PDR 2020*, repartem o seu apoio em quatro áreas-chave de acção para o desenvolvimento:

*Acções 1* que fomentam a inovação e o conhecimento entre os actores do espaço rural; as *Acções 2*, que viabilizam o aumento da competitividade das explorações agrícolas; *Acções 3* promotoras de medidas ambientais e para a sustentabilidade; e as *Acções 4*, focadas nas medidas do desenvolvimento rural, sob a alçada da metodologia *LEADER*.

É sabido que a ajuda veiculada pelas políticas que subsidiam as mais diversas actividades das explorações agrícolas e outros empreendimentos no espaço rural são muito determinantes da mudança que realmente se materializa. Quer-se por isso entender, não só se as explorações com ALNA surgem como maiores ou menores beneficiárias destas medidas de apoio, mas apreciar a fracção que esses subsídios representam no rendimento total da exploração.

Esta distribuição pode consultar-se no Quadro 21, que contabiliza as explorações de acordo com a importância que os subsídios têm no seu rendimento.

*Quadro 21. Evolução e distribuição (em %) das EA com ALNA por importância das ajudas e subsídios no rendimento total da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| Distribuição do n.º de EA com ALNA por importância das ajudas/subsídios no rendimento da exploração (Portugal Continental) | 0%    | 0 a 25% | 25 a 50% | 50 a 75% | 75 a 100% | 100% | Total de EA com ALNA |
|--|-------|---------|----------|----------|-----------|------|----------------------|
| <b>2005</b>  | 39,1% | 34,4%   | 17,3%    | 6,1%     | 2,1%      | 1,0% | 28 074               |
| <b>2009</b>  | 33,2% | 38,3%   | 20,0%    | 7,9%     | 0,3%      | 0,2% | 15 045               |
| <b>2016</b>  | 39,9% | 24,9%   | 22,6%    | 10,3%    | 1,5%      | 0,9% | 15 666               |

Nos últimos dez anos, à medida que se verificou uma perda absoluta de explorações com ALNA (traduzida pelo declínio do número total de entradas no Quadro 21), vê-se também que a importância geral dos subsídios aumentou. Reduziu claramente a frequência absoluta correspondente às duas classes, que admitiam ou não receber qualquer ajuda ao rendimento, ou que esses subsídios perfaziam não mais de 25% do rendimento total.

Contudo, e à imagem do que se passa no universo das explorações portuguesas, não pode dizer-se que a maioria das explorações com ALNA recebem apoios. Porque repare-se no modo como, à data do IEEA 2016, a curva é sempre decrescente, com 39,9% explorações sem qualquer apoio financeiro enquanto que, no pólo oposto, apresentam-se 0,9% recebendo a totalidade do seu rendimento sob a forma de ajudas do Estado.

Para interpretar um outro aspecto desta variável, aprecia-se o número de medidas das quais as explorações beneficiam, ao abrigo das várias acções já explanadas; os dados disponíveis (dados cedidos pelo INE) reflectem somente os anos do RA 2009 e IEEA 2016.

À data do RA 2009 (ano agrícola 2008/2009), ainda ao sob o *PRODER 2007-2013*, percebe-se que de todos os beneficiários (mais de 1 000) com explorações com ALNA no Continente, apenas nove o foram no âmbito da *Acção 3.1.1*, que apoia especificamente a diversificação para actividades não agrícolas (dentro ou fora das explorações) (dados cedidos pelo INE).

Isto indica que muitas das explorações agrícolas que de facto diversificam as suas actividades lucrativas, o fazem sem receber quaisquer apoios estatais abrangidos por esta *Acção* em particular; não obstante poderem beneficiar de outras que, directa ou indirectamente, suportem estes esforços de diversificação.

Deve também lembrar-se que as duas datas de referência apanham os programas de desenvolvimento a meio – isto é, de todos os anos abrangidos por cada um dos programas, tanto o RA 2009 como o IEEA 2016 servem de referência para apenas dois desses seis anos que os programas duraram.

Há assim que ter em atenção que as entradas foram registadas à data do levantamento, e posteriormente ao momento do inquérito não se sabe quantas mais existiram. Pode afirmar-se que terá havido múltiplos casos de explorações que beneficiaram de certas medidas em momentos que não foram retractados nem pelo RA 2009 nem pelo IEEA 2016. Mas de qualquer forma, os valores recenseados para estes períodos de referência específicos são uma amostra interessante a partir da qual se pode entender a tendência de aplicação de cada uma destas acções e medidas de desenvolvimento rural.

De facto, em 2009, foram as medidas *Agro-ambientais*, algumas particularmente adoptadas no *Âmbito da Agricultura* juntamente com uma outra classe de medidas que respeita o *Apoio a Regimes de Qualidade*, que perfizeram a maior parte (mais de 90%) das medidas de desenvolvimento rural que financiaram as explorações com ALNA (dados cedidos pelo INE).

E em 2016, durante o período de vigência do *PDR 2020*, registaram-se de novo as medidas *Agro-ambientais e ligadas ao Clima*, com 4612 beneficiários registados; bem como as medidas de *Manutenção da Actividade* que, com 5803 entradas, foram mesmo as mais direccionadas às explorações agrícolas com ALNA (dados cedidos pelo INE).

Ao pormenor, diga-se que Trás-os-Montes se afirmou como a região agrária que mais beneficiou de medidas no âmbito do *PRODER 2007-2013* e, sob o *PDR 2020*, foi a Beira Interior a beneficiar de quase 50% das medidas do programa. O Alentejo deteve o terceiro lugar nas duas datas, com valores ligeiramente abaixo dos 15% do total, e a Beira Interior o quarto, ligeiramente atrás do Alentejo (dados cedidos pelo INE).

Em termos de distribuição geográfica, a frequência relativa destas medidas de apoio é praticamente proporcional à distribuição (muito variável) das explorações com ALNA pelas regiões agrárias do Continente. Pelo que, regiões com maior concentração de propriedades agrícolas vão automaticamente acumular uma maior fatia do total de medidas de desenvolvimento rural.

## 4.7. Unidade de Trabalho Anual

À medida que a agricultura se modernizou pela via da mecanização, foi enorme a diminuição do volume de trabalho necessário para realizar a maior parte das actividades produtivas das explorações. Veja-se o Quadro 22, que reflecte a relação das UTA com a SAU das explorações com ALNA.

Os dados apontam para que, em média, seja mais trabalhoso manter uma exploração agrícola sem SAU do que outra com uma SAU entre os 0 e 50 hectares. Isto pode explicar-se pela mecanização, e porque as explorações com ALNA menos associadas à produção primária (agro-pecuária e floresta), vão requerer mais mão-de-obra empregada especialmente na prestação destes outros serviços de natureza diversa, trabalhos frequentemente mais técnicos e particulares.

Tanto que, de todas as classes de SAU retractadas abaixo, apenas as explorações sem terra (*Residual*) viram o número médio de UTA aumentar entre o RGA 1999 e o RA 2009, ao passo que todas as outras classes de superfície utilizada assistiram a um natural decréscimo do número de UTA por exploração.

*Quadro 22. Evolução e distribuição (em n.º) das Unidades de Trabalho Anual por classe de SAU nas explorações com ALNA, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de UTA por classe de SAU em EA com ALNA (Portugal Continental) | Residual (sem SAU) |                  | 0 a < 1 ha |                  | 1 a < 5 ha |                  | 5 a < 20 ha |                  | 20 a < 50 ha |                  | >= 50 ha  |                  |
|--|--------------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|-------------|------------------|--------------|------------------|-----------|------------------|
|  | UTA total          | UTA média por EA | UTA total  | UTA média por EA | UTA total  | UTA média por EA | UTA total   | UTA média por EA | UTA total    | UTA média por EA | UTA total | UTA média por EA |
| <b>1999</b>  | 289                | 2,14             | 9 449      | 1,28             | 30 544     | 1,64             | 10 232      | 2,17             | 3 582        | 3,46             | 6 656     | 7,44             |
| <b>2005</b>  | 321                | 6,17             | 5 370      | 1,10             | 21 734     | 1,45             | 10 921      | 1,94             | 3 711        | 2,77             | 7 372     | 6,32             |
| <b>2009</b>  | 80                 | 2,50             | 1 285      | 1,05             | 9 062      | 1,19             | 5 288       | 1,50             | 2 636        | 2,20             | 5 949     | 4,06             |
| <b>2016</b>  | 70                 | 3,17             | 1 598      | 1,10             | 10 514     | 1,19             | 5 098       | 1,61             | 2 243        | 2,59             | 7 437     | 5,65             |

E isto é ainda mais evidente se se compararem estes valores aos das UTA médias para o universo das explorações agrícolas em Portugal Continental; pois aí tem-se, interessantemente, a situação contrária – uma redução das UTA nas explorações pequenas e uma subida nas de maior dimensão (INE, 1999, 2009, d).

São, em particular, as explorações com maior SAU aquelas mais destoam no quadro geral nacional, por admitirem um valor de UTA generosamente superior à média das explorações no Continente.

Mas diga-se que, a par com a classe de maior SAU (acima dos 50 hectares), as duas classes de SAU imediatamente abaixo desta também mostravam, em 1999, uma diferença de quase uma unidade sobre a média nacional; uma tendência que no entanto parece ter vindo a esbater-se, e hoje, as UTA das explorações com ALNA assemelham-se mais às do total de explorações em Portugal Continental (INE, 2005, 2016, c; 1999, 2009, d).

De facto, as explorações com a maior SAU podem demandar a maior quantidade de trabalho, pela sua extensão produtiva e eventuais actividades espalhadas pelas muitas dezenas ou centenas de hectares que possuem. As restantes classes parecem caracterizar-se por um estilo de produção algo familiar, em que o proprietário, de forma mais ou menos individual, parece acumular as funções de chefe, gestor e trabalhador na sua área agrícola, da qual se ocupa a tempo inteiro durante todo o ano.

Voltando ao paradigma da modernização, confira-se a notável parcimónia das UTA como abaixo figurada, ao longo dos anos (Quadro 23); com a subida da frequência relativa de explorações com ALNA que admitem precisar de apenas 0 a 1 UTA, acompanhada pela perda de peso daquelas que cabiam na classe de 1,5 a 3 UTA. A classe central oscilou pouco, bem como a percentagem de explorações com 3 ou mais UTA.

*Quadro 23. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por classe de UTA, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.*

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com ALNA por classe de UTA (Portugal Continental) | 0 a < 0,5 UTA |       | 0,5 a < 1 UTA |       | 1 a < 1,5 UTA |       | 1,5 a < 3 UTA |       | ≥ 3 UTA     |      |
|---|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|-------------|------|
|   | EA com ALNA   | %     | EA com ALNA   | %     | EA com ALNA   | %     | EA com ALNA   | %     | EA com ALNA | %    |
| <b>1999</b>   | 2 261         | 6,9%  | 4 806         | 14,7% | 7 999         | 24,4% | 14 489        | 44,3% | 3 166       | 9,7% |
| <b>2005</b>   | 2 756         | 9,8%  | 4 826         | 17,2% | 7 006         | 25,0% | 11 253        | 40,1% | 2 232       | 8,0% |
| <b>2009</b>   | 2 109         | 14,0% | 3 330         | 22,1% | 3 983         | 26,5% | 4 549         | 30,2% | 1 074       | 7,1% |
| <b>2016</b>   | 2 418         | 15,4% | 3 666         | 23,4% | 3 638         | 23,2% | 4 512         | 28,8% | 1 433       | 9,1% |

Porque, no seguimento daquilo já avançado, geralmente nunca são as explorações mais exigentes em trabalho que passam a deixar de o ser; por poder haver uma razão sustentada no seu perfil de actividades que leva a que essa maior quantidade de mão-de-obra outrora necessária, permaneça indispensável com o passar do tempo.

## 4.8. Orientação Técnico-Económica

A orientação técnico-económica de uma exploração está geralmente relacionada com a localização geográfica da mesma, existindo uma conhecida diversidade de tipos de actividades produtivas dentro do nosso território nacional. As decisões que medeiam estas opções de natureza técnica e económica vêm da economia local, das populações e até tradição, também com base nas condições edafoclimáticas típicas de cada lugar.

Assim, tenciona-se averiguar se as explorações com ALNA têm algum tipo de OTE preferencial, e para começar, interessa dizer que a OTE típica das explorações com ALNA diverge significativamente da OTE da exploração agrícola média portuguesa; na medida em que as explorações que diversificam as suas actividades tendem já de si a ter uma OTE mista/combinada, e não tão especializada.

Por exemplo, fazendo uma comparação à data do RA 2009, note-se que 67% de todas as explorações em Portugal eram especializadas, sendo as restantes consideradas algo entre mistas ou combinadas (INE, 2009, d); já as explorações com ALNA eram mistas ou combinadas na sua maioria (56%), com as especializadas a contabilizarem pouco mais de 40% do total (dados cedidos pelo INE).

No entanto, seguindo o trajecto feito por estas propriedades agrícolas, os dados reflectem uma especialização gradual das explorações com ALNA, não fugindo assim de todo à tendência global.

Começando em 1999 com menos de 30%, o número de explorações com ALNA e com OTE especializada subiu sempre, 33% em 2005, 43% em 2009 e agora, pelo IEEA 2016, tira-se um valor de quase 45% de explorações especializadas. Todavia, estas são ainda uma minoria em comparação com as modalidades mistas e combinadas (dados cedidos pelo INE).

Os três tipos de OTE mais representados nas explorações com ALNA são a *Produção Especializada de Vinho de Qualidade*, a *Combinação de Culturas Permanentes* e a *Especialização em Ovinos*. Cada uma destas representa, individualmente, sempre menos de 10% no total das OTE (dados cedidos pelo INE).

A única categoria que apesar de soar vaga surge considerada na listagem de OTE, somando quase 12% das explorações com ALNA em 2016, é a das *Explorações com Diversas Culturas e Criação Mistas*. Este é um valor que, embora ainda corrobore a relevância da actividade mista nas explorações com ALNA, decresceu muito desde 1999 (dados cedidos

pelo INE); traduzindo assim a tal tendência de inversão das tipologias de OTE na agricultura – de um carácter tradicionalmente misto, progride-se para a especialização das funções e serviços prestados pelos empreendimentos agrícolas.

#### **4.9. Destino da Produção Agrícola**

No que diz respeito ao destino final da produção agrícola dos produtores singulares – não considerando o intraconsumo e as perdas que advêm do transporte e armazenamento (INE, 2009) – existem três vias possíveis: a venda directa ao consumidor final, o autoconsumo e a venda a intermediários e a retalhistas.

A primeira consiste na “venda efectuada directamente pelo produtor agrícola singular ao consumidor final (agregados familiares), quer esta se realize na exploração, na estrada ou num mercado retalhista (quando o produtor tem um lugar no mercado), excluindo a venda a hotéis, cafés e restaurantes”; a última diz-se quando a produção é consumida pelo agregado doméstico do produtor, incluindo “as ofertas a familiares não pertencentes ao agregado doméstico” (INE, 2009).

No Quadro 24, o número de explorações que declararam que a maior parte da sua produção se destina ou ao autoconsumo ou à venda directa ao consumidor final e intermediários não perfaz o total de explorações com ALNA. Compreenda-se, pois, que as duas variáveis apresentadas são independentes e não exaustivas, existindo muitos exemplos de explorações que não se incluem em nenhuma das condições estipuladas – isto porque o contrário de autoconsumo pode consistir em vários fins que não sejam obrigatoriamente a venda directa, e vice-versa.

Para estas variáveis, existem dados apenas para os anos de 2009 e 2016, e o que se conclui pela análise dos mesmos, comparando os destinos de autoconsumo e venda directa, é que a grande maioria das explorações com ALNA declaram que uma fracção superior a 50% do seu produto agrícola se destina ao autoconsumo, em detrimento da outra via.

Todavia, e como já mencionado, faltam mais de 11 000 e mais de 6 000 explorações, às datas do RA 2009 e IEEA 2016, respectivamente, que não surgem representadas nestes dados, podendo-se apenas teorizar sobre as finalidades dadas à produção agrícola de todas estas.



Quadro 24. Evolução e distribuição (em %) do destino final da produção agrícola das explorações com ALNA, por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 2009 e 2016.

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| Destino da produção final nas EA com ALNA | Autoconsumo superior a 50% |       | Venda directa ao consumidor final superior a |       | Venda a intermediários e a retalhistas |       | N.º total de EA com ALNA |       |
|---|----------------------------|-------|--|-------|--|-------|--------------------------|-------|
|   | 2009                       | 2016  | 2009   | 2016  | 2009                                   | 2016  | 2009                     | 2016  |
| Portugal Continental                      | 15,1%                      | 51,8% | 11,6%  | 8,8%  | 73,3%                                  | 39,4% | 15045                    | 15666 |
| Entre Douro e Minho                       | 4,9%                       | 16,0% | 17,1%  | 19,5% | 78,0%                                  | 64,4% | 738                      | 1184  |
| Trás-os-Montes                            | 7,0%                       | 17,4% | 20,9%  | 10,7% | 72,2%                                  | 71,9% | 2273                     | 1052  |
| Beira Litoral                             | 21,2%                      | 72,9% | 8,9%   | 7,5%  | 69,8%                                  | 19,6% | 5319                     | 7527  |
| Beira Interior                            | 31,4%                      | 73,7% | 19,1%  | 5,0%  | 49,5%                                  | 21,3% | 2441                     | 2331  |
| Ribatejo e Oeste                          | 7,7%                       | 16,5% | 13,6%  | 13,1% | 78,7%                                  | 70,4% | 904                      | 1319  |
| Alentejo                                  | 1,4%                       | 9,9%  | 3,0%   | 9,5%  | 95,6%                                  | 80,6% | 1776                     | 1667  |
| Algarve                                   | 5,2%                       | 25,7% | 1,6%   | 4,7%  | 93,2%                                  | 69,7% | 1594                     | 586   |

Lê-se também que as explorações cujos produtos agrícolas são na sua maioria vendidos localmente ao consumidor final vieram a sofrer um decréscimo absoluto entre os dois períodos de referência (Quadro 24) – uma quebra com importância acrescida porque o número total de explorações com ALNA até aumentou cerca de meio milhar entre 2009 e 2016.

E esta tendência é compreensível, parecendo ter origem na realidade criada pela crescente instalação de novas cadeias comerciais com ofertas muito mais económicas, com as quais qualquer mercado de aldeia não consegue competir.

Por outro lado, tem-se o aumento notável do autoconsumo neste conjunto de explorações, e que pareceu seguir uma distribuição regional muito particular. Estes números apoiam a percepção de que são as explorações com rendimentos médios inferiores a tender mais para o autoconsumo; ou seja, as explorações com um carácter mais familiar vêm boa parte da sua produção ser directamente consumida pelo agregado doméstico. Algo que se justifica pelo pico exprimido pela Beira Litoral, que coincidentemente fora a região com menor SAU no Continente, em 1999 e 2009 (INE, 1999, 2009, d).

Simultaneamente, esta mesma região, visto ser a que maior número de explorações agrícolas com ALNA detém, acumulou também a primeira posição na categoria de venda directa.

Isto aponta para um enquadramento aparentemente mais agarrado às ligações tradicionais nestes espaços rurais, em que uma grande fatia do rendimento de muitos agricultores continua a provir do autoconsumo e das trocas comerciais locais; muitos deles

são proprietários impossibilitados de alcançar as grandes cadeias comerciais, visto não terem dimensão económica nem competitividade para negociar com estas.

#### 4.10. Perfil do Dirigente da Exploração

Por último, falta tentar descrever o arquétipo do dirigente de uma exploração com ALNA. Os dados exaustivos disponíveis, para 1999 e 2009, oferecem informação sobre o sexo, o nível de escolaridade completo, a formação agrícola e o tempo de actividade agrícola do dirigente da exploração.

Olhando para a razão homem-mulher na posição de chefe da propriedade agrícola, interpreta-se um aumento tendencial da percentagem de mulheres dirigentes. O segundo detalhe assenta no facto de que as explorações lideradas por mulheres sofreram uma menor quebra relativa comparativamente ao conjunto de explorações lideradas por homens, entre 1999 e 2009 (Quadro 25).

*Quadro 25. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por sexo do dirigente da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999 e 2009.*

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com ALNA por sexo do dirigente da exploração (Portugal Continental) | Masculino |       | Feminino |       | Total  |
|---|-----------|-------|----------|-------|--------|
|   | N.º       | %     | N.º      | %     | N.º    |
| <b>1999</b>   | 25 112    | 76,7% | 7 609    | 23,3% | 32 721 |
| <b>2009</b>   | 10 868    | 72,2% | 4 177    | 27,8% | 15 045 |

Ao analisar-se o Quadro 26 que referencia o nível de escolaridade completo dos dirigentes agrícolas, tira-se também um par de conclusões.

A primeira é que cada vez mais, dirigentes sem qualquer formação escolar estão a desaparecer. Depois, veja-se como a nível de escolaridade *Superior* (seja na área da agricultura ou não) foi o que maior aumento teve entre 1999 e 2009, seguido do *Secundário* e, por fim, o *Básico* – que para além de ainda não apresentar um decréscimo, continua a caracterizar a grande maioria dos dirigentes.

Quadro 26. *Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por nível de escolaridade completo do dirigente da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999 e 2009.*

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com ALNA por nível de escolaridade completo do dirigente da exploração (Portugal Continental) | Nenhum |       | Básico |       | Secundário ou pós-secundário |      | Superior |      |
|---|--------|-------|--------|-------|------------------------------|------|----------|------|
|   | N.º    | %     | N.º    | %     | N.º                          | %    | N.º      | %    |
| <b>1999</b>   | 10 142 | 31,0% | 20 612 | 63,0% | 778                          | 2,4% | 1 189    | 3,6% |
| <b>2009</b>   | 3 075  | 20,4% | 9 896  | 65,8% | 800                          | 5,3% | 1 274    | 8,5% |

No que diz respeito à formação de base agrícola, verifica-se novamente que os dirigentes das explorações, na sua maioria, têm experiência exclusivamente prática; as novas medidas de formação têm, contudo, nutrido os seus efeitos no espaço rural, tendo aumentado, de facto, a percentagem daqueles que admitem ter beneficiado de cursos ou acções de formação profissional (Quadro 27).

A única classe que viu aumentar a frequência absoluta foi a da formação *Completa* (ensino secundário ou superior agrícola). Em suma, corrobora-se a tendência de incremento na formação agrícola, tendo havido uma redução do peso relativo da formação exclusivamente prática em prol de uma subida nas outras duas classes.

Quadro 27. *Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por formação agrícola do dirigente da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999 e 2009.*

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com ALNA por formação agrícola do dirigente da exploração (Portugal Continental) | Exclusivamente prática |       | Cursos ou acções de formação profissional |       | Completa |      |
|--|------------------------|-------|---|-------|----------|------|
|  | N.º                    | %     | N.º                                       | %     | N.º      | %    |
| <b>1999</b>  | 29 735                 | 90,9% | 2 543                                     | 7,8%  | 443      | 1,4% |
| <b>2009</b>  | 12 468                 | 82,9% | 2 018                                     | 13,4% | 559      | 3,7% |

Finalizando, quer-se ver a distribuição do tempo de actividade agrícola dedicado pelo dirigente à sua exploração com ALNA.

Nas explorações, a distribuição é hoje mais uniforme entre as várias classes de tempo de actividade do que no passado. Realça-se que, entre 1999 e 2009, caiu quase metade a percentagem de dirigentes familiares que laboravam a tempo inteiro na propriedade agrícola – de 32% para 17% (Quadro 28).

Algo compreensível porque a agricultura familiar cada vez menos demanda o tempo que outrora era dedicado à actividade, devido à maior eficiência do trabalho mecanizado.

De facto, em dez anos, trabalhar a tempo inteiro na exploração deixou de ser o hábito mais comum para passar a ser a escolha menos praticada.

*Quadro 28. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por tempo de actividade agrícola na exploração do dirigente da exploração, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999 e 2009.*

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com ALNA por tempo de actividade agrícola do dirigente da exploração (Portugal Continental) | 0 a 25% |       | 25 a 50% |       | 50 a 75% |       | 75 a 100% |       | Tempo completo |       |
|---|---------|-------|----------|-------|----------|-------|-----------|-------|----------------|-------|
|   | N.º     | %     | N.º      | %     | N.º      | %     | N.º       | %     | N.º            | %     |
| <b>1999</b>   | 5 305   | 16,2% | 5 350    | 16,4% | 4 056    | 12,4% | 7 639     | 23,3% | 10 371         | 31,7% |
| <b>2009</b>   | 2 854   | 19,0% | 3 143    | 20,9% | 3 068    | 20,4% | 3 360     | 22,3% | 2 620          | 17,4% |

## 5. UMA COMPARAÇÃO COM ITÁLIA

Comparando os dados relevados pelo RA italiano de 2010 com o equivalente português, RA 2009, verifica-se que a Itália contava com mais de 1.600 000 explorações agrícolas (Quadro 29; consultar também o Anexo 6) contra as pouco mais de 300 000 em Portugal.

*Quadro 29. Evolução e distribuição (em n.º e %) do total de explorações agrícolas e taxa de variação percentual, por NUTS 1 em Itália. Períodos de referência: 2000 e 2010.*

Fonte: Dados consultados na base de dados do ISTAT (<https://www.istat.it>).

| Distribuição geográfica do total de EA | 2000      |       | 2010      |       | Variação 2000-2010 |       |
|--|-----------|-------|-----------|-------|--------------------|-------|
|  | N.º       | %     | N.º       | %     | N.º                | %     |
| <b>Itália</b>                          | 2 153 740 | 100,0 | 1 620 900 | 100,0 | -532 840           | -24,7 |
| <b>Noroeste</b>                        | 213 060   | 9,9   | 145 240   | 9,0   | -67 820            | -31,8 |
| <b>Nordeste</b>                        | 367 060   | 17,0  | 251 870   | 15,5  | -115 190           | -31,4 |
| <b>Centro</b>                          | 375 920   | 17,5  | 252 020   | 15,5  | -123 900           | -33,0 |
| <b>Sul</b>                             | 810 530   | 37,6  | 691 280   | 42,6  | -119 250           | -14,7 |
| <b>Ilhas</b>                           | 387 170   | 18,0  | 280 490   | 17,3  | -106 680           | -27,6 |

Agora em números, a fracção italiana de explorações com ALNA foi de 4,7 em cada 100 explorações agrícolas (Quadro 30; consultar também o Anexo 7), fazendo da Itália o segundo país à data de 2010 com maior frequência absoluta de explorações com ALNA na União Europeia (Eurostat, 2010). Claro está que esta quantidade de explorações italianas excede em muito o número de explorações com ALNA em Portugal, embora o nosso país apresente uma percentagem de diversificação superior, 5,4% em 2009.

É ainda interessante apreciar que, durante o decénio que separou este último Recenseamento Agrícola do anterior, ambos os países perderam explorações agrícolas numa proporção semelhante; tendo Portugal Continental, contudo, perdido uma percentagem ligeiramente maior, 27% face aos quase 25% em Itália.

Quadro 30. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA no total de explorações agrícolas, por NUTS 1 em Itália. Período de referência: 2010.

Fonte: Dados consultados na base de dados do ISTAT (<https://www.istat.it>).

| Distribuição geográfica das EA com ALNA (2010) | Total de EA |       | EA com ALNA |       | Peso das EA com ALNA no total de EA |
|--|-------------|-------|-------------|-------|-------------------------------------|
|  | N.º         | %     | N.º         | %     | %                                   |
| <b>Itália</b>                                  | 1 620 900   | 100,0 | 76 148      | 100,0 | 4,7                                 |
| <b>Noroeste</b>                                | 145 240     | 9,0   | 17 535      | 23,0  | 12,1                                |
| <b>Nordeste</b>                                | 251 870     | 15,5  | 21 243      | 27,9  | 8,4                                 |
| <b>Centro</b>                                  | 252 020     | 15,5  | 14 790      | 19,4  | 5,9                                 |
| <b>Sul</b>                                     | 691 280     | 42,6  | 15 779      | 20,7  | 2,3                                 |
| <b>Ilhas</b>                                   | 280 490     | 17,3  | 6 801       | 8,9   | 2,4                                 |

Quanto à distribuição geográfica das explorações com ALNA, percebe-se que em Itália, embora o Sul seja a região que indubitavelmente detém o maior total de explorações agrícolas, é a terceiro dos cinco espaços (NUTS 1) com maior percentagem de explorações com ALNA. E se atentarmos ao peso relativo que as explorações que diversificam para actividades não agrícolas têm em cada zona geográfica, então torna-se evidente que o Sul e as Ilhas são os grupos de regiões com explorações menos diversificadas.

Em termos absolutos, tem-se o Noroeste e o Nordeste como líderes na diversificação em ALNA na exploração agrícola. E numa análise comparativa, observa-se uma situação que não diverge de todo do panorama português, com o Norte a ser a zona mais prolífica em ALNA; embora em Portugal, o Norte seja também a parte do país que alberga maior número de explorações agrícolas, algo que não é facto em Itália.

Sobre a concentração das ALNA, os dados reflectem uma realidade algo diferente daquela que se tem no Continente português.

Enquanto que no nosso país, a média de ALNA por exploração agrícola do Continente que admite diversificar as suas actividades foi de 1,044 em 2009, em Itália a média nacional foi de 1,298 em 2010 (Quadro 31 – ver também Anexo 8). Para além disso, note-se a forma como esta diversificação cresce evidentemente no sentido Sul-Norte; o que não se verifica em Portugal, visto a “diversificação” estar mais homogeneizada no território continental.

Quadro 31. N.º médio de ALNA por exploração agrícola com ALNA em Itália, por NUTS 1 em Itália. Período de referência: 2010.

Fonte: Dados consultados na base de dados do ISTAT (<https://www.istat.it>).

| N.º de ALNA por EA com ALNA<br>(2010) |       |
|---------------------------------------|-------|
| <b>Itália</b>                         | 1,298 |
| <b>Noroeste</b>                       | 1,409 |
| <b>Nordeste</b>                       | 1,342 |
| <b>Centro</b>                         | 1,278 |
| <b>Sul</b>                            | 1,183 |
| <b>Ilhas</b>                          | 1,185 |

Em Itália, as ALNA distribuem-se em 17 categorias diferentes, sendo que as duas principais abrangiam, cada uma, mais de 25% das explorações italianas com ALNA à data de 2010 (Anexo 9).

São elas o *Trabalho Contractual*, em particular aquele que usa “meios de produção da exploração para fins agrícolas”; e o *Agro-turismo*, que tem muita relevância, especialmente no Nordeste e Centro – assumindo estes dois grupos de regiões, no seu conjunto, mais de 60% das entradas nesta categoria; com a província de Toscana por si só a encaixar mais de 18% do total de ALNA ligada ao *Agro-turismo* em Itália (ISTAT, 2010).

E em terceira posição, representando cada uma quase 10% dos registos que somam ao total de ALNA, vêm os três tipos de transformação de produtos produzidos na exploração; tem-se a *Transformação de Produtos Animais* com 9,8%, a *Primeira Transformação de Produtos Agrícolas* com 8,4%, e finalmente a *Transformação de Produtos Vegetais* que representa 8,1% de todas as ALNA contabilizadas (ISTAT, 2010).

Comparando com Portugal – e exceptuando a *Produção Florestal* que é a categoria mais forte no nosso país, mas não é recenseada em Itália neste âmbito – seguem-se igualmente a *Transformação de Produtos*, a *Prestação de Serviços* e o *Turismo Rural*; uma situação análoga, a este nível, entre os dois países mediterrânicos.

Para a dimensão física das explorações com ALNA, os dados disponíveis permitem desenhar o quadro geral de distribuição destas explorações italianas pelas classes de SAU (Anexo 10).

Aproximadamente um terço das explorações com ALNA detém uma SAU entre 5 e 20 hectares; cerca de 20% tem menos de 2 hectares, e outros 20% pertencem às explorações com SAU maior que 30 hectares. As restantes 30% distribuem-se de forma relativamente normal pelas várias classes que precedem e antecederam as duas classes centrais (ISTAT, 2010). Contudo, realça-se a propensão habitual para que as explorações com menor SAU acarretem uma percentagem maior das ALNA, em comparação com as grandes explorações no extremo oposto do quadro.

Mesmo assim, em Portugal, as ALNA tendem ainda mais a ocorrer nas explorações pequenas do que em Itália. Exemplificando, mais de 50% das explorações com ALNA em Portugal Continental têm uma SAU entre 1 e 5 hectares, ao passo que as explorações italianas contidas nesta mesma classe de dimensão física totalizam menos de 30% do total; o contrário vem reflectido nas classes de SAU superiores, com 8% contra 16% pertencendo às classes entre 20 e 50 hectares em Portugal e Itália, respectivamente (ISTAT, 2010).

Finalmente, para a natureza jurídica do produtor, tal como em Portugal, a *Empresa Individual* (equivalente ao *Produtor Singular*) é por norma a forma jurídica que engloba a grande maioria das explorações agrícolas, e em igual medida aquelas com ALNA. Num segundo lugar, embora muito distanciada da anterior, surge a *Sociedade de Pessoas* que agrega 12% das explorações; seguindo-se os dois outros tipos de *Sociedade* (de *Capital* e *Cooperativa*) com conjuntamente pouco mais de 3%, e depois todas as restantes formas de natureza jurídica do produtor, que à imagem do nosso país, estão muito pouco representadas (Quadro 32 – ver também Anexo 11).

Quadro 32. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por tipo de natureza jurídica do produtor, por NUTS 1 em Itália. Período de referência: 2010.

Fonte: Dados consultados na base de dados do ISTAT (<https://www.istat.it>).

| Distribuição das EA com ALNA por tipo de natureza jurídica (2010) | Empresa individual |      | Sociedade de pessoas |      | Sociedade de capital |     | Sociedade cooperativa |     | Entidade pública |     | Entidade ou comunidade gestora |     | Entidade sem fins lucrativos |     | Outra forma jurídica |     |
|---|--------------------|------|----------------------|------|----------------------|-----|-----------------------|-----|------------------|-----|--------------------------------|-----|------------------------------|-----|----------------------|-----|
|   | N.º                | %    | N.º                  | %    | N.º                  | %   | N.º                   | %   | N.º              | %   | N.º                            | %   | N.º                          | %   | N.º                  | %   |
| <b>Itália</b>   | 63 674             | 83,6 | 8 902                | 11,7 | 1 859                | 2,4 | 897                   | 1,2 | 160              | 0,2 | 407                            | 0,5 | 199                          | 0,3 | 50                   | 0,1 |
| <b>Noroeste</b>   | 14 347             | 81,8 | 2 611                | 14,9 | 298                  | 1,7 | 150                   | 0,9 | 23               | 0,1 | 34                             | 0,2 | 45                           | 0,3 | 27                   | 0,2 |
| <b>Nordeste</b>   | 17 338             | 81,6 | 2 983                | 14,0 | 282                  | 1,3 | 194                   | 0,9 | 79               | 0,4 | 290                            | 1,4 | 68                           | 0,3 | 9                    | 0,0 |
| <b>Centro</b>   | 11 714             | 79,2 | 2 065                | 14,0 | 682                  | 4,6 | 199                   | 1,3 | 30               | 0,2 | 43                             | 0,3 | 49                           | 0,3 | 8                    | 0,1 |
| <b>Sul</b>  | 14 445             | 91,5 | 679                  | 4,3  | 397                  | 2,5 | 195                   | 1,2 | 18               | 0,1 | 27                             | 0,2 | 16                           | 0,1 | 2                    | 0,0 |
| <b>Ilhas</b>  | 5 830              | 85,7 | 564                  | 8,3  | 200                  | 2,9 | 159                   | 2,3 | 10               | 0,1 | 13                             | 0,2 | 21                           | 0,3 | 4                    | 0,1 |



## 6. CONCLUSÕES

Nesta tese veio-se verificar, a partir da análise segmentada feita para cada categoria de dados recolhidos sobre as explorações agrícolas com ALNA, que grande parte das conclusões teóricas e descrição feita na revisão bibliográfica se transpõem muito directamente para o estudo mais particular aqui feito. Mais do que isso, foi com base nessas ideias publicadas que se pôde construir um ponto de referência a partir do qual se tornou possível desenhar o significado das evoluções expressas pelos dados estatísticos.

Relembrando que as novas dinâmicas do rural assentam sobretudo na diminuição da relevância que a agricultura e as explorações agrícolas têm na vida das populações locais, facilmente se compreende a dualidade que marca toda a informação relevada no âmbito deste trabalho – por um lado somam-se decréscimos e perdas absolutas, por outro apreciam-se contáveis casos de mudança no carácter das actividades produtivas que transitam das metodologias mais artesanais para formatos de maior eficiência e intensificação singulares. São mudanças individuais e esparsas ao longo das décadas, mas que com o passar das décadas criam fossos no aspecto da actividade rural.

No seguimento das tendências que levaram à intensificação e especialização da produção agrária, assim se sente esse efeito ao nível das ALNA, visto que a diversificação com base nestas actividades em Portugal Continental veio a decrescer nos últimos vinte anos – olhando à progressiva especialização das OTE e à percentagem de explorações agrícolas com ALNA no total nacional.

Todavia, diga-se que a concentração dessa diversificação aumentou residualmente, o que corrobora o facto de que as explorações agrícolas são cada vez mais bem definidas no que respeita às suas funções e modos de produção. Ou seja, enquanto que as explorações especializadas tendem a aprofundar-se cada vez mais no seu nicho, as que diversificam parecem igualmente estar hoje mais dispostas a articular um maior número de ALNA. Depois, realça-se o quanto tem mudado o quadro relativo aos tipos de produtor agrícola. As sociedades têm vindo a converter parte dos produtores, tanto os autónomos como os empresários.

Com esta conversão da agricultura tradicional em novas formas de gestão fundamentadas na melhor escolaridade e formação dos agricultores, surge o evidente crescimento das áreas de superfície total e superfície agrícola utilizada, intimamente associadas a também maiores classes de dimensão económica e unidades de trabalho anual.

E é notável que as explorações com ALNA estão geralmente acima da média total nacional, em termos destas variáveis particulares.

A agricultura mostra manter a sua importância nas explorações agrícolas com ALNA. O mesmo não acontece com a actividade florestal, que perde lugar face ao sólido incremento da presença de ALNA nestas explorações que já apostavam na diversificação.

As políticas, muitas delas fomentando a especialização produtiva e acima de tudo o equilíbrio dos métodos de produção e exploração, são hoje bastante publicitadas e procuradas, vindo a nutrir essa subida nas percentagens de orientação técnico-económicas especializadas, transversalmente à totalidade das explorações agrícolas no Continente. E olhando finalmente ao perfil dos dirigentes agrícolas portugueses, tem havido uma gradual feminização da liderança no espaço rural agrícola, crescentes níveis de escolaridade, formação e adopção de hábitos de trabalho a tempo parcial.

Todos estes aspectos sinalizam a evolução sentida no meio rural. Por isso, quando se questiona a importância assumida pelas ALNA na criação de emprego e valor, ou a sua contribuição para um desenvolvimento rural que nem se pode dizer se está ou não maioritariamente dependente das explorações, é sensato encarar esta diversificação de actividades como uma das muitas pontes erigidas, pelos actores rurais, no sentido de procurar segurança na mudança que os circunda e que os próprios alimentam.

E é deveras razoável querer conhecer se estas explorações com ALNA são mais exigentes em trabalho comparativamente às outras, por exemplo; averiguar o que são em termos de dimensão, área, trabalho, origem dos rendimentos e da agricultura que praticam.

De facto, será que uma exploração mais familiar terá menos ferramentas para garantir o seu próprio sucesso e longevidade enquanto empresa, e daí lançar-se menos frequentemente a este tipo de actividades alternativas? Ou se, pelo contrário, serão estas mesmas com rendimentos reduzidos que se vêem numa posição em que lhes é favorável, desde que exequível, emparelhar algum tipo de ALNA à sua actividade agrícola original?

Pode dar-se uma resposta, dizendo que as explorações que diversificam em ALNA tendem a ser, comparativamente ao universo nacional, de dimensão física e económica algo superior, com orientações técnico-produtivas mais frequentemente agro-pecuárias mistas, e um pouco mais exigentes em trabalho.

Mas no fim, e atentando à instabilidade que muitos destes blocos de dados demonstraram entre períodos de referência sucessivos, entende-se que esta análise valeu

acima de tudo para caracterizar o ponto de situação actual, e não tanto para prever tendências ou inferir possíveis futuros que divirjam da inclinação geral do estado da agricultura – até porque quaisquer desvios à média têm sido, em muitos casos, pouco convictos e nunca independentes das mudanças que se vão fazendo sentir no cenário agrícola nacional.

É difícil e talvez mesmo desajustado que nos foquemos numa procura obstinada de diferenças em nível da resposta das explorações agrícolas aos estímulos da envolvente socioeconómica local. Diria até ser incorrecto raciocinar sobre estas explorações segregando-as em função da existência ou não de ALNA no seu seio. Esta ênfase na diversificação por si só não serve tanto uma intenção de procurar disparidade entre os vários casos; sendo útil sim para possibilitar a caracterização daqueles aspectos que sejam efectivamente discrimináveis e passíveis de ser qualificados, com vista ao amparo de trabalhos futuros que possam beneficiar da base explicativa aqui redigida sobre o enquadramento deste tópico em Portugal Continental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agarwal, S.; Rahman, S. et Errington, A. (2009). Measuring the determinants of relative economic performance of rural areas. *Journal of Rural Studies*. 25, pp. 309-321.
- Arnalte, E. et Ortiz, D. (2004). Some trends of Spanish agriculture. Difficulties to implement a Rural Development model based on the multifunctionality of agriculture. *Structural Change and Agricultural Policies: The Case of Farming Systems Specialised on Olive Grove, Arable Crops and Cattle (CAMESPA)*.
- Atterton, J.; Newbery, R.; Bosworth, G. et Affleck, A. (2011). Rural enterprise and neo- endogenous development (cap. 15), pp. 256-280 in *Handbook on entrepreneurship in agriculture and rural development*. 336 pp.
- Autoridade Florestal Nacional (AFN). (2010). 5.º Inventário Florestal Nacional: Apresentação do Relatório Final. Direcção Nacional de Gestão Florestal.
- Autoridade Florestal Nacional (AFN). (2013). 6.º Inventário Florestal Nacional: Áreas dos Usos do Solo e das Espécies Florestais de Portugal Continental – resultados preliminares v1.1. Direcção Nacional de Gestão Florestal.
- Baptista, F. O. (2001). Declínio de um tempo longo (cap. 1), pp. 9-37 in *Agriculturas e Territórios*. Oeiras, Celta Editora. 207 pp.
- Baptista, F. O. (2008). A transição rural e o património. *Apontamentos de Desenvolvimento Rural*. Instituto Superior de Agronomia (Universidade de Lisboa).
- Baptista, F. O. (2010) (a). A transição rural (cap. 7), pp. 125-160 in *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*. Oeiras, Celta Editora. 213 pp.
- Baptista, F. O. (2010) (b). Um rural sem território (cap. 8), pp. 161-174 in *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*. Oeiras, Celta Editora. 213 pp.
- Baptista, F. O. et Alegre, E. A. (2008). Producción agrária, gestión ambiental y transición rural. Tres dimensiones de la “cuestión rural” en la Península Ibérica. *Papeles e Economía Española*. 117, pp. 180-190.
- Borrelli, I. P. (2016) Territorial sustainability and multifunctional agriculture: a case study. *Agriculture and Agricultural Science Procedia*. 8, pp. 467-474.

- Bryden, J.; Refsgaard, K. et Johnson, T. (2006). Towards a policy model of multifunctional agriculture and rural development. *Joint Research Centre Conference, Seville*.
- Colson, F. et Mathurin, J. (2003). How could the CAP pillars be balanced for the promotion of a multifunctional European model?, pp. 105-112 in *Policy Vision for Sustainable Rural Economies in an Enlarged Europe*. Akademie für Raumforschung und Landesplanung, Hannover. 230 pp.
- Eurostat. (2012). *Agricultural census in Italy: Statistics Explained*. Acessível em [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Agricultural\\_census\\_in\\_Italy](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Agricultural_census_in_Italy) (consultado a 29 de Abril de 2018).
- Ferragolo da Veiga, J. F. (2000). *Desenvolvimento e Território*. Tese de Doutoramento em Engenharia Agrónoma, Instituto Superior de Agronomia (Universidade de Lisboa).
- Finocchio, R. et Esposti, R. (2008). Determinants of farm diversification and interaction with the CAP. An application to FADN of Marche region (Italy). *12<sup>th</sup> Congress of the European Association of Agricultural Economists – EAAE 2008*. 44251.
- Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP). (2011). *Evolução da Tipologia Comunitária das Explorações Agrícolas*. Acessível em [http://www.gpp.pt/images/GPP/O\\_que\\_disponibilizamos/Publicacoes/Tipologia\\_exploracoes.pdf](http://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Tipologia_exploracoes.pdf) (consultado a 2 de Março de 2018).
- Gkartzios, M. et Scott, M. (2014). Placing housing in rural development: Exogenous, endogenous and neo-endogenous approaches. *Sociologia Ruralis*. 54(3), pp. 241-265.
- INEGI et APREN. (2012). Parques Eólicos em Portugal. Energias endógenas de Portugal.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2009). *Manual de Instruções (Recenseamento Agrícola 2009): Continente*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística. Acessível em [http://ra09.ine.pt/xportal/xmain?xpid=RA2009&xpgid=ine\\_ra\\_sabermas&xlang=pt](http://ra09.ine.pt/xportal/xmain?xpid=RA2009&xpgid=ine_ra_sabermas&xlang=pt) (consultado a 13 de Janeiro de 2018).
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (a). *Documentos metodológicos: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2007 e 2016; Recenseamento Agrícola 2009*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística. Acessível em [http://ra09.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_ra\\_metainformacao&menuBOUI=13707095&contexto=met&selTab=tab2](http://ra09.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_ra_metainformacao&menuBOUI=13707095&contexto=met&selTab=tab2) (consultado a 13 de Janeiro de 2018)

Instituto Nacional de Estatística (INE). (b). *Estatísticas do Turismo* 1999, 2005, 2009 e 2016. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística. Acessível em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes) (consultado a 20 de Julho de 2018).

Instituto Nacional de Estatística (INE). (c). *Inquéritos à Estrutura das Explorações Agrícolas* 2005 e 2016. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística. Acessível em [http://ra09.ine.pt/xportal/xmain?xpid=RA2009&xpgid=ra\\_pub\\_inqueritos\\_exp\\_agr&pra2009pagenumber=1](http://ra09.ine.pt/xportal/xmain?xpid=RA2009&xpgid=ra_pub_inqueritos_exp_agr&pra2009pagenumber=1) (consultado a 13 de Janeiro de 2018).

Instituto Nacional de Estatística (INE). (d). *Recenseamentos Agrícolas* 1989, 1999 e 2009. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística. Acessível em [http://ra09.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_ra\\_publicacoes&pra2009pagenumber=1&contexto=pu&selTab=tab0](http://ra09.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_ra_publicacoes&pra2009pagenumber=1&contexto=pu&selTab=tab0) (consultado a 13 de Janeiro de 2018).

Instituto Nacional de Estatística (INE). (Vários anos) (e). *Sistema de Metainformação: Conceitos*. Acessível em <http://smi.ine.pt/> (consultado a 10 de Maio de 2018).

Istituto Nazionale di Statistica (ISTAT) (2010). *6° Censimento Generale dell'Agricoltura 2010*. Acessível em <http://dati-censimentoagricoltura.istat.it/Index.aspx?lang=en> (consultado a 12 de Julho de 2018).

Marques, M. (2011). *Cooperação na Gestão Florestal: O Caso das Zonas de Intervenção Florestal*. Tese de Mestrado em Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais. Instituto Superior de Agronomia (Universidade de Lisboa).

Marsden, T. (1998). New rural territories: Regulating the differentiated rural spaces. *Journal of Rural Studies*. 14(1), pp. 107-117.

Marsden, T. (2003). *The Condition of Rural Sustainability*. Royal Van Orcum. Assen, Netherlands. 267 pp.

Massot, A. (2000). La PAC entre la Agenda 2000 y la ronda del milenio: ¿A la búsqueda de una política en defensa de la multifuncionalidad agraria?. *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*. 188. pp. 9-66.

Ministério do Turismo. (2010). *Turismo Rural: Orientações Básicas*. 2ª Edição. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasil, Brasília. 68 pp.

- Reig, E. (2006). Agricultural multifunctionality: The state-of-the-art in Spanish research work. *European Series on Multifunctionality*. 10, pp. 109-147.
- Sánchez-Zamora, P.; Gallardo-Cobos, R. et Ceña-Delgado, F. (2014). Rural areas face the economic crisis: Analyzing the determinants of successful territorial dynamics. *Journal of Rural Studies*. 35, pp. 11-25.
- Van der Ploeg, J. D. et Roep, D. (2003). Multifunctionality and rural development: the actual situation in Europe (cap. 3), pp. 37-53 in *Multifunctional Agriculture: A New Paradigm for European Agriculture and Rural Development*. Ashgate, Hampshire, England.
- Van der Ploeg, J. D.; Laurent, C.; Blondeau, F. et Bonnafous, P. (2009). Farm diversity, classification schemes and multifunctionality. *Journal of Environmental Management*. 90, pp. 124-131.
- Van der Ploeg, J. D.; Renting, H.; Brunori, G.; Knickel, K.; Mannion, J.; Marsden, T.; de Roest, K.; Sevilla-Guzmán, E. et Ventura, F. (2000). Rural development: From practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*. 40(4), pp. 391-408.
- Vidal, C.; Eiden, G. et Hay, K. (2001). Agriculture as a key issue for rural development in the European Union. *Conference on Agricultural and Environmental Statistical Applications, Rome*, pp. 131-140.
- Woods, M. (2011). Developing the rural (cap. 5), pp. 130-161. *Rural*. Routledge, London and New York. 352 pp.
- Yruela, M. (2002). Los actores sociales en el desarrollo rural, pp. 83-94 in *Políticas, Instrumentos y Experiencias de Desarrollo Rural en América Latina y Europa*. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.

## NORMAS E LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 85/2015 de 21 de Maio. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 98 — 21 de Maio de 2015. Ministério da Agricultura e do Mar. Acessível em [https://dre.pt/home/-/dre/67250270/details/maximized?p\\_auth=5Red8WNa](https://dre.pt/home/-/dre/67250270/details/maximized?p_auth=5Red8WNa) (consultado a 13 de Abril de 2018).

Orientação técnica n.º 1/2016. *Delimitação de fundos FEDER e FEADER no âmbito da transformação e comercialização de produtos florestais*. Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. acessível em [https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/Normas%20Tecnicas/OT3%20FEDER%20FEADER%20florestas\\_ADC.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/Normas%20Tecnicas/OT3%20FEDER%20FEADER%20florestas_ADC.pdf) (consultado a 1 Julho de 2018).

Portaria n.º 937/2008 de 20 de Agosto. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 160. Acessível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/08/16000/0575705761.PDF> (consultado a 30 Junho de 2018).

Rectificação do Regulamento (CE) n.º 1200/2009 da Comissão, de 30 de Novembro. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 329, 15 de Dezembro de 2009. Acessível em [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32009R1200R\(02\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32009R1200R(02)) (consultado a 30 Junho de 2018).

Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro. Acessível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32003R1782> (consultado a 27 de Maio de 2018).

Regulamento (UE) n.º 510/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Abril. Acessível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0510&from=EN> (consultado a 27 de Maio de 2018).

Tratado de Amsterdão (1997). Acessível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:11997E/TXT&from=EN> (consultado a 27 de Maio de 2018).



## ANEXOS<sup>3</sup>

Anexo 1. Evolução e distribuição do n.º total de explorações agrícolas, por região agrária em Portugal, entre 1952 e 2016. Vários períodos de referência.

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>)

| Total de EA         | 1952-1954 | 1965   | 1968    | 1979    | 1989    |        | 1993    |        | 1995    |        | 1997    |        |
|---------------------|-----------|--------|---------|---------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|
|                     | N.º       | N.º    | N.º     | N.º     | N.º     | %      | N.º     | %      | N.º     | %      | N.º     | %      |
| <b>Portugal</b>     |           |        |         |         | 598 742 | 100,00 | 489 012 | 100,00 | 450 635 | 100,00 | 416 688 | 100,00 |
| <b>Continente</b>   | 853 568   |        | 811 656 | 783 944 | 550 879 | 92,01  | 446 146 | 91,23  | 412 064 | 91,44  | 381 793 | 91,63  |
| Entre Douro e Minho |           |        |         |         | 111 505 | 18,62  | 86 967  | 17,78  | 79 916  | 17,73  | 73 048  | 17,53  |
| Trás-os-Montes      |           |        |         |         | 80 551  | 13,45  | 75 678  | 15,48  | 72 248  | 16,03  | 70 098  | 16,82  |
| Beira Litoral       |           |        |         |         | 125 307 | 20,93  | 97 459  | 19,93  | 88 547  | 19,65  | 80 217  | 19,25  |
| Beira Interior      |           |        |         |         | 60 386  | 10,09  | 49 533  | 10,13  | 45 878  | 10,18  | 42 841  | 10,28  |
| Ribatejo e Oeste    |           |        |         |         | 99 938  | 16,69  | 78 609  | 16,08  | 71 430  | 15,85  | 64 874  | 15,57  |
| Alentejo            |           |        |         |         | 47 049  | 7,86   | 37 491  | 7,67   | 36 114  | 8,01   | 34 722  | 8,33   |
| Algarve             |           |        |         |         | 26 143  | 4,37   | 20 409  | 4,17   | 17 931  | 3,98   | 15 993  | 3,84   |
| <b>R.A. Açores</b>  |           | 40 710 |         |         | 24 706  | 4,13   | 21 998  | 4,50   | 20 141  | 4,47   | 18 056  | 4,33   |
| <b>R.A. Madeira</b> |           | 27 141 |         |         | 23 157  | 3,87   | 20 868  | 4,27   | 18 430  | 4,09   | 16 839  | 4,04   |

| 1999    |        | 2003    |        | 2005    |        | 2007    |        | 2009    |        | 2013    |        | 2016    |        |
|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|
| N.º     | %      | N.º     | %      | N.º     | %      | N.º     | %      | N.º     | %      | N.º     | %      | N.º     | %      |
| 415 969 | 100,00 | 359 284 | 100,00 | 323 920 | 100,00 | 275 084 | 100,00 | 305 266 | 100,00 | 264 418 | 100,00 | 258 978 | 100,00 |
| 382 163 | 91,87  | 330 656 | 92,03  | 297 046 | 91,70  | 251 547 | 91,44  | 278 114 | 91,11  | 240 525 | 90,96  | 235 770 | 91,04  |
| 67 546  | 16,24  | 58 757  | 16,35  | 52 696  | 16,27  | 45 848  | 16,67  | 49 037  | 16,06  | 41 601  | 15,73  | 39 649  | 15,31  |
| 70 006  | 16,83  | 64 963  | 18,08  | 61 649  | 19,03  | 56 339  | 20,48  | 61 804  | 20,25  | 57 223  | 21,64  | 56 228  | 21,71  |
| 79 806  | 19,19  | 66 060  | 18,39  | 58 823  | 18,16  | 47 501  | 17,27  | 49 424  | 16,19  | 38 356  | 14,51  | 39 461  | 15,24  |
| 48 313  | 11,61  | 40 788  | 11,35  | 35 749  | 11,04  | 30 357  | 11,04  | 33 763  | 11,06  | 30 861  | 11,67  | 29 064  | 11,22  |
| 61 615  | 14,81  | 52 375  | 14,58  | 43 850  | 13,54  | 33 266  | 12,09  | 39 875  | 13,06  | 31 450  | 11,89  | 31 217  | 12,05  |
| 35 906  | 8,63   | 31 830  | 8,86   | 29 558  | 9,13   | 26 032  | 9,46   | 31 828  | 10,43  | 29 478  | 11,15  | 28 423  | 10,98  |
| 18 971  | 4,56   | 15 883  | 4,42   | 14 721  | 4,54   | 12 204  | 4,44   | 12 383  | 4,06   | 11 556  | 4,37   | 11 728  | 4,53   |
| 19 280  | 4,63   | 16 191  | 4,51   | 15 285  | 4,72   | 13 155  | 4,78   | 13 541  | 4,44   | 11 825  | 4,47   | 11 580  | 4,47   |
| 14 526  | 3,49   | 12 437  | 3,46   | 11 589  | 3,58   | 10 382  | 3,77   | 13 611  | 4,46   | 12 068  | 4,56   | 11 628  | 4,49   |

<sup>3</sup> Em todos os quadros anexados, as células em branco correspondem a dados não disponíveis.

Anexo 2. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por categoria de ALNA, por região agrícola em Portugal. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| 1999                | ALNA                 |        |   |        |  |        |   |        |                    |   |                       |        |                          |        |             |        |
|---------------------|----------------------|--------|---|--------|--|--------|---|--------|--------------------|---|-----------------------|--------|--------------------------|--------|-------------|--------|
|                     | Total de EA com ALNA |        | Turismo rural e actividades directamente relacionadas |        | Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares |        | Transformação de produtos agrícolas alimentares |        | Produção florestal |   | Prestação de serviços |        | Transformação de madeira |        | Aquacultura |        |
|                     |                      |        |   |        |  |        |   |        |                    |   |                       |        |                          |        |             |        |
|                     | N.º                  | %      | N.º   | %      | N.º  | %      | N.º   | %      | N.º                | % | N.º                   | %      | N.º                      | %      | N.º         | %      |
| Portugal            | 33 885               | 100,00 | 444   | 100,00 | 369  | 100,00 | 29 992  | 100,00 |                    |   | 2 185                 | 100,00 | 684                      | 100,00 | 32          | 100,00 |
| Continente          | 32 721               | 96,56  | 418   | 94,14  | 299  | 81,03  | 29 009  | 96,72  |                    |   | 2 109                 | 96,52  | 674                      | 98,54  | 24          | 100,00 |
| Entre Douro e Minho | 18 829               | 55,57  | 135   | 30,41  | 107  | 29,00  | 18 077  | 60,27  |                    |   | 447                   | 20,46  | 281                      | 41,08  | 13          | 40,63  |
| Trás-os-Montes      | 1 546                | 4,56   | 43  | 9,68   | 20   | 5,42   | 945   | 3,15   |                    |   | 471                   | 21,56  | 55                       | 8,04   | 3           | 9,38   |
| Beira Litoral       | 5 052                | 14,91  | 43  | 9,68   | 50   | 13,55  | 4 302   | 14,34  |                    |   | 378                   | 17,30  | 134                      | 19,59  | 5           | 20,83  |
| Beira Interior      | 2 137                | 6,31   | 38  | 8,56   | 13   | 3,52   | 1 854   | 6,18   |                    |   | 166                   | 7,60   | 25                       | 3,65   | 0           | 0,00   |
| Ribatejo e Oeste    | 3 514                | 10,37  | 56  | 12,61  | 14   | 3,79   | 2 944   | 9,82   |                    |   | 307                   | 14,05  | 139                      | 20,32  | 1           | 3,13   |
| Alentejo            | 1 125                | 3,32   | 83  | 18,69  | 10   | 2,71   | 548   | 1,83   |                    |   | 306                   | 14,00  | 38                       | 5,56   | 2           | 6,25   |
| Algarve             | 518                  | 1,53   | 20  | 4,50   | 85   | 23,04  | 339   | 1,13   |                    |   | 34                    | 1,56   | 2                        | 0,29   | 1           | 4,17   |

  

| 2005                | ALNA                 |        |   |        |  |        |   |        |                    |   |                       |        |                          |        |             |        |
|---------------------|----------------------|--------|---|--------|--|--------|---|--------|--------------------|---|-----------------------|--------|--------------------------|--------|-------------|--------|
|                     | Total de EA com ALNA |        | Turismo rural e actividades directamente relacionadas |        | Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares |        | Transformação de produtos agrícolas alimentares |        | Produção florestal |   | Prestação de serviços |        | Transformação de madeira |        | Aquacultura |        |
|                     |                      |        |   |        |  |        |   |        |                    |   |                       |        |                          |        |             |        |
|                     | N.º                  | %      | N.º   | %      | N.º  | %      | N.º   | %      | N.º                | % | N.º                   | %      | N.º                      | %      | N.º         | %      |
| Portugal            | 29 028               | 100,00 | 786   | 100,00 | 146  | 100,00 | 25 018  | 100,00 |                    |   | 1 658                 | 100,00 | 694                      | 100,00 | 5           | 100,00 |
| Continente          | 28 074               | 96,71  | 726   | 92,37  | 134  | 91,78  | 24 198  | 96,72  |                    |   | 1 618                 | 97,59  | 692                      | 99,71  | 4           | 80,00  |
| Entre Douro e Minho | 11 757               | 40,50  | 160   | 20,36  | 29   | 19,86  | 10 984  | 43,90  |                    |   | 506                   | 30,52  | 154                      | 22,19  | 0           | 0,00   |
| Trás-os-Montes      | 3 257                | 11,22  | 90  | 11,45  | 0  | 0,00   | 3 026   | 12,10  |                    |   | 85                    | 5,13   | 23                       | 3,31   | 0           | 0,00   |
| Beira Litoral       | 5 823                | 20,06  | 137   | 17,43  | 6  | 4,11   | 5 083   | 20,32  |                    |   | 314                   | 18,94  | 198                      | 28,53  | 0           | 0,00   |
| Beira Interior      | 3 805                | 13,11  | 57  | 7,25   | 54   | 36,99  | 3 492   | 13,96  |                    |   | 88                    | 5,31   | 58                       | 8,36   | 1           | 20,00  |
| Ribatejo e Oeste    | 2 399                | 8,26   | 107   | 13,61  | 30   | 20,55  | 1 325   | 5,30   |                    |   | 376                   | 22,68  | 255                      | 36,74  | 2           | 40,00  |
| Alentejo            | 833                  | 2,87   | 166   | 21,12  | 0  | 0,00   | 182   | 0,73   |                    |   | 197                   | 11,88  | 2                        | 0,29   | 1           | 20,00  |
| Algarve             | 200                  | 0,69   | 9   | 1,15   | 15   | 10,27  | 106   | 0,42   |                    |   | 52                    | 3,14   | 2                        | 0,29   | 0           | 0,00   |
| R.A. Açores         | 929                  | 3,20   | 46  | 5,85   | 11   | 7,53   | 810   | 3,24   |                    |   | 40                    | 2,41   | 2                        | 0,29   | 1           | 20,00  |
| R.A. Madeira        | 25                   | 0,09   | 14  | 1,78   | 1  | 0,68   | 10  | 0,04   |                    |   | 0                     | 0,00   | 0                        | 0,00   | 0           | 0,00   |

  

| 2009                | ALNA                 |        |   |        |  |        |   |        |                    |        |                       |        |                          |        |             |        |
|---------------------|----------------------|--------|---|--------|--|--------|---|--------|--------------------|--------|-----------------------|--------|--------------------------|--------|-------------|--------|
|                     | Total de EA com ALNA |        | Turismo rural e actividades directamente relacionadas |        | Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares |        | Transformação de produtos agrícolas alimentares |        | Produção florestal |        | Prestação de serviços |        | Transformação de madeira |        | Aquacultura |        |
|                     |                      |        |   |        |  |        |   |        |                    |        |                       |        |                          |        |             |        |
|                     | N.º                  | %      | N.º   | %      | N.º  | %      | N.º   | %      | N.º                | %      | N.º                   | %      | N.º                      | %      | N.º         | %      |
| Portugal            | 15 284               | 100,00 | 606   | 100,00 | 78   | 100,00 | 11 448  | 100,00 | 10 842             | 100,00 | 1 740                 | 100,00 | 118                      | 100,00 | 16          | 100,00 |
| Continente          | 15 045               | 98,44  | 573   | 94,55  | 71   | 91,03  | 11 114  | 97,04  | 10 836             | 99,94  | 1 616                 | 92,87  | 111                      | 94,07  | 16          | 100,00 |
| Entre Douro e Minho | 738                  | 4,83   | 159   | 26,24  | 19   | 24,36  | 69  | 6,01   | 119                | 1,10   | 380                   | 21,84  | 12                       | 10,17  | 7           | 43,75  |
| Trás-os-Montes      | 2 273                | 14,87  | 93  | 15,35  | 20   | 25,64  | 192   | 16,72  | 1 799              | 16,59  | 191                   | 10,98  | 21                       | 17,80  | 1           | 6,25   |
| Beira Litoral       | 5 319                | 34,80  | 25  | 4,13   | 14   | 17,95  | 172   | 14,98  | 4 836              | 44,60  | 324                   | 18,62  | 22                       | 18,64  | 1           | 6,25   |
| Beira Interior      | 2 441                | 15,97  | 44  | 7,26   | 7  | 8,97   | 278   | 24,22  | 2 054              | 18,94  | 103                   | 5,92   | 11                       | 9,32   | 1           | 6,25   |
| Ribatejo e Oeste    | 904                  | 5,91   | 66  | 10,89  | 3  | 3,85   | 244   | 21,25  | 282                | 2,60   | 273                   | 15,69  | 20                       | 16,95  | 4           | 25,00  |
| Alentejo            | 1 776                | 11,62  | 147   | 24,26  | 4  | 5,13   | 124   | 10,80  | 1 172              | 10,81  | 290                   | 16,67  | 13                       | 11,02  | 0           | 0,00   |
| Algarve             | 1 594                | 10,43  | 39  | 6,44   | 4  | 5,13   | 35  | 3,05   | 574                | 5,29   | 55                    | 3,16   | 12                       | 10,17  | 2           | 12,50  |
| R.A. Açores         | 207                  | 1,35   | 18  | 2,97   | 6  | 7,69   | 26  | 2,26   | 3                  | 0,03   | 124                   | 7,13   | 7                        | 5,93   | 0           | 0,00   |
| R.A. Madeira        | 32                   | 0,21   | 15  | 2,48   | 1  | 1,28   | 8   | 0,70   | 3                  | 0,03   | 0                     | 0,00   | 0                        | 0,00   | 0           | 0,00   |

  

| 2016                | ALNA                 |        |   |        |  |        |   |        |                    |        |                       |        |                          |        |             |        |
|---------------------|----------------------|--------|---|--------|--|--------|---|--------|--------------------|--------|-----------------------|--------|--------------------------|--------|-------------|--------|
|                     | Total de EA com ALNA |        | Turismo rural e actividades directamente relacionadas |        | Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares |        | Transformação de produtos agrícolas alimentares |        | Produção florestal |        | Prestação de serviços |        | Transformação de madeira |        | Aquacultura |        |
|                     |                      |        |   |        |  |        |   |        |                    |        |                       |        |                          |        |             |        |
|                     | N.º                  | %      | N.º   | %      | N.º  | %      | N.º   | %      | N.º                | %      | N.º                   | %      | N.º                      | %      | N.º         | %      |
| Portugal            | 15 904               | 100,00 | 848   | 100,00 | 78   | 100,00 | 2 387   | 100,00 | 10 469             | 100,00 | 1 808                 | 100,00 | 71                       | 100,00 | 1           | 100,00 |
| Continente          | 15 666               | 98,50  | 773   | 91,16  | 77   | 98,72  | 2 341   | 98,07  | 10 460             | 99,91  | 1 729                 | 95,63  | 64                       | 90,14  | 1           | 100,00 |
| Entre Douro e Minho | 1 184                | 7,44   | 304   | 35,85  | 52   | 66,67  | 306   | 12,82  | 71                 | 0,68   | 381                   | 21,07  | 13                       | 18,31  | 0           | 0,00   |
| Trás-os-Montes      | 1 052                | 6,61   | 102   | 12,03  | 0  | 0,00   | 446   | 18,68  | 323                | 3,09   | 178                   | 9,85   | 11                       | 15,49  | 0           | 0,00   |
| Beira Litoral       | 7 527                | 47,33  | 23  | 2,71   | 0  | 0,00   | 858   | 35,94  | 6 466              | 61,76  | 227                   | 12,56  | 11                       | 15,49  | 0           | 0,00   |
| Beira Interior      | 2 331                | 14,66  | 36  | 4,25   | 2  | 2,56   | 302   | 12,65  | 1 776              | 16,96  | 186                   | 10,29  | 6                        | 8,45   | 0           | 0,00   |
| Ribatejo e Oeste    | 1 319                | 8,29   | 94  | 11,08  | 1  | 1,28   | 216   | 9,05   | 620                | 5,92   | 321                   | 17,75  | 8                        | 11,27  | 0           | 0,00   |
| Alentejo            | 1 667                | 10,48  | 191   | 22,52  | 22   | 28,21  | 192   | 8,04   | 865                | 8,26   | 283                   | 15,65  | 15                       | 21,13  | 0           | 0,00   |
| Algarve             | 586                  | 3,68   | 23  | 2,71   | 0  | 0,00   | 21  | 0,88   | 339                | 3,24   | 153                   | 8,46   | 0                        | 0,00   | 1           | 100,00 |
| R.A. Açores         | 220                  | 1,38   | 60  | 7,08   | 0  | 0,00   | 45  | 1,89   | 6                  | 0,06   | 79                    | 4,37   | 6                        | 8,45   |             |        |
| R.A. Madeira        | 18                   | 0,11   | 15  | 1,77   | 1  | 1,28   | 1   | 0,04   | 3                  | 0,03   | 0                     | 0,00   | 1                        | 1,41   |             |        |

Anexo 3. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por classes de superfície total, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| N.º de EA com "Turismo rural e actividades directamente | < 0.5 ha |      | 0.5 ha a < 1 ha |      | 1 ha a < 2 ha |      | 2 ha a < 5 ha |       | 5 ha a < 20 ha |       | 20 ha a < 50 ha |       | 50 ha a < 100 ha |       | ≥ 100 ha |       |
|---|----------|------|-----------------|------|---------------|------|---------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|-------|----------|-------|
|   | N.º      | %    | N.º             | %    | N.º           | %    | N.º           | %     | N.º            | %     | N.º             | %     | N.º              | %     | N.º      | %     |
| 1999  | 1        | 0,2% | 6               | 1,4% | 10            | 2,4% | 57            | 13,6% | 135            | 32,3% | 69              | 16,5% | 44               | 10,5% | 96       | 23,0% |
| 2005  | 0        | 0,0% | 24              | 3,3% | 22            | 3,0% | 167           | 23,0% | 260            | 35,8% | 108             | 14,9% | 28               | 3,9%  | 117      | 16,1% |
| 2009  | 2        | 0,3% | 7               | 1,2% | 23            | 4,0% | 76            | 13,3% | 177            | 30,9% | 102             | 17,8% | 55               | 9,6%  | 131      | 22,9% |
| 2016  | 0        | 0,0% | 0               | 0,0% | 0             | 0,0% | 127           | 16,4% | 321            | 41,5% | 113             | 14,6% | 66               | 8,5%  | 146      | 18,9% |

| N.º de EA com "Artesanato e transformação de produtos agrícolas | < 0.5 ha |      | 0.5 ha a < 1 ha |      | 1 ha a < 2 ha |       | 2 ha a < 5 ha |       | 5 ha a < 20 ha |       | 20 ha a < 50 ha |       | 50 ha a < 100 ha |      | ≥ 100 ha |      |
|---|----------|------|-----------------|------|---------------|-------|---------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|------|----------|------|
|   | N.º      | %    | N.º             | %    | N.º           | %     | N.º           | %     | N.º            | %     | N.º             | %     | N.º              | %    | N.º      | %    |
| 1999  | 10       | 3,3% | 17              | 5,7% | 53            | 17,7% | 89            | 29,8% | 76             | 25,4% | 33              | 11,0% | 12               | 4,0% | 9        | 3,0% |
| 2005  | 0        | 0,0% | 1               | 0,7% | 38            | 28,1% | 0             | 0,0%  | 49             | 36,3% | 30              | 22,2% | 13               | 9,6% | 4        | 3,0% |
| 2009  | 3        | 4,2% | 6               | 8,5% | 10            | 14,1% | 18            | 25,4% | 24             | 33,8% | 7               | 9,9%  | 1                | 1,4% | 2        | 2,8% |
| 2016  | 0        | 0,0% | 0               | 0,0% | 0             | 0,0%  | 0             | 0,0%  | 69             | 89,6% | 3               | 3,9%  | 3                | 3,9% | 2        | 2,6% |

| N.º de EA com "Transformação de produtos agrícolas alimentares" por | < 0.5 ha |      | 0.5 ha a < 1 ha |      | 1 ha a < 2 ha |       | 2 ha a < 5 ha |       | 5 ha a < 20 ha |       | 20 ha a < 50 ha |       | 50 ha a < 100 ha |      | ≥ 100 ha |       |
|---|----------|------|-----------------|------|---------------|-------|---------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|------|----------|-------|
|   | N.º      | %    | N.º             | %    | N.º           | %     | N.º           | %     | N.º            | %     | N.º             | %     | N.º              | %    | N.º      | %     |
| 1999  | 1 184    | 4,1% | 2 738           | 9,4% | 6 583         | 22,7% | 9 558         | 32,9% | 7 062          | 24,3% | 1 234           | 4,3%  | 360              | 1,2% | 290      | 1,0%  |
| 2005  | 635      | 2,6% | 1 660           | 6,9% | 3 906         | 16,1% | 7 934         | 32,8% | 7 730          | 31,9% | 1 606           | 6,6%  | 444              | 1,8% | 282      | 1,2%  |
| 2009  | 15       | 1,3% | 21              | 1,9% | 68            | 6,1%  | 201           | 18,0% | 380            | 34,1% | 217             | 19,5% | 90               | 8,1% | 122      | 11,0% |
| 2016  | 0        | 0,0% | 1               | 0,0% | 338           | 14,4% | 529           | 22,6% | 886            | 37,8% | 318             | 13,6% | 138              | 5,9% | 131      | 5,6%  |

| N.º de EA com "Produção florestal" por superfície total | < 0.5 ha |      | 0.5 ha a < 1 ha |      | 1 ha a < 2 ha |       | 2 ha a < 5 ha |       | 5 ha a < 20 ha |       | 20 ha a < 50 ha |       | 50 ha a < 100 ha |      | ≥ 100 ha |      |
|---|----------|------|-----------------|------|---------------|-------|---------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|------|----------|------|
|   | N.º      | %    | N.º             | %    | N.º           | %     | N.º           | %     | N.º            | %     | N.º             | %     | N.º              | %    | N.º      | %    |
| 1999  |          |      |                 |      |               |       |               |       |                |       |                 |       |                  |      |          |      |
| 2005  |          |      |                 |      |               |       |               |       |                |       |                 |       |                  |      |          |      |
| 2009  | 35       | 0,3% | 187             | 1,7% | 1 319         | 12,2% | 3 377         | 31,2% | 3 561          | 32,9% | 1 162           | 10,7% | 419              | 3,9% | 776      | 7,2% |
| 2016  | 1        | 0,0% | 294             | 2,8% | 1 484         | 14,2% | 3 596         | 34,4% | 3 465          | 33,1% | 713             | 6,8%  | 278              | 2,7% | 631      | 6,0% |

| N.º de EA com "Prestação de serviços" por superfície total | < 0.5 ha |      | 0.5 ha a < 1 ha |      | 1 ha a < 2 ha |       | 2 ha a < 5 ha |       | 5 ha a < 20 ha |       | 20 ha a < 50 ha |       | 50 ha a < 100 ha |      | ≥ 100 ha |       |
|--|----------|------|-----------------|------|---------------|-------|---------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|------|----------|-------|
|  | N.º      | %    | N.º             | %    | N.º           | %     | N.º           | %     | N.º            | %     | N.º             | %     | N.º              | %    | N.º      | %     |
| 1999   | 22       | 1,0% | 47              | 2,2% | 161           | 7,6%  | 493           | 23,4% | 782            | 37,1% | 309             | 14,7% | 144              | 6,8% | 151      | 7,2%  |
| 2005   | 0        | 0,0% | 26              | 1,6% | 113           | 7,0%  | 469           | 29,0% | 519            | 32,1% | 240             | 14,8% | 141              | 8,7% | 109      | 6,7%  |
| 2009   | 18       | 1,1% | 45              | 2,8% | 165           | 10,2% | 363           | 22,5% | 553            | 34,2% | 223             | 13,8% | 109              | 6,7% | 140      | 8,7%  |
| 2016   | 5        | 0,3% | 98              | 5,7% | 47            | 2,7%  | 389           | 22,5% | 695            | 40,2% | 192             | 11,1% | 113              | 6,5% | 191      | 11,0% |

| N.º de EA com "Transformação de madeira" por superfície total | < 0.5 ha |      | 0.5 ha a < 1 ha |      | 1 ha a < 2 ha |      | 2 ha a < 5 ha |       | 5 ha a < 20 ha |       | 20 ha a < 50 ha |       | 50 ha a < 100 ha |       | ≥ 100 ha |       |
|---|----------|------|-----------------|------|---------------|------|---------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|-------|----------|-------|
|   | N.º      | %    | N.º             | %    | N.º           | %    | N.º           | %     | N.º            | %     | N.º             | %     | N.º              | %     | N.º      | %     |
| 1999  | 10       | 1,5% | 14              | 2,1% | 43            | 6,4% | 189           | 28,0% | 263            | 39,0% | 65              | 9,6%  | 29               | 4,3%  | 61       | 9,1%  |
| 2005  | 0        | 0,0% | 0               | 0,0% | 47            | 6,8% | 142           | 20,5% | 238            | 34,4% | 86              | 12,4% | 55               | 7,9%  | 124      | 17,9% |
| 2009  | 1        | 0,9% | 0               | 0,0% | 7             | 6,3% | 24            | 21,6% | 29             | 26,1% | 19              | 17,1% | 3                | 2,7%  | 28       | 25,2% |
| 2016  | 0        | 0,0% | 0               | 0,0% | 0             | 0,0% | 1             | 1,6%  | 19             | 29,7% | 2               | 3,1%  | 15               | 23,4% | 27       | 42,2% |

| N.º de EA com "Aquacultura" por superfície total | < 0.5 ha |      | 0.5 ha a < 1 ha |      | 1 ha a < 2 ha |      | 2 ha a < 5 ha |       | 5 ha a < 20 ha |       | 20 ha a < 50 ha |       | 50 ha a < 100 ha |        | ≥ 100 ha |       |
|--|----------|------|-----------------|------|---------------|------|---------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|--------|----------|-------|
|  | N.º      | %    | N.º             | %    | N.º           | %    | N.º           | %     | N.º            | %     | N.º             | %     | N.º              | %      | N.º      | %     |
| 1999   | 3        | 9,4% | 1               | 3,1% | 3             | 9,4% | 6             | 18,8% | 10             | 31,3% | 5               | 15,6% | 2                | 6,3%   | 2        | 6,3%  |
| 2005   | 0        | 0,0% | 0               | 0,0% | 0             | 0,0% | 0             | 0,0%  | 0              | 0,0%  | 1               | 25,0% | 0                | 0,0%   | 3        | 75,0% |
| 2009   | 0        | 0,0% | 0               | 0,0% | 1             | 6,3% | 4             | 25,0% | 4              | 25,0% | 4               | 25,0% | 0                | 0,0%   | 3        | 18,8% |
| 2016   | 0        | 0,0% | 0               | 0,0% | 0             | 0,0% | 0             | 0,0%  | 0              | 0,0%  | 0               | 0,0%  | 1                | 100,0% | 0        | 0,0%  |

| N.º de EA com "Produção de energias renováveis" por superfície total | < 0.5 ha |      | 0.5 ha a < 1 ha |      | 1 ha a < 2 ha |       | 2 ha a < 5 ha |       | 5 ha a < 20 ha |       | 20 ha a < 50 ha |       | 50 ha a < 100 ha |       | ≥ 100 ha |       |
|--|----------|------|-----------------|------|---------------|-------|---------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|-------|----------|-------|
|  | N.º      | %    | N.º             | %    | N.º           | %     | N.º           | %     | N.º            | %     | N.º             | %     | N.º              | %     | N.º      | %     |
| 1999   | 0        | 0,0% | 0               | 0,0% | 3             | 17,6% | 8             | 47,1% | 0              | 0,0%  | 0               | 0,0%  | 0                | 0,0%  | 6        | 35,3% |
| 2005   | 0        | 0,0% | 0               | 0,0% | 0             | 0,0%  | 18            | 10,5% | 0              | 0,0%  | 38              | 22,1% | 17               | 9,9%  | 99       | 57,6% |
| 2009   | 0        | 0,0% | 0               | 0,0% | 0             | 0,0%  | 13            | 13,3% | 28             | 28,6% | 11              | 11,2% | 10               | 10,2% | 36       | 36,7% |
| 2016   | 0        | 0,0% | 52              | 9,5% | 78            | 14,3% | 58            | 10,6% | 149            | 27,3% | 65              | 11,9% | 45               | 8,2%  | 99       | 18,1% |

| N.º de EA com "Outras actividades lucrativas" por superfície total | < 0.5 ha |      | 0.5 ha a < 1 ha |      | 1 ha a < 2 ha |       | 2 ha a < 5 ha |       | 5 ha a < 20 ha |       | 20 ha a < 50 ha |       | 50 ha a < 100 ha |      | ≥ 100 ha |       |
|--|----------|------|-----------------|------|---------------|-------|---------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|------|----------|-------|
|  | N.º      | %    | N.º             | %    | N.º           | %     | N.º           | %     | N.º            | %     | N.º             | %     | N.º              | %    | N.º      | %     |
| 1999   | 22       | 2,4% | 24              | 2,6% | 59            | 6,5%  | 208           | 22,9% | 297            | 32,7% | 115             | 12,7% | 29               | 3,2% | 153      | 16,9% |
| 2005   | 87       | 6,5% | 80              | 6,0% | 137           | 10,3% | 157           | 11,8% | 355            | 26,6% | 149             | 11,2% | 55               | 4,1% | 315      | 23,6% |
| 2009   | 4        | 0,3% | 9               | 0,7% | 40            | 3,1%  | 173           | 13,6% | 466            | 36,7% | 242             | 19,1% | 99               | 7,8% | 237      | 18,7% |
| 2016   | 29       | 4,8% | 57              | 9,5% | 46            | 7,7%  | 59            | 9,8%  | 173            | 28,8% | 25              | 4,2%  | 23               | 3,8% | 189      | 31,4% |

Anexo 4. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas – com ALNA e total – por região agrária em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.

Fonte: Dados consultados na base de dados do INE (<https://www.ine.pt>).

| 1999                        | Classes de dimensão económica                      |       |  |       |  |       |   |       |
|-----------------------------|--|-------|--|-------|--|-------|---|-------|
|                             | Muito Pequena (classes I, II e III): < 8,000 Euros |       | Pequena (classes IV e V): 8,000 a < 25,000 Euros |       | Média (classes VI e VII): 25,000 a < 100,000 Euros |       | Grande (classes VIII a XIV): >= 100,000 Euros |       |
|                             | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º   | %     |
| <b>Portugal Continental</b> |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 275 237  | 72,8% | 78 800   | 20,8% | 24 045   | 6,4%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 19 938   | 60,9% | 9 646  | 29,5% | 2 033  | 6,2%  | 1 104   | 3,4%  |
| <b>Entre Douro e Minho</b>  |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 45 548   | 69,3% | 17 454   | 26,6% | 2 693  | 4,1%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 11 523   | 61,2% | 6 004  | 31,9% | 998  | 5,3%  | 304   | 1,6%  |
| <b>Trás-os-Montes</b>       |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 51 682   | 74,5% | 15 603   | 22,5% | 2 083  | 3,0%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 753  | 48,7% | 541  | 35,0% | 168  | 10,9% | 84  | 5,4%  |
| <b>Beira Litoral</b>        |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 67 652   | 85,3% | 10 031   | 12,7% | 1 603  | 2,0%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 4 176  | 82,7% | 735  | 14,5% | 108  | 2,1%  | 33  | 0,7%  |
| <b>Beira Interior</b>       |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 40 704   | 84,3% | 5 988  | 12,4% | 1 603  | 3,3%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 1 103  | 51,6% | 770  | 36,0% | 169  | 7,9%  | 95  | 4,4%  |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>     |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 34 394   | 56,4% | 17 366   | 28,5% | 9 200  | 15,1% |   |       |
| EA com ALNA                 | 1 658  | 47,2% | 1 129  | 32,1% | 365  | 10,4% | 362   | 10,3% |
| <b>Alentejo</b>             |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 22 835   | 64,3% | 7 360  | 20,7% | 5 345  | 15,0% |   |       |
| EA com ALNA                 | 497  | 52,4% | 256  | 22,8% | 170  | 15,1% | 202   | 18,0% |
| <b>Algarve</b>              |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 12 422   | 65,6% | 4 998  | 26,4% | 1 518  | 8,0%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 228  | 44,0% | 211  | 40,7% | 55   | 10,6% | 24  | 4,6%  |
| 2005                        | Classes de dimensão económica                      |       |  |       |  |       |   |       |
|                             | Muito Pequena (classes I, II e III): < 8,000 Euros |       | Pequena (classes IV e V): 8,000 a < 25,000 Euros |       | Média (classes VI e VII): 25,000 a < 100,000 Euros |       | Grande (classes VIII a XIV): >= 100,000 Euros |       |
|                             | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º   | %     |
| <b>Portugal Continental</b> |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 224 987  | 75,8% | 50 242   | 16,9% | 21 430   | 7,2%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 18 986   | 67,6% | 6 369  | 22,7% | 1 546  | 5,5%  | 1 172   | 4,2%  |
| <b>Entre Douro e Minho</b>  |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 40 492   | 76,8% | 8 817  | 16,7% | 3 383  | 6,4%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 7 229  | 61,5% | 3 522  | 30,0% | 688  | 5,9%  | 318   | 2,7%  |
| <b>Trás-os-Montes</b>       |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 44 837   | 72,7% | 14 037   | 22,8% | 2 775  | 4,5%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 1 960  | 60,2% | 964  | 29,6% | 159  | 4,9%  | 174   | 5,3%  |
| <b>Beira Litoral</b>        |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 50 416   | 85,7% | 6 260  | 10,6% | 2 144  | 3,6%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 5 179  | 88,9% | 491  | 8,4%  | 106  | 1,8%  | 48  | 0,8%  |
| <b>Beira Interior</b>       |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 30 308   | 84,8% | 4 411  | 12,3% | 1 029  | 2,9%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 2 939  | 77,3% | 702  | 18,5% | 130  | 3,4%  | 33  | 0,9%  |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>     |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 29 657   | 68,1% | 8 247  | 18,9% | 5 637  | 12,9% |   |       |
| EA com ALNA                 | 1 310  | 54,6% | 518  | 21,6% | 309  | 12,9% | 261   | 10,9% |
| <b>Alentejo</b>             |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 18 265   | 61,9% | 5 745  | 19,5% | 5 503  | 18,6% |   |       |
| EA com ALNA                 | 252  | 52,4% | 112  | 13,4% | 145  | 17,4% | 324   | 38,9% |
| <b>Algarve</b>              |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Total de EA                 | 11 012   | 74,9% | 2 725  | 18,5% | 959  | 6,5%  |   |       |
| EA com ALNA                 | 117  | 58,5% | 60   | 30,0% | 9  | 4,5%  | 14  | 7,0%  |

Nota: Nestes dois quadros (1999 e 2005), fundiram-se as classes Média e Grande para o total de explorações agrícolas (linhas “Total de EA”) por não haver outra forma de fazer corresponder os dados.

| 2009                        | Classes de dimensão económica                            |       |  |       |  |       |  |       |
|-----------------------------|--|-------|--|-------|--|-------|--|-------|
|                             | Muito Pequena<br>(classes I, II e III):<br>< 8,000 Euros |       | Pequena (classes<br>IV e V): 8,000 a <<br>25,000 Euros |       | Média (classes VI<br>e VII): 25,000 a <<br>100,000 Euros |       | Grande (classes<br>VIII a XIV): >= 100,000 Euros |       |
|                             | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º  | %     |
| <b>Portugal Continental</b> |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 220 136  | 79,2% | 33 721   | 12,1% | 16 801   | 6,0%  | 7 456  | 2,7%  |
| EA com ALNA                 | 10 500   | 69,8% | 2 326  | 15,5% | 1 431  | 9,5%  | 788  | 5,2%  |
| <b>Entre Douro e Minho</b>  |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 40 276   | 82,1% | 5 311  | 10,8% | 2 244  | 4,6%  | 1 206  | 2,5%  |
| EA com ALNA                 | 434  | 58,8% | 188  | 25,5% | 81   | 11,0% | 35   | 4,7%  |
| <b>Trás-os-Montes</b>       |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 51 955   | 84,1% | 7 591  | 12,3% | 1 974  | 3,2%  | 284  | 0,5%  |
| EA com ALNA                 | 1 550  | 68,2% | 502  | 22,1% | 190  | 8,4%  | 31   | 1,4%  |
| <b>Beira Litoral</b>        |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 42 300   | 85,6% | 4 277  | 8,7%  | 1 910  | 3,9%  | 937  | 1,9%  |
| EA com ALNA                 | 4 568  | 85,9% | 466  | 8,8%  | 195  | 3,7%  | 90   | 1,7%  |
| <b>Beira Interior</b>       |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 27 849   | 82,5% | 3 705  | 11,0% | 1 769  | 5,2%  | 440  | 1,3%  |
| EA com ALNA                 | 1 757  | 72,0% | 416  | 17,0% | 206  | 8,4%  | 62   | 2,5%  |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>     |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 27 452   | 68,8% | 6 244  | 15,7% | 4 067  | 10,2% | 2 112  | 5,3%  |
| EA com ALNA                 | 377  | 41,7% | 186  | 20,6% | 189  | 20,9% | 152  | 16,8% |
| <b>Alentejo</b>             |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 20 625   | 64,8% | 4 755  | 14,9% | 4 135  | 13,0% | 2 313  | 7,3%  |
| EA com ALNA                 | 581  | 32,7% | 311  | 17,5% | 491  | 27,6% | 393  | 22,1% |
| <b>Algarve</b>              |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 9 679  | 78,2% | 1 838  | 14,8% | 702  | 5,7%  | 164  | 1,3%  |
| EA com ALNA                 | 1 233  | 77,4% | 257  | 16,1% | 79   | 5,0%  | 25   | 1,6%  |

| 2016                        | Classes de dimensão económica                            |       |  |       |  |       |  |       |
|-----------------------------|--|-------|--|-------|--|-------|--|-------|
|                             | Muito Pequena<br>(classes I, II e III):<br>< 8,000 Euros |       | Pequena (classes<br>IV e V): 8,000 a <<br>25,000 Euros |       | Média (classes VI<br>e VII): 25,000 a <<br>100,000 Euros |       | Grande (classes<br>VIII a XIV): >= 100,000 Euros |       |
|                             | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º  | %     |
| <b>Portugal Continental</b> |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 174 308  | 73,9% | 35 579   | 15,1% | 17 893   | 7,6%  | 7 996  | 3,4%  |
| EA com ALNA                 | 10 713   | 68,4% | 2 560  | 16,3% | 1 501  | 9,6%  | 895  | 5,7%  |
| <b>Entre Douro e Minho</b>  |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 29 175   | 73,6% | 6 467  | 16,3% | 2 609  | 6,6%  | 1 401  | 3,5%  |
| EA com ALNA                 | 620  | 52,4% | 400  | 33,8% | 108  | 9,1%  | 56   | 4,7%  |
| <b>Trás-os-Montes</b>       |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 42 672   | 75,9% | 9 800  | 17,4% | 3 362  | 6,0%  | 392  | 0,7%  |
| EA com ALNA                 | 390  | 37,1% | 298  | 28,3% | 329  | 31,3% | 35   | 3,3%  |
| <b>Beira Litoral</b>        |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 32 650   | 82,7% | 4 152  | 10,5% | 1 578  | 4,0%  | 1 081  | 2,7%  |
| EA com ALNA                 | 6 279  | 83,4% | 867  | 11,5% | 252  | 3,3%  | 130  | 1,7%  |
| <b>Beira Interior</b>       |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 23 672   | 81,4% | 3 411  | 11,7% | 1 680  | 5,8%  | 304  | 1,0%  |
| EA com ALNA                 | 1 770  | 75,9% | 334  | 14,3% | 190  | 8,1%  | 38   | 1,6%  |
| <b>Ribatejo e Oeste</b>     |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 21 254   | 68,1% | 4 241  | 13,6% | 3 641  | 11,7% | 2 082  | 6,7%  |
| EA com ALNA                 | 652  | 49,4% | 285  | 21,6% | 174  | 13,2% | 208  | 15,8% |
| <b>Alentejo</b>             |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 17 787   | 62,6% | 4 433  | 15,6% | 3 819  | 13,4% | 2 385  | 8,4%  |
| EA com ALNA                 | 616  | 36,9% | 263  | 15,8% | 387  | 23,2% | 402  | 24,1% |
| <b>Algarve</b>              |  |       |  |       |  |       |  |       |
| Total de EA                 | 7 098  | 60,5% | 3 075  | 26,2% | 1 204  | 10,3% | 351  | 3,0%  |
| EA com ALNA                 | 386  | 65,9% | 113  | 19,3% | 61   | 10,4% | 26   | 4,4%  |

Anexo 5. Evolução e distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por categoria de ALNA e classes de dimensão económica, em Portugal Continental. Períodos de referência: 1999, 2005, 2009 e 2016.

Fonte: Dados cedidos pelo INE (<https://www.ine.pt>).

| Portugal Continental, 1999                            | Classes de dimensão económica                      |       |  |       |  |       |   |       |
|---|--|-------|--|-------|--|-------|---|-------|
|   | Muito Pequena (classes I, II e III): < 8,000 Euros |       | Pequena (classes IV e V): 8,000 a < 25,000 Euros |       | Média (classes VI e VII): 25,000 a < 100,000 Euros |       | Grande (classes VIII a XIV): >= 100,000 Euros |       |
|   | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º   | %     |
| Total de Exp. Agrícolas                               | 275 237  | 72,8% | 78 800   | 20,8% | 24 045   |       | 6,4%  |       |
| Exp. Agrícolas com ALNA                               | 19 938   | 63,1% | 9 646  | 29,5% | 2 033  | 6,2%  | 1 104   | 3,4%  |
| Turismo rural e actividades directamente relacionadas | 133  | 31,8% | 94   | 22,5% | 102  | 24,4% | 89  | 21,3% |
| Artesanato e transformação de produtos agrícolas      | 227  | 75,9% | 44   | 14,7% | 23   | 7,7%  | 5   | 1,7%  |
| Transformação de produtos agrícolas alimentares       | 22 605   | 77,9% | 4 483  | 15,5% | 1 572  | 5,4%  | 349   | 1,2%  |
| Produção florestal                                    |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Prestação de serviços                                 | 1 039  | 49,3% | 575  | 27,3% | 352  | 16,7% | 143   | 6,8%  |
| Transformação de madeira                              | 438  | 65,0% | 94   | 13,9% | 97   | 14,4% | 45  | 6,7%  |
| Aquacultura   | 16   | 50,0% | 6  | 18,8% | 6  | 18,8% | 4   | 12,5% |
| Produção de energias renováveis                       | 11   | 45,8% | 2  | 8,3%  | 3  | 12,5% | 8   | 33,3% |
| Outras actividades lucrativas                         | 463  | 51,0% | 173  | 19,1% | 145  | 16,0% | 126   | 13,9% |

| Portugal Continental, 2005                            | Classes de dimensão económica                      |       |  |       |  |       |   |       |
|---|--|-------|--|-------|--|-------|---|-------|
|   | Muito Pequena (classes I, II e III): < 8,000 Euros |       | Pequena (classes IV e V): 8,000 a < 25,000 Euros |       | Média (classes VI e VII): 25,000 a < 100,000 Euros |       | Grande (classes VIII a XIV): >= 100,000 Euros |       |
|   | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º   | %     |
| Total de Exp. Agrícolas                               | 224 987  | 75,8% | 50 242   | 16,9% | 21 430   |       | 7,2%  |       |
| Exp. Agrícolas com ALNA                               | 18 986   | 67,6% | 6 369  | 22,7% | 1 546  | 5,5%  | 1 172   | 4,2%  |
| Turismo rural e actividades directamente relacionadas | 341  | 47,0% | 174  | 24,0% | 120  | 16,5% | 91  | 12,5% |
| Artesanato e transformação de produtos agrícolas      | 81   | 60,3% | 33   | 24,2% | 6  | 4,3%  | 15  | 11,2% |
| Transformação de produtos agrícolas alimentares       | 18 306   | 75,7% | 4 102  | 17,0% | 1 383  | 5,7%  | 405   | 1,7%  |
| Produção florestal                                    |  |       |  |       |  |       |   |       |
| Prestação de serviços                                 | 849  | 52,5% | 313  | 19,3% | 334  | 20,6% | 122   | 7,6%  |
| Transformação de madeira                              | 454  | 65,7% | 81   | 11,7% | 73   | 10,5% | 83  | 12,1% |
| Aquacultura   | 0  | 0,0%  | 1  | 25,0% | 1  | 25,0% | 2   | 50,0% |
| Produção de energias renováveis                       | 38   | 22,0% | 34   | 19,7% | 34   | 19,7% | 67  | 38,6% |
| Outras actividades lucrativas                         | 640  | 47,9% | 234  | 17,5% | 213  | 15,9% | 249   | 18,7% |

| Portugal Continental, 2009                            | Classes de dimensão económica                      |       |  |       |  |       |   |       |
|---|--|-------|--|-------|--|-------|---|-------|
|   | Muito Pequena (classes I, II e III): < 8,000 Euros |       | Pequena (classes IV e V): 8,000 a < 25,000 Euros |       | Média (classes VI e VII): 25,000 a < 100,000 Euros |       | Grande (classes VIII a XIV): >= 100,000 Euros |       |
|   | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º   | %     |
| Total de Exp. Agrícolas                               | 220 136  | 79,2% | 33 721   | 12,1% | 16 801   | 6,0%  | 7 456   | 2,7%  |
| Exp. Agrícolas com ALNA                               | 10 500   | 69,8% | 2 326  | 15,5% | 1 431  | 9,5%  | 788   | 5,2%  |
| Turismo rural e actividades directamente relacionadas | 206  | 36,0% | 130  | 22,7% | 148  | 25,8% | 89  | 15,5% |
| Artesanato e transformação de produtos agrícolas      | 47   | 66,2% | 12   | 16,9% | 9  | 12,7% | 3   | 4,2%  |
| Transformação de produtos agrícolas alimentares       | 401  | 36,0% | 331  | 29,7% | 261  | 23,4% | 121   | 10,9% |
| Produção florestal                                    | 8 277  | 76,4% | 1 413  | 13,0% | 733  | 6,8%  | 413   | 3,8%  |
| Prestação de serviços                                 | 819  | 50,7% | 370  | 22,9% | 271  | 16,8% | 156   | 9,7%  |
| Transformação de madeira                              | 62   | 55,9% | 26   | 23,4% | 14   | 12,6% | 9   | 8,1%  |
| Aquacultura   | 6  | 37,5% | 6  | 37,5% | 2  | 12,5% | 2   | 12,5% |
| Produção de energias renováveis                       | 25   | 25,3% | 13   | 13,1% | 23   | 23,2% | 38  | 38,4% |
| Outras actividades lucrativas                         | 874  | 68,8% | 164  | 12,9% | 99   | 7,8%  | 133   | 10,5% |

| Portugal Continental, 2016                            | Classes de dimensão económica                      |       |  |       |  |       |   |        |
|---|--|-------|--|-------|--|-------|---|--------|
|   | Muito Pequena (classes I, II e III): < 8,000 Euros |       | Pequena (classes IV e V): 8,000 a < 25,000 Euros |       | Média (classes VI e VII): 25,000 a < 100,000 Euros |       | Grande (classes VIII a XIV): >= 100,000 Euros |        |
|   | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º  | %     | N.º   | %      |
| Total de Exp. Agrícolas                               | 174 308  | 73,9% | 35 579   | 15,1% | 17 893   | 7,6%  | 7 996   | 3,4%   |
| Exp. Agrícolas com ALNA                               | 10 713   | 68,4% | 2 560  | 16,3% | 1 501  | 9,6%  | 895   | 5,7%   |
| Turismo rural e actividades directamente relacionadas | 297  | 38,4% | 221  | 28,6% | 150  | 19,3% | 106   | 13,7%  |
| Artesanato e transformação de produtos agrícolas      | 51   | 66,4% | 21   | 26,7% | 5  | 6,9%  |   | 0,0%   |
| Transformação de produtos agrícolas alimentares       | 1 071  | 45,7% | 759  | 32,4% | 388  | 16,6% | 125   | 5,3%   |
| Produção florestal                                    | 8 170  | 78,1% | 1 286  | 12,3% | 618  | 5,9%  | 387   | 3,7%   |
| Prestação de serviços                                 | 719  | 41,6% | 488  | 28,2% | 315  | 18,2% | 206   | 11,9%  |
| Transformação de madeira                              | 3  | 4,9%  | 19   | 29,8% | 22   | 33,8% | 20  | 31,5%  |
| Aquacultura   | 0  | 0,0%  | 0  | 0,0%  | 0  | 0,0%  | 1   | 100,0% |
| Produção de energias renováveis                       | 251  | 46,1% | 70   | 12,9% | 107  | 19,6% | 117   | 21,4%  |
| Outras actividades lucrativas                         | 330  | 55,0% | 80   | 13,2% | 88   | 14,6% | 103   | 17,2%  |

Anexo 6. Evolução e distribuição (em n.º e %) do total de explorações agrícolas, por NUTS 2 em Itália. Períodos de referência: 2000 e 2010.

Fonte: Dados consultados na base de dados do ISTAT (<https://www.istat.it>).

| Distribuição geográfica do total de EA | 2000      |        | 2010      |        | Variação 2000-2010 |        |
|--|-----------|--------|-----------|--------|--------------------|--------|
|  | N.º       | %      | N.º       | %      | N.º                | %      |
| <b>Itália</b>                          | 2 153 740 | 100,00 | 1 620 900 | 100,00 | -532 840           | -24,74 |
| <b>Noroeste</b>                        | 213 060   | 9,89   | 145 240   | 8,96   | -67 820            | -31,83 |
| Piemonte                               | 105 680   | 4,91   | 67 150    | 4,14   | -38 530            | -36,46 |
| Valle d'Aosta/Vallée d'Aoste           | 6 130     | 0,28   | 3 550     | 0,22   | -2 580             | -42,09 |
| Liguria                                | 29 990    | 1,39   | 20 210    | 1,25   | -9 780             | -32,61 |
| Lombardia                              | 71 260    | 3,31   | 54 330    | 3,35   | -16 930            | -23,76 |
| <b>Nordeste</b>                        | 367 060   | 17,04  | 251 870   | 15,54  | -115 190           | -31,38 |
| Trentino Alto Adige/Südtirol           | 53 380    | 2,48   | 36 700    | 2,26   | -16 680            | -31,25 |
| P.A. Bolzano/Bozen                     | 23 360    | 1,08   | 20 250    | 1,25   | -3 110             | -13,31 |
| P.A. Trento                            | 30 020    | 1,39   | 16 450    | 1,01   | -13 570            | -45,20 |
| Veneto                                 | 177 000   | 8,22   | 119 380   | 7,37   | -57 620            | -32,55 |
| Friuli-Venezia Giulia                  | 32 980    | 1,53   | 22 320    | 1,38   | -10 660            | -32,32 |
| Emilia-Romagna                         | 103 700   | 4,81   | 73 470    | 4,53   | -30 230            | -29,15 |
| <b>Centro</b>                          | 375 920   | 17,45  | 252 020   | 15,55  | -123 900           | -32,96 |
| Toscana                                | 107 290   | 4,98   | 72 690    | 4,48   | -34 600            | -32,25 |
| Umbria                                 | 46 080    | 2,14   | 36 240    | 2,24   | -9 840             | -21,35 |
| Marche                                 | 60 440    | 2,81   | 44 870    | 2,77   | -15 570            | -25,76 |
| Lazio                                  | 162 110   | 7,53   | 98 220    | 6,06   | -63 890            | -39,41 |
| <b>Sul</b>                             | 810 530   | 37,63  | 691 280   | 42,65  | -119 250           | -14,71 |
| Abruzzo                                | 67 120    | 3,12   | 66 840    | 4,12   | -280               | -0,42  |
| Molise                                 | 28 890    | 1,34   | 26 270    | 1,62   | -2 620             | -9,07  |
| Campania                               | 212 150   | 9,85   | 136 870   | 8,44   | -75 280            | -35,48 |
| Puglia                                 | 288 090   | 13,38  | 271 750   | 16,77  | -16 340            | -5,67  |
| Basilicata                             | 68 470    | 3,18   | 51 760    | 3,19   | -16 710            | -24,40 |
| Calabria                               | 145 810   | 6,77   | 137 790   | 8,50   | -8 020             | -5,50  |
| <b>Ilhas</b>                           | 387 170   | 17,98  | 280 490   | 17,30  | -106 680           | -27,55 |
| Sicília                                | 295 640   | 13,73  | 219 680   | 13,55  | -75 960            | -25,69 |
| Sardegna                               | 91 530    | 4,25   | 60 810    | 3,75   | -30 720            | -33,56 |

Anexo 7. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas – total e com ALNA – e peso (em %) das explorações com ALNA no total de explorações agrícolas, por NUTS 2 em Itália. Período de referência: 2010.

Fonte: Dados consultados na base de dados do ISTAT (<https://www.istat.it>).

| Distribuição geográfica do total de EA e EA com ALNA (2010) | Total de EA |        | EA com ALNA |        | Peso das EA com ALNA no total de EA |
|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|
|   | N.º         | %      | N.º         | %      | %                                   |
| <b>Itália</b>   | 1 620 900   | 100,00 | 76 148      | 100,00 | 4,70                                |
| <b>Noroeste</b>   | 145 240     | 8,96   | 17 535      | 23,03  | 12,07                               |
| Piemonte  | 67 150      | 4,14   | 6 860       | 9,01   | 10,22                               |
| Valle d'Aosta/Vallée d'Aoste                                | 3 550       | 0,22   | 384         | 0,50   | 10,82                               |
| Liguria   | 20 210      | 1,25   | 1 876       | 2,46   | 9,28                                |
| Lombardia   | 54 330      | 3,35   | 8 415       | 11,05  | 15,49                               |
| <b>Nordeste</b>   | 251 870     | 15,54  | 21 243      | 27,90  | 8,43                                |
| Trentino Alto Adige/Südtirol                                | 36 700      | 2,26   | 7 232       | 9,50   | 19,71                               |
| P.A. Bolzano/Bozen  | 20 250      | 1,25   | 5 669       | 7,44   | 28,00                               |
| P.A. Trento   | 16 450      | 1,01   | 1 563       | 2,05   | 9,50                                |
| Veneto  | 119 380     | 7,37   | 5 490       | 7,21   | 4,60                                |
| Friuli-Venezia Giulia                                       | 22 320      | 1,38   | 1 904       | 2,50   | 8,53                                |
| Emilia-Romagna  | 73 470      | 4,53   | 6 617       | 8,69   | 9,01                                |
| <b>Centro</b>   | 252 020     | 15,55  | 14 790      | 19,42  | 5,87                                |
| Toscana   | 72 690      | 4,48   | 7 108       | 9,33   | 9,78                                |
| Umbria  | 36 240      | 2,24   | 2 151       | 2,82   | 5,94                                |
| Marche  | 44 870      | 2,77   | 2 519       | 3,31   | 5,61                                |
| Lazio   | 98 220      | 6,06   | 3 012       | 3,96   | 3,07                                |
| <b>Sul</b>  | 691 280     | 42,65  | 15 779      | 20,72  | 2,28                                |
| Abruzzo   | 66 840      | 4,12   | 1 887       | 2,48   | 2,82                                |
| Molise  | 26 270      | 1,62   | 814         | 1,07   | 3,10                                |
| Campania  | 136 870     | 8,44   | 4 790       | 6,29   | 3,50                                |
| Puglia  | 271 750     | 16,77  | 4 440       | 5,83   | 1,63                                |
| Basilicata  | 51 760      | 3,19   | 1 504       | 1,98   | 2,91                                |
| Calabria  | 137 790     | 8,50   | 2 344       | 3,08   | 1,70                                |
| <b>Ilhas</b>  | 280 490     | 17,30  | 6 801       | 8,93   | 2,42                                |
| Sicilia   | 219 680     | 13,55  | 4 007       | 5,26   | 1,82                                |
| Sardegna  | 60 810      | 3,75   | 2 794       | 3,67   | 4,59                                |



Anexo 8. Distribuição do n.º médio de ALNA por exploração agrícola com ALNA, por NUTS 2 em Itália. Período de referência: 2010.

Fonte: Dados consultados na base de dados do ISTAT (<https://www.istat.it>).

| N.º de ALNA por EA com ALNA<br>(2010) |       |
|---------------------------------------|-------|
| <b>Itália</b>                         | 1,298 |
| <b>Noroeste</b>                       | 1,409 |
| Piemonte                              | 1,312 |
| Valle d'Aosta/Va                      | 1,263 |
| Liguria                               | 1,780 |
| Lombardia                             | 1,412 |
| <b>Nordeste</b>                       | 1,342 |
| Trentino Alto Adi                     | 1,377 |
| Provincia Autor                       | 1,395 |
| Provincia Autor                       | 1,313 |
| Veneto                                | 1,272 |
| Friuli-Venezia C                      | 1,398 |
| Emilia-Romagn                         | 1,344 |
| <b>Centro</b>                         | 1,278 |
| Toscana                               | 1,308 |
| Umbria                                | 1,219 |
| Marche                                | 1,254 |
| Lazio                                 | 1,268 |
| <b>Sul</b>                            | 1,183 |
| Abruzzo                               | 1,223 |
| Molise                                | 1,192 |
| Campania                              | 1,204 |
| Puglia                                | 1,127 |
| Basilicata                            | 1,188 |
| Calabria                              | 1,209 |
| <b>Ilhas</b>                          | 1,185 |
| Sicilia                               | 1,153 |
| Sardegna                              | 1,230 |

Anexo 9. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por categoria de ALNA, por NUTS 2 em Itália. Período de referência: 2010.

Fonte: Dados consultados na base de dados do ISTAT (<https://www.istat.it>).

| ALNA da exploração, por Reg. Agrária (2010) | Distribuição das EA com ALNA por categoria de ALNA (2010) | EA com ALNA |        | Total de ALNA | ALNA        |        |                                   |       |                    |       |            |     |  |       |                                    |       |                                   |       |                                 |       |                          |       |             |     |   |        |   |       |                    |       |                                 |       |              |       |                    |       |                    |       |       |
|---|---|-------------|--------|---------------|-------------|--------|-----------------------------------|-------|--------------------|-------|------------|-----|--|-------|------------------------------------|-------|-----------------------------------|-------|---------------------------------|-------|--------------------------|-------|-------------|-----|---|--------|---|-------|--------------------|-------|---------------------------------|-------|--------------|-------|--------------------|-------|--------------------|-------|-------|
|   |   |             |        |               | Agroturismo |        | Actividades recreativas e sociais |       | Quintas didácticas |       | Artesanato |     | Primeira transformação de produtos agrícolas |       | Transformação de produtos vegetais |       | Transformação de produtos animais |       | Produção de energias renováveis |       | Transformação de madeira |       | Agricultura |     | Trabalho contractual usando meios de produção da exploração para fins agrícolas |        | Trabalho contractual usando meios de produção da exploração para fins não agrícolas |       | Serviços pecuários |       | Manutenção de parques e jardins |       | Silvicultura |       | Produção de rações |       | Outras actividades |       |       |
|   |   | N.º         | %      | N.º           | %           | N.º    | %                                 | N.º   | %                  | N.º   | %          | N.º | %  | N.º   | %                                  | N.º   | %                                 | N.º   | %                               | N.º   | %                        | N.º   | %           | N.º | %   | N.º    | %   | N.º   | %                  | N.º   | %                               | N.º   | %            | N.º   | %                  | N.º   | %                  |       |       |
| Reg. Agrária                                | Itália  | 76 148      | 100,00 | 98 839        | 100,00      | 19 304 | 19,53                             | 2 253 | 2,28               | 2 382 | 2,41       | 660 | 0,67   | 8 344 | 8,44                               | 7 983 | 8,08                              | 9 653 | 9,77                            | 3 485 | 3,53                     | 2 832 | 2,87        | 348 | 0,35  | 19 824 | 20,06   | 3 073 | 3,11               | 1 943 | 1,97                            | 4 505 | 4,56         | 6 020 | 6,09               | 1 016 | 1,03               | 5 214 | 5,28  |
|   | Noroeste  | 17 535      | 23,03  | 24 704        | 24,99       | 3 027  | 12,25                             | 594   | 2,40               | 650   | 2,63       | 174 | 0,70   | 1 488 | 6,02                               | 1 819 | 7,36                              | 3 251 | 13,16                           | 818   | 3,31                     | 1 229 | 4,97        | 82  | 0,33  | 3 447  | 13,95   | 1 331 | 5,39               | 868   | 3,51                            | 2 440 | 9,88         | 1 633 | 6,61               | 203   | 0,82               | 1 650 | 6,68  |
|   | Piemonte  | 6 860       | 9,01   | 8 998         | 9,10        | 1 068  | 11,87                             | 226   | 2,51               | 255   | 2,83       | 83  | 0,92   | 560   | 6,22                               | 549   | 6,10                              | 918   | 10,20                           | 244   | 2,71                     | 363   | 4,03        | 36  | 0,40  | 1 653  | 18,37   | 746   | 8,29               | 375   | 4,17                            | 650   | 7,22         | 480   | 5,33               | 82    | 0,91               | 710   | 7,89  |
|   | Valle d'Aosta/Val   | 384         | 0,50   | 485           | 0,49        | 59     | 12,16                             | 5     | 1,03               | 10    | 2,06       | 13  | 2,68   | 7     | 1,44                               | 20    | 4,12                              | 216   | 44,54                           | 11    | 2,27                     | 2     | 0,41        | 1   | 0,21  | 68     | 14,02   | 5     | 1,03               | 39    | 8,04                            | 8     | 1,65         | 2     | 0,41               | 0     | 0,00               | 19    | 3,92  |
|   | Liguria   | 1 876       | 2,46   | 3 340         | 3,38        | 488    | 14,61                             | 42    | 1,26               | 69    | 2,07       | 21  | 0,63   | 394   | 11,80                              | 536   | 16,05                             | 167   | 5,00                            | 181   | 5,42                     | 262   | 7,84        | 3   | 0,09  | 230    | 6,89  | 70    | 2,10               | 111   | 3,32                            | 304   | 9,10         | 354   | 10,60              | 2     | 0,06               | 106   | 3,17  |
|   | Lombardia   | 8 415       | 11,05  | 11 881        | 12,02       | 1 412  | 11,88                             | 321   | 2,70               | 316   | 2,66       | 57  | 0,48   | 527   | 4,44                               | 714   | 6,01                              | 1 950 | 16,41                           | 382   | 3,22                     | 602   | 5,07        | 42  | 0,35  | 1 496  | 12,59   | 510   | 4,29               | 343   | 2,89                            | 1 478 | 12,44        | 797   | 6,71               | 119   | 1,00               | 815   | 6,86  |
|   | Nordeste  | 21 243      | 27,90  | 28 505        | 28,84       | 6 158  | 21,60                             | 569   | 2,00               | 665   | 2,33       | 215 | 0,75   | 2 330 | 8,17                               | 1 749 | 6,14                              | 1 858 | 6,52                            | 1 881 | 6,60                     | 637   | 2,23        | 142 | 0,50  | 5 537  | 19,42   | 1 240 | 4,35               | 456   | 1,60                            | 1 088 | 3,82         | 2 556 | 8,97               | 270   | 0,95               | 1 154 | 4,05  |
|   | Trentino Alto Adige                                       | 7 232       | 9,50   | 9 961         | 10,08       | 3 517  | 35,31                             | 111   | 1,11               | 89    | 0,89       | 101 | 1,01   | 281   | 2,82                               | 305   | 3,06                              | 374   | 3,75                            | 1 177 | 11,82                    | 366   | 3,67        | 30  | 0,30  | 1 542  | 15,48   | 285   | 2,86               | 103   | 1,03                            | 93    | 0,93         | 1 383 | 13,88              | 7     | 0,07               | 197   | 1,98  |
|   | P.A. Bolzano/South Tyrol                                  | 5 669       | 7,44   | 7 908         | 8,00        | 3 169  | 40,07                             | 86    | 1,09               | 29    | 0,37       | 83  | 1,05   | 158   | 2,00                               | 199   | 2,52                              | 236   | 2,98                            | 954   | 12,06                    | 339   | 4,29        | 14  | 0,18  | 1 093  | 13,82   | 153   | 1,93               | 82    | 1,04                            | 24    | 0,30         | 1 155 | 14,61              | 5     | 0,06               | 129   | 1,63  |
|   | P.A. Trento   | 1 563       | 2,05   | 2 053         | 2,08        | 348    | 16,95                             | 25    | 1,22               | 60    | 2,92       | 18  | 0,88   | 123   | 5,99                               | 106   | 5,16                              | 138   | 6,72                            | 223   | 10,86                    | 27    | 1,32        | 16  | 0,78  | 449    | 21,87   | 132   | 6,43               | 21    | 1,02                            | 69    | 3,36         | 228   | 11,11              | 2     | 0,10               | 68    | 3,31  |
|   | Veneto  | 5 490       | 7,21   | 6 986         | 7,07        | 1 120  | 16,03                             | 142   | 2,03               | 187   | 2,68       | 47  | 0,67   | 944   | 13,51                              | 465   | 6,66                              | 538   | 7,70                            | 163   | 2,33                     | 65    | 0,93        | 47  | 0,67  | 1 848  | 26,45   | 229   | 3,28               | 178   | 2,55                            | 400   | 5,73         | 123   | 1,76               | 113   | 1,62               | 377   | 5,40  |
|   | Friuli-Venezia Giulia                                     | 1 904       | 2,50   | 2 662         | 2,69        | 516    | 19,38                             | 54    | 2,03               | 67    | 2,52       | 13  | 0,49   | 191   | 7,18                               | 282   | 10,59                             | 355   | 13,34                           | 105   | 3,94                     | 28    | 1,05        | 23  | 0,86  | 455    | 17,09   | 45    | 1,69               | 43    | 1,62                            | 80    | 3,01         | 178   | 6,69               | 42    | 1,58               | 185   | 6,95  |
|   | Emília-Romagna  | 6 617       | 8,69   | 8 896         | 9,00        | 1 005  | 11,30                             | 262   | 2,95               | 322   | 3,62       | 54  | 0,61   | 914   | 10,27                              | 697   | 7,83                              | 591   | 6,64                            | 436   | 4,90                     | 178   | 2,00        | 42  | 0,47  | 1 692  | 19,02   | 681   | 7,66               | 132   | 1,48                            | 515   | 5,79         | 872   | 9,80               | 108   | 1,21               | 395   | 4,44  |
|   | Centro  | 14 790      | 19,42  | 18 899        | 19,12       | 6 146  | 32,52                             | 506   | 2,68               | 451   | 2,39       | 103 | 0,55   | 1 027 | 5,43                               | 1 543 | 8,16                              | 1 232 | 6,52                            | 446   | 2,36                     | 556   | 2,94        | 46  | 0,24  | 3 208  | 16,97   | 272   | 1,44               | 320   | 1,69                            | 550   | 2,91         | 1 379 | 7,30               | 211   | 1,12               | 903   | 4,78  |
|   | Toscana   | 7 108       | 9,33   | 9 298         | 9,41        | 3 487  | 37,50                             | 244   | 2,62               | 204   | 2,19       | 41  | 0,44   | 422   | 4,54                               | 683   | 7,35                              | 413   | 4,44                            | 230   | 2,47                     | 327   | 3,52        | 25  | 0,27  | 1 324  | 14,24   | 140   | 1,51               | 125   | 1,34                            | 288   | 3,10         | 891   | 9,58               | 66    | 0,71               | 388   | 4,17  |
|   | Umbria  | 2 151       | 2,82   | 2 621         | 2,65        | 1 229  | 46,89                             | 58    | 2,21               | 51    | 1,95       | 26  | 0,99   | 117   | 4,46                               | 157   | 5,99                              | 104   | 3,97                            | 65    | 2,48                     | 86    | 3,28        | 1   | 0,04  | 358    | 13,66   | 15    | 0,57               | 23    | 0,88                            | 44    | 1,68         | 137   | 5,23               | 25    | 0,95               | 125   | 4,77  |
|   | Marche  | 2 519       | 3,31   | 3 160         | 3,20        | 683    | 21,61                             | 57    | 1,80               | 76    | 2,41       | 16  | 0,51   | 168   | 5,32                               | 221   | 6,99                              | 228   | 7,22                            | 85    | 2,69                     | 69    | 2,18        | 7   | 0,22  | 868    | 27,47   | 82    | 2,59               | 65    | 2,06                            | 102   | 3,23         | 247   | 7,82               | 60    | 1,90               | 126   | 3,99  |
|   | Lazio   | 3 012       | 3,96   | 3 820         | 3,86        | 747    | 19,55                             | 147   | 3,85               | 120   | 3,14       | 20  | 0,52   | 320   | 8,38                               | 482   | 12,62                             | 487   | 12,75                           | 66    | 1,73                     | 74    | 1,94        | 13  | 0,34  | 658    | 17,23   | 35    | 0,92               | 107   | 2,80                            | 116   | 3,04         | 104   | 2,72               | 60    | 1,57               | 264   | 6,91  |
|   | Sul   | 15 779      | 20,72  | 18 671        | 18,89       | 2 621  | 14,04                             | 361   | 1,93               | 378   | 2,02       | 127 | 0,68   | 2 541 | 13,61                              | 2 092 | 11,20                             | 2 287 | 12,25                           | 239   | 1,28                     | 293   | 1,57        | 48  | 0,26  | 5 847  | 31,32   | 178   | 0,95               | 209   | 1,12                            | 282   | 1,51         | 299   | 1,60               | 171   | 0,92               | 698   | 3,74  |
|   | Abruzzo   | 1 887       | 2,48   | 2 308         | 2,34        | 540    | 23,40                             | 65    | 2,82               | 60    | 2,60       | 7   | 0,30   | 157   | 6,80                               | 356   | 15,42                             | 356   | 15,42                           | 30    | 1,30                     | 27    | 1,17        | 3   | 0,13  | 423    | 18,33   | 19    | 0,82               | 21    | 0,91                            | 36    | 1,56         | 65    | 2,82               | 61    | 2,64               | 82    | 3,55  |
|   | Molise  | 814         | 1,07   | 970           | 0,98        | 97     | 10,00                             | 10    | 1,03               | 14    | 1,44       | 2   | 0,21   | 27    | 2,78                               | 55    | 5,67                              | 116   | 11,96                           | 12    | 1,24                     | 29    | 2,99        | 1   | 0,10  | 493    | 50,82   | 41    | 4,23               | 12    | 1,24                            | 12    | 1,24         | 24    | 2,47               | 6     | 0,62               | 19    | 1,96  |
|   | Campania  | 4 790       | 6,29   | 5 768         | 5,84        | 849    | 14,72                             | 111   | 1,92               | 132   | 2,29       | 53  | 0,92   | 1 429 | 24,77                              | 741   | 12,85                             | 777   | 13,47                           | 59    | 1,02                     | 102   | 1,77        | 20  | 0,35  | 903    | 15,66   | 35    | 0,61               | 33    | 0,57                            | 131   | 2,27         | 111   | 1,92               | 27    | 0,47               | 255   | 4,42  |
|   | Puglia  | 4 440       | 5,83   | 5 006         | 5,06        | 390    | 7,79                              | 80    | 1,60               | 68    | 1,36       | 30  | 0,60   | 562   | 11,23                              | 509   | 10,17                             | 299   | 5,97                            | 67    | 1,34                     | 21    | 0,42        | 12  | 0,24  | 2 630  | 52,54   | 35    | 0,70               | 38    | 0,76                            | 63    | 1,26         | 14    | 0,28               | 22    | 0,44               | 166   | 3,32  |
|   | Basilicata  | 1 504       | 1,98   | 1 786         | 1,81        | 257    | 14,39                             | 40    | 2,24               | 42    | 2,35       | 8   | 0,45   | 109   | 6,10                               | 104   | 5,82                              | 404   | 22,62                           | 34    | 1,90                     | 32    | 1,79        | 3   | 0,17  | 529    | 29,62   | 13    | 0,73               | 59    | 3,30                            | 15    | 0,84         | 49    | 2,74               | 14    | 0,78               | 74    | 4,14  |
|   | Calabria  | 2 344       | 3,08   | 2 833         | 2,87        | 488    | 17,23                             | 55    | 1,94               | 62    | 2,19       | 27  | 0,95   | 257   | 9,07                               | 327   | 11,54                             | 335   | 11,82                           | 37    | 1,31                     | 82    | 2,89        | 9   | 0,32  | 869    | 30,67   | 35    | 1,24               | 46    | 1,62                            | 25    | 0,88         | 36    | 1,27               | 41    | 1,45               | 102   | 3,60  |
|   | Ilhas   | 6 801       | 8,93   | 8 060         | 8,15        | 1 352  | 16,77                             | 223   | 2,77               | 238   | 2,95       | 41  | 0,51   | 958   | 11,89                              | 780   | 9,68                              | 1 025 | 12,72                           | 101   | 1,25                     | 117   | 1,45        | 30  | 0,37  | 1 785  | 22,15   | 52    | 0,65               | 90    | 1,12                            | 145   | 1,80         | 153   | 1,90               | 161   | 2,00               | 809   | 10,04 |
|   | Sicilia   | 4 007       | 5,26   | 4 622         | 4,68        | 679    | 14,69                             | 122   | 2,64               | 102   | 2,21       | 25  | 0,54   | 705   | 15,25                              | 375   | 8,11                              | 440   | 9,52                            | 63    | 1,36                     | 27    | 0,58        | 21  | 0,45  | 1 210  | 26,18   | 27    | 0,58               | 33    | 0,71                            | 69    | 1,49         | 29    | 0,63               | 53    | 1,15               | 642   | 13,89 |
|   | Sardegna  | 2 794       | 3,67   | 3 438         | 3,48        | 673    | 19,58                             | 101   | 2,94               | 136   | 3,96       | 16  | 0,47   | 253   | 7,36                               | 405   | 11,78                             | 585   | 17,02                           | 38    | 1,11                     | 90    | 2,62        | 9   | 0,26  | 575    | 16,72   | 25    | 0,73               | 57    | 1,66                            | 76    | 2,21         | 124   | 3,61               | 108   | 3,14               | 167   | 4,86  |

Anexo 10. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por classes de SAU, por NUTS 2 em Itália. Período de referência: 2010.

Fonte: Dados consultados na base de dados do ISTAT (<https://www.istat.it>).

| Distribuição das EA com ALNA por classes de SAU (2010) | EA com ALNA |        | 0 ha |      | 0 a < 1 ha |       | 1 a < 2 ha |       | 2 a < 3 ha |       | 3 a < 5 ha |       | 5 a < 10 ha |       | 10 a < 20 ha |       | 20 a < 30 ha |       | 30 a < 50 ha |       | 50 a < 100 ha |       | >= 100 ha |       |
|--|-------------|--------|------|------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|-------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|---------------|-------|-----------|-------|
|  | N.º         | %      | N.º  | %    | N.º        | %     | N.º        | %     | N.º        | %     | N.º        | %     | N.º         | %     | N.º          | %     | N.º          | %     | N.º          | %     | N.º           | %     | N.º       | %     |
| <b>Itália</b>  | 76 148      | 100,00 | 416  | 0,55 | 7 691      | 10,10 | 7 402      | 9,72  | 5 653      | 7,42  | 8 854      | 11,63 | 12 930      | 16,98 | 12 195       | 16,01 | 6 029        | 7,92  | 6 186        | 8,12  | 5 261         | 6,91  | 3 531     | 4,64  |
| <b>Noroeste</b>  | 17 535      | 23,03  | 154  | 0,88 | 2 329      | 13,28 | 2 045      | 11,66 | 1 382      | 7,88  | 1 897      | 10,82 | 2 424       | 13,82 | 2 351        | 13,41 | 1 274        | 7,27  | 1 390        | 7,93  | 1 302         | 7,43  | 987       | 5,63  |
| Piemonte   | 6 860       | 9,01   | 52   | 0,76 | 599        | 8,73  | 597        | 8,70  | 478        | 6,97  | 726        | 10,58 | 1 047       | 15,26 | 1 089        | 15,87 | 618          | 9,01  | 668          | 9,74  | 580           | 8,45  | 406       | 5,92  |
| Valle d'Aosta/Vallée d'Aoste                           | 384         | 0,50   | 1    | 0,26 | 28         | 7,29  | 32         | 8,33  | 21         | 5,47  | 44         | 11,46 | 38          | 9,90  | 37           | 9,64  | 25           | 6,51  | 22           | 5,73  | 28            | 7,29  | 108       | 28,13 |
| Liguria  | 1 876       | 2,46   | 1    | 0,05 | 511        | 27,24 | 492        | 26,23 | 246        | 13,11 | 270        | 14,39 | 188         | 10,02 | 88           | 4,69  | 26           | 1,39  | 20           | 1,07  | 22            | 1,17  | 12        | 0,64  |
| Lombardia  | 8 415       | 11,05  | 100  | 1,19 | 1 191      | 14,15 | 924        | 10,98 | 637        | 7,57  | 857        | 10,18 | 1 151       | 13,68 | 1 137        | 13,51 | 605          | 7,19  | 680          | 8,08  | 672           | 7,99  | 461       | 5,48  |
| <b>Nordeste</b>  | 21 243      | 27,90  | 114  | 0,54 | 1 298      | 6,11  | 1 588      | 7,48  | 1 626      | 7,65  | 3 024      | 14,24 | 4 530       | 21,32 | 3 964        | 18,66 | 1 614        | 7,60  | 1 485        | 6,99  | 1 206         | 5,68  | 794       | 3,74  |
| Trentino Alto Adige/Südtirol                           | 7 232       | 9,50   | 19   | 0,26 | 445        | 6,15  | 525        | 7,26  | 700        | 9,68  | 1 376      | 19,03 | 1 915       | 26,48 | 1 342        | 18,56 | 317          | 4,38  | 209          | 2,89  | 140           | 1,94  | 244       | 3,37  |
| P.A. Bolzano/Bozen                                     | 5 669       | 7,44   | 6    | 0,11 | 214        | 3,77  | 344        | 6,07  | 545        | 9,61  | 1 091      | 19,25 | 1 665       | 29,37 | 1 186        | 20,92 | 257          | 4,53  | 147          | 2,59  | 97            | 1,71  | 117       | 2,06  |
| P.A. Trento  | 1 563       | 2,05   | 13   | 0,83 | 231        | 14,78 | 181        | 11,58 | 155        | 9,92  | 285        | 18,23 | 250         | 15,99 | 156          | 9,98  | 60           | 3,84  | 62           | 3,97  | 43            | 2,75  | 127       | 8,13  |
| Veneto   | 5 490       | 7,21   | 35   | 0,64 | 496        | 9,03  | 572        | 10,42 | 447        | 8,14  | 789        | 14,37 | 1 043       | 19,00 | 963          | 17,54 | 406          | 7,40  | 341          | 6,21  | 258           | 4,70  | 140       | 2,55  |
| Friuli-Venezia Giulia                                  | 1 904       | 2,50   | 12   | 0,63 | 133        | 6,99  | 126        | 6,62  | 121        | 6,36  | 192        | 10,08 | 321         | 16,86 | 291          | 15,28 | 223          | 11,71 | 237          | 12,45 | 175           | 9,19  | 73        | 3,83  |
| Emilia-Romagna   | 6 617       | 8,69   | 48   | 0,73 | 224        | 3,39  | 365        | 5,52  | 358        | 5,41  | 667        | 10,08 | 1 251       | 18,91 | 1 368        | 20,67 | 668          | 10,10 | 698          | 10,55 | 633           | 9,57  | 337       | 5,09  |
| <b>Centro</b>  | 14 790      | 19,42  | 47   | 0,32 | 912        | 6,17  | 1 103      | 7,46  | 881        | 5,96  | 1 526      | 10,32 | 2 685       | 18,15 | 2 626        | 17,76 | 1 410        | 9,53  | 1 446        | 9,78  | 1 268         | 8,57  | 886       | 5,99  |
| Toscana  | 7 108       | 9,33   | 23   | 0,32 | 434        | 6,11  | 544        | 7,65  | 436        | 6,13  | 699        | 9,83  | 1 279       | 17,99 | 1 293        | 18,19 | 671          | 9,44  | 654          | 9,20  | 610           | 8,58  | 465       | 6,54  |
| Umbria   | 2 151       | 2,82   | 2    | 0,09 | 59         | 2,74  | 84         | 3,91  | 104        | 4,83  | 207        | 9,62  | 484         | 22,50 | 466          | 21,66 | 240          | 11,16 | 218          | 10,13 | 168           | 7,81  | 119       | 5,53  |
| Marche   | 2 519       | 3,31   | 12   | 0,48 | 100        | 3,97  | 157        | 6,23  | 131        | 5,20  | 240        | 9,53  | 422         | 16,75 | 434          | 17,23 | 269          | 10,68 | 329          | 13,06 | 275           | 10,92 | 150       | 5,95  |
| Lazio  | 3 012       | 3,96   | 10   | 0,33 | 319        | 10,59 | 318        | 10,56 | 210        | 6,97  | 380        | 12,62 | 500         | 16,60 | 433          | 14,38 | 230          | 7,64  | 245          | 8,13  | 215           | 7,14  | 152       | 5,05  |
| <b>Sul</b>   | 15 779      | 20,72  | 51   | 0,32 | 2 385      | 15,12 | 2 044      | 12,95 | 1 323      | 8,38  | 1 765      | 11,19 | 2 470       | 15,65 | 2 241        | 14,20 | 1 086        | 6,88  | 1 127        | 7,14  | 817           | 5,18  | 470       | 2,98  |
| Abruzzo  | 1 887       | 2,48   | 6    | 0,32 | 185        | 9,80  | 135        | 7,15  | 116        | 6,15  | 220        | 11,66 | 411         | 21,78 | 332          | 17,59 | 143          | 7,58  | 134          | 7,10  | 107           | 5,67  | 98        | 5,19  |
| Molise   | 814         | 1,07   | 1    | 0,12 | 61         | 7,49  | 41         | 5,04  | 29         | 3,56  | 43         | 5,28  | 117         | 14,37 | 198          | 24,32 | 115          | 14,13 | 110          | 13,51 | 73            | 8,97  | 26        | 3,19  |
| Campania   | 4 790       | 6,29   | 19   | 0,40 | 855        | 17,85 | 811        | 16,93 | 509        | 10,63 | 636        | 13,28 | 754         | 15,74 | 615          | 12,84 | 211          | 4,41  | 195          | 4,07  | 128           | 2,67  | 57        | 1,19  |
| Puglia   | 4 440       | 5,83   | 11   | 0,25 | 869        | 19,57 | 653        | 14,71 | 374        | 8,42  | 435        | 9,80  | 565         | 12,73 | 534          | 12,03 | 291          | 6,55  | 354          | 7,97  | 244           | 5,50  | 110       | 2,48  |
| Basilicata   | 1 504       | 1,98   | 4    | 0,27 | 51         | 3,39  | 69         | 4,59  | 83         | 5,52  | 138        | 9,18  | 257         | 17,09 | 278          | 18,48 | 171          | 11,37 | 196          | 13,03 | 155           | 10,31 | 102       | 6,78  |
| Calabria   | 2 344       | 3,08   | 10   | 0,43 | 364        | 15,53 | 335        | 14,29 | 212        | 9,04  | 293        | 12,50 | 366         | 15,61 | 284          | 12,12 | 155          | 6,61  | 138          | 5,89  | 110           | 4,69  | 77        | 3,28  |
| <b>Ilhas</b>   | 6 801       | 8,93   | 50   | 0,74 | 767        | 11,28 | 622        | 9,15  | 441        | 6,48  | 642        | 9,44  | 821         | 12,07 | 1 013        | 14,89 | 645          | 9,48  | 738          | 10,85 | 668           | 9,82  | 394       | 5,79  |
| Sicilia  | 4 007       | 5,26   | 28   | 0,70 | 541        | 13,50 | 428        | 10,68 | 293        | 7,31  | 411        | 10,26 | 540         | 13,48 | 593          | 14,80 | 339          | 8,46  | 370          | 9,23  | 301           | 7,51  | 163       | 4,07  |
| Sardegna   | 2 794       | 3,67   | 22   | 0,79 | 226        | 8,09  | 194        | 6,94  | 148        | 5,30  | 231        | 8,27  | 281         | 10,06 | 420          | 15,03 | 306          | 10,95 | 368          | 13,17 | 367           | 13,14 | 231       | 8,27  |

Anexo 11. Distribuição (em n.º e %) das explorações agrícolas com ALNA por tipo de natureza jurídica do produtor, por NUTS 2 em Itália. Período de referência: 2010.

Fonte: Dados consultados na base de dados do ISTAT (<https://www.istat.it>).

| Distribuição das EA com ALNA por tipo de natureza jurídica (2010) | Empresa individual |       | Sociedade de pessoas |       | Sociedade de capital |      | Sociedade cooperativa |      | Entidade pública |      | Entidade ou comunidade gestora |       | Entidade sem fins lucrativos |      | Outra forma jurídica |      | Total  |        |
|---|--------------------|-------|----------------------|-------|----------------------|------|-----------------------|------|------------------|------|--------------------------------|-------|------------------------------|------|----------------------|------|--------|--------|
|   | N.º                | %     | N.º                  | %     | N.º                  | %    | N.º                   | %    | N.º              | %    | N.º                            | %     | N.º                          | %    | N.º                  | %    | N.º    | %      |
| <b>Itália</b>   | 63 674             | 83,62 | 8 902                | 11,69 | 1 859                | 2,44 | 897                   | 1,18 | 160              | 0,21 | 407                            | 0,53  | 199                          | 0,26 | 50                   | 0,07 | 76 148 | 100,00 |
| <b>Noroeste</b>   | 14 347             | 81,82 | 2 611                | 14,89 | 298                  | 1,70 | 150                   | 0,86 | 23               | 0,13 | 34                             | 0,19  | 45                           | 0,26 | 27                   | 0,15 | 17 535 | 23,03  |
| Piemonte  | 5 920              | 86,30 | 757                  | 11,03 | 82                   | 1,20 | 53                    | 0,77 | 4                | 0,06 | 16                             | 0,23  | 13                           | 0,19 | 15                   | 0,22 | 6 860  | 9,01   |
| Valle d'Aosta/Vallée  | 323                | 84,11 | 56                   | 14,58 | 0                    | 0,00 | 1                     | 0,26 | 0                | 0,00 | 1                              | 0,26  | 3                            | 0,78 | 0                    | 0,00 | 384    | 0,50   |
| Liguria   | 1 735              | 92,48 | 101                  | 5,38  | 15                   | 0,80 | 13                    | 0,69 | 5                | 0,27 | 4                              | 0,21  | 3                            | 0,16 | 0                    | 0,00 | 1 876  | 2,46   |
| Lombardia   | 6 369              | 75,69 | 1 697                | 20,17 | 201                  | 2,39 | 83                    | 0,99 | 14               | 0,17 | 13                             | 0,15  | 26                           | 0,31 | 12                   | 0,14 | 8 415  | 11,05  |
| <b>Nordeste</b>   | 17 338             | 81,62 | 2 983                | 14,04 | 282                  | 1,33 | 194                   | 0,91 | 79               | 0,37 | 290                            | 1,37  | 68                           | 0,32 | 9                    | 0,04 | 21 243 | 27,90  |
| Trentino Alto Adige   | 6 777              | 93,71 | 130                  | 1,80  | 10                   | 0,14 | 4                     | 0,06 | 66               | 0,91 | 234                            | 3,24  | 9                            | 0,12 | 2                    | 0,03 | 7 232  | 9,50   |
| P.A. Bolzano/Boz  | 5 511              | 97,21 | 29                   | 0,51  | 6                    | 0,11 | 0                     | 0,00 | 55               | 0,97 | 61                             | 1,08  | 5                            | 0,09 | 2                    | 0,04 | 5 669  | 7,44   |
| P.A. Trento   | 1 266              | 81,00 | 101                  | 6,46  | 4                    | 0,26 | 4                     | 0,26 | 11               | 0,70 | 173                            | 11,07 | 4                            | 0,26 | 0                    | 0,00 | 1 563  | 2,05   |
| Veneto  | 4 367              | 79,54 | 952                  | 17,34 | 85                   | 1,55 | 45                    | 0,82 | 6                | 0,11 | 21                             | 0,38  | 11                           | 0,20 | 3                    | 0,05 | 5 490  | 7,21   |
| Friuli-Venezia Giulia   | 1 421              | 74,63 | 411                  | 21,59 | 34                   | 1,79 | 23                    | 1,21 | 1                | 0,05 | 7                              | 0,37  | 6                            | 0,32 | 1                    | 0,05 | 1 904  | 2,50   |
| Emilia-Romagna  | 4 773              | 72,13 | 1 490                | 22,52 | 153                  | 2,31 | 122                   | 1,84 | 6                | 0,09 | 28                             | 0,42  | 42                           | 0,63 | 3                    | 0,05 | 6 617  | 8,69   |
| <b>Centro</b>   | 11 714             | 79,20 | 2 065                | 13,96 | 682                  | 4,61 | 199                   | 1,35 | 30               | 0,20 | 43                             | 0,29  | 49                           | 0,33 | 8                    | 0,05 | 14 790 | 19,42  |
| Toscana   | 5 559              | 78,21 | 1 027                | 14,45 | 398                  | 5,60 | 77                    | 1,08 | 14               | 0,20 | 6                              | 0,08  | 23                           | 0,32 | 4                    | 0,06 | 7 108  | 9,33   |
| Umbria  | 1 612              | 74,94 | 376                  | 17,48 | 119                  | 5,53 | 31                    | 1,44 | 1                | 0,05 | 9                              | 0,42  | 3                            | 0,14 | 0                    | 0,00 | 2 151  | 2,82   |
| Marche  | 2 065              | 81,98 | 355                  | 14,09 | 38                   | 1,51 | 32                    | 1,27 | 4                | 0,16 | 12                             | 0,48  | 10                           | 0,40 | 3                    | 0,12 | 2 519  | 3,31   |
| Lazio   | 2 478              | 82,27 | 307                  | 10,19 | 127                  | 4,22 | 59                    | 1,96 | 11               | 0,37 | 16                             | 0,53  | 13                           | 0,43 | 1                    | 0,03 | 3 012  | 3,96   |
| <b>Sul</b>  | 14 445             | 91,55 | 679                  | 4,30  | 397                  | 2,52 | 195                   | 1,24 | 18               | 0,11 | 27                             | 0,17  | 16                           | 0,10 | 2                    | 0,01 | 15 779 | 20,72  |
| Abruzzo   | 1 733              | 91,84 | 98                   | 5,19  | 30                   | 1,59 | 18                    | 0,95 | 1                | 0,05 | 4                              | 0,21  | 3                            | 0,16 | 0                    | 0,00 | 1 887  | 2,48   |
| Molise  | 760                | 93,37 | 32                   | 3,93  | 10                   | 1,23 | 5                     | 0,61 | 1                | 0,12 | 6                              | 0,74  | 0                            | 0,00 | 0                    | 0,00 | 814    | 1,07   |
| Campania  | 4 411              | 92,09 | 144                  | 3,01  | 168                  | 3,51 | 42                    | 0,88 | 4                | 0,08 | 13                             | 0,27  | 8                            | 0,17 | 0                    | 0,00 | 4 790  | 6,29   |
| Puglia  | 4 022              | 90,59 | 209                  | 4,71  | 121                  | 2,73 | 81                    | 1,82 | 3                | 0,07 | 0                              | 0,00  | 4                            | 0,09 | 0                    | 0,00 | 4 440  | 5,83   |
| Basilicata  | 1 374              | 91,36 | 64                   | 4,26  | 39                   | 2,59 | 18                    | 1,20 | 8                | 0,53 | 1                              | 0,07  | 0                            | 0,00 | 0                    | 0,00 | 1 504  | 1,98   |
| Calabria  | 2 145              | 91,51 | 132                  | 5,63  | 29                   | 1,24 | 31                    | 1,32 | 1                | 0,04 | 3                              | 0,13  | 1                            | 0,04 | 2                    | 0,09 | 2 344  | 3,08   |
| <b>Ilhas</b>  | 5 830              | 85,72 | 564                  | 8,29  | 200                  | 2,94 | 159                   | 2,34 | 10               | 0,15 | 13                             | 0,19  | 21                           | 0,31 | 4                    | 0,06 | 6 801  | 8,93   |
| Sicilia   | 3 438              | 85,80 | 281                  | 7,01  | 153                  | 3,82 | 109                   | 2,72 | 5                | 0,12 | 5                              | 0,12  | 13                           | 0,32 | 3                    | 0,07 | 4 007  | 5,26   |
| Sardegna  | 2 392              | 85,61 | 283                  | 10,13 | 47                   | 1,68 | 50                    | 1,79 | 5                | 0,18 | 8                              | 0,29  | 8                            | 0,29 | 1                    | 0,04 | 2 794  | 3,67   |